UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

O Movimento Feminista e a questão da perspectiva de classe: Um estudo sobre a Greve Internacional de Mulheres de 2017 (GIM 2017).

Juiz de Fora

2021

LUCIMARA DOS REIS PINHEIRO

O Movimento Feminista e a questão da perspectiva de classe: um estudo sobre a Greve Internacional de Mulheres de 2017 (GIM 2017).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, área de concentração: Serviço Social e Sujeitos Sociais da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Duriguetto

Juiz de Fora

2021

LUCIMARA DOS REIS PINHEIRO

O Movimento Feminista e a questão da perspectiva de classe: Um estudo sobre a Greve Internacional de Mulheres de 2017 (GIM 2017).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, área de concentração: Serviço Social e Sujeitos Sociais da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 15/04/2021

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Maria Lúcia Duriguetto (Orientadora)

Universidade Federal de Juiz de Fora

_____

Profa. Dra. Marina Barbosa Pinto

Universidade Federal de Juiz de Fora

_____

Profa. Dra. Verônica Ferreira

Instituto SOS Corpo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a força maior que nos move a todas, todos e todes. Inexplicável.

A minha mãe e pai que a sua maneira deram o barro que moldou a minha forma, mesmo, tendo eu mesma, enveredado por oleiros outros e me queimado em peça nova “descolecionável”, embora, pertencente a nossa construção familiar de afeto e sangue. Minha mãe não leu Adélia Prado, mas sempre achou estudo coisa muito importante, obrigada, mãe. Aos meus irmãos, que não concordam em uma virgula com o que digo, mas acredito, se alegram com minhas conquistas. Em especial à minha caçula.

Ao meu filho, minha razão. Ainda que, adolescente, não “saque” seu papel nisso tudo.

Ao André, meu bom companheiro, no que pese nossas idiossincrasias, sempre acreditou e, a sua de maneira, contribuiu para esse momento. A vida nos reserva muitas formas de vivermos os companheirismos. Que não nos falte coragem para construirmos nossas oportunidades genuínas de afeto em novas dimensões e fora das gavetas.

A todas as mulheres do 8M de Juiz de Fora. Peço licença para citar Sandra (minha chefinha) e Chintia, duas figuras inestimáveis pra todas nós.

A todas mulheres que constroem esse movimento mundo afora. São o chão onde piso as reflexões, os braços que me entrelaçam em uma luta comum de buscar no agora a construção do porvir, uma sociedade mais justa. À todas as feministas, que lutaram muito antes desse movimento ter um nome. E a todas que hoje o carregam com a altivez que nos empresta ar para inflar o peito.

As minhas irmãs negras, sou aprendiz de sermos nós.

A cada cantinho da Faculdade de Serviço Social, a cada chamada por: “menina do mestrado”, aos cafés que animavam nossas aulas, produzidos por mãos carinhosas e infelizmente pouco valoradas e remuneradas. As e os professores do curso, as trabalhadoras (os) das secretarias.

As colegas e colegas de curso, obrigada pela partilha.

As minhas amigas e companheiras de militância que me estimularam em vários níveis a entrar no processo seletivo e construir o projeto de pesquisa. À Vivi e Marina que ano após ano me incentivavam, apesar de toda “síndrome de impostora” que ainda carrego.

A Marina, por nunca desistir e no meio do turbilhão sacar o megafone e, tal qual timoneira, não me deixar parar quando tudo me levava a jogar a toalha, foram muito mais que palavras. Obrigada.

A Malu, minha orientadora, por me respeitar a ponto de não permitir que eu me vitimizasse pelas circunstâncias, sem deixar de compreender todas elas. Por me cobrar rigor, diante minhas confusões teóricas, por entender o terreno em que elas brotaram, por incentivar, da forma que só as boas educadoras fazem, que eu construísse meu caminho nessa dissertação. Sei que passou uns bons nervosos e que sabe que vou preencher as lacunas em breve.

A todos e todas amigas que até sem saber, me davam força para seguir, abrigo para as neuroses, me levavam pras montanhas ou mesmo pra minha cozinha quase sem móveis só pra ser abraço que conforta e ergue. Sou grata demais pelos nossos quase trinta anos de amor incondicional.

Escreveria outra dissertação só agradecendo a todas e todos que passaram na minha vida e deixaram algo. Vocês se sabem, sintam meu abraço de agradecimento e vislumbrem uma longa trilha pra seguirmos.

A CAPES pelo auxílio na forma de bolsa social, sem a qual não teria conseguido seguir. Essa é uma das políticas que devem ser ampliadas para dar reparo na dívida histórico social, do Brasil com seus Brasis, através de seus institutos de pesquisa e fomento. Nosso país só tem a ganhar com tamanha pujança de saberes perdidos, quando não, assassinados. Que se renovem, se multipliquem e dessa forma possibilitem o retorno que transforma qualitativamente a vida das pessoas.

Dedico a todas que vieram antes de mim, as que na diáspora se construíram atlânticas e sendo essa construção nova, sobreviveram ao que de mais sórdido pôde (pode?) ser produzido pelo ser humano. Como resposta, produziram força, resistência, beleza em afetos e progresso inapagáveis.

Estamos em 2021. Uma pandemia assola o mundo desde fins de 2019. Um vírus que não escolhe suas vítimas. Embora se multiplique onde a ganância e a ignorância por vontade se manifestam em modos de gerir a crise sanitária, num solo de crise econômica, política e social.

Meu respeito e sentimentos a todas as famílias que sofreram perdas e tiveram histórias encerradas de forma prematura. A vacinação se iniciou esse ano, que se acelere, que não tarde aos mais pobres e vulneráveis, que seja para todas, todos e todes.

RESUMO

No presente estudo buscamos, inicialmente, apreender os processos de luta e afirmação política do sujeito coletivo mulher, visando conferir sentido histórico a esta apreensão. Nossa opção foi vincular esses processos de tomada de consciência de si e das relações sociais que determinam suas condições de existência, de forma material e simbólica, vinculados que estão às dinâmicas que constroem as lutas da classe trabalhadora. Isto posto, evidenciamos que observamos limites em nossas análises. Limites que não permitem, neste estudo, abarcar construções históricas anteriores ao processo de acumulação capitalista, onde, de forma diferenciada, as relações sociais alicerçadas por outras bases materiais se deram trazendo subjetivações e construções relacionais outras para as mulheres e suas existências. No percurso aqui proposto, observamos o processo dialético, diante de uma construção vivida e dimensionada por sobrevivência, assunção a direitos e dentro de uma ordem econômica, social e política. Neste caminhar, buscamos as trilhas para pensar a práxis feminista contemporânea e suas ligações inequívocas com a dinâmica da luta de classes. Entendendo o movimento feminista como um importante elemento da luta antissistema, vislumbramos em sua práxis contribuição teórica fundamental para a construção da teoria social crítica. Em acordo com essas proposições, observamos seu processo de afirmação enquanto movimento vivo no tecido social. Atravessamos o Atlântico para buscar compreender que a vivência das opressões e da exploração se dá de forma diferenciada e não dissociada do processo histórico em que os sujeitos sociais se inserem ou são inseridos. Observado isto, tratamos de analisar de forma crítica a Greve Internacional de Mulheres ocorrida em 8 de março de 2017. Entendemos este evento como um marco importante, no qual o movimento feminista se renova dialeticamente em suas proposições primeiras, retornando seu olhar para uma disputa de projeto político e civilizatório. Avançamos na procura do entendimento dos sofisticados mecanismos de dominação ideológica impostos pelo sistema capitalista e, a partir desse entendimento, corroboramos a tese de que o movimento feminista formula para o avanço do grau de consciência e mobilização da classe. De forma mais acurada, nos ateremos à construção da Greve Internacional de Mulheres de Juiz de Fora em 2017. Mesmo sabendo dos possíveis problemas advindos da proximidade temporal e do nosso envolvimento direto com o objeto estudado, ainda assim, nos propomos a contribuir na formulação de material para a construção da história dos movimentos sociais feministas de Juiz de Fora. Em momentos de ofensiva do capitalismo ultraliberal, perceber a movimentação de resistência das mulheres na defesa de seus direitos, e nesse processo, de elevação de consciência do conjunto de sua classe nos parece fundamental para pensarmos estratégias de combate à questão social, percebendo a sofisticação dos mecanismos de controle ideológico do capital nas mediações discriminatórias que gênero e raça produzem no interior da classe trabalhadora.

Palavras-chaves: Classe trabalhadora; Feminismo; Greve Internacional de mulheres; movimento feminista de Juiz de Fora

ABSTRACT

In the present study, we initially sought to apprehend the processes of struggle and political affirmation of the collective subject woman, aiming to give historical meaning to this apprehension. Our option was to link these processes of becoming aware of oneself and of the social relations that determine their conditions of existence, in a material and symbolic way, linked to the dynamics that build the struggles of the working class. That said, we show that we observe limits in our analysis. Limits that do not allow, in this study, to encompass historical constructions prior to the process of capitalist accumulation, where, in a differentiated way, the social relations based on other material bases took place bringing subjectivities and other relational constructions for women and their existences. In the course proposed here, we observe the dialectical process, facing a construction lived and dimensioned by survival, assumption of rights and within an economic, social and political order. In this journey, we seek the paths to think about contemporary feminist praxis and its unequivocal links with the dynamics of class struggle. Understanding the feminist movement as an important element of the anti-system struggle, we see in its praxis a fundamental theoretical contribution to the construction of critical social theory. In accordance with these propositions, we observe its affirmation process as a living movement in the social fabric. We crossed the Atlantic to try to understand that the experience of oppression and exploitation occurs in a different way and is not dissociated from the historical process in which social subjects are inserted or inserted. With this in mind, we tried to critically analyze the International Women's Strike that took place on March 8, 2017. We understand this event as an important milestone, in which the feminist movement is dialectically renewed in its first propositions, returning its look to a dispute of political and civilizing project. We have advanced in the search for an understanding of the sophisticated mechanisms of ideological domination imposed by the capitalist system and, based on this understanding, we corroborate the thesis that the feminist movement formulates to advance the degree of consciousness and class mobilization. In a more accurate way, we will stick to the construction of the International Strike of Women of Juiz de Fora in 2017. Even knowing the possible problems arising from the temporal proximity and our direct involvement with the object studied, we still propose to contribute in the formulation of material for the construction of the history of the feminist social movements of Juiz de Fora. In moments of offensive by ultraliberal capitalism, perceiving the movement of resistance of women in the defense of their rights, and in this process, raising awareness of the group as a whole seems to us fundamental to think strategies to combat the social issue, realizing the sophistication of mechanisms of ideological control of capital in the discriminatory mediations that gender and race produce within the working class.

Keywords: Working class; Feminism; International women's strike; feminist movement of Juiz de Fora

Sumário

Introdução_____12

Capítulo 1 – Trilhas de ascenção política do sujeito político coletivo mulher

1.1 Principais elementos históricos na formação do Movimento Feminista: França e Inglaterra_____19

1.2 Perspectivas macro teóricas e políticas do Movimento Feminista. _____29

1.3 O sufrágio feminino sob a ótica das feministas socialistas e liberais_____35

1.4 Construção social do sujeito político mulher em sociedades coloniais e escravocratas.

1.4.1 O caso Norte Americano _____39

1.5 Relações sociais e de poder intraclasse: Elaboração teórica feminista sobre Interseccionalidade e consubstancialidade _____50

Capítulo 2 – A Greve Internacional de Mulheres: um retorno ao feminismo classista_____62

2.1 Elementos do processo histórico do surgimento da greve Internacional de Mulheres e do 8M mundial _____62

2.2 A Greve Internacional de Mulheres de 2017 _____68

2.3.1 Processo do surgimento do 8M em Juiz de Fora _____74

2.3.2 Questões, dilemas e desafios da construção da GIM: as vozes das feministas militantes _____88

Conclusão _____107

Referências bibliográficas_____120

Anexos_____124

Introdução

Analisar os movimentos da realidade que visam a superação de formas de sociabilidade excludentes nos parece ser papel da universidade pública e da produção de conhecimento em geral. A produção intelectual brasileira tem como “dívida pública” rever os padrões de pensamento calcados na universalidade por exclusão sob os quais o conhecimento validado pelas universidades e meios intelectuais foram produzidos e, ainda, infelizmente, se reproduzem. Abrir os olhos investigativos para as invisibilidades e silêncios, pensar sob quais processos hegemônicos o conhecimento foi e é produzido.

Ao buscar espaço para essas reflexões, nos deparamos, com felicidade, com a Faculdade de Serviço Social da UFJF. Sendo licenciada em História pela mesma universidade, a escolha da Faculdade de Serviço Social para o desenvolvimento deste estudo não foi aleatória. Sua contribuição teórica no pensar a questão social como problema sistêmico advindo do capitalismo estando sua resolução atrelada a um projeto de superação da sociedade de classes, a coloca como ponta de lança de um pensamento crítico avançado de sociedade, na direção do que há tempos vêm se desenvolvendo no processo histórico do debate do Serviço Social brasileiro. Nesta compreensão, está circunscrita a necessidade de produzir história reflexiva da ação dos sujeitos sociais e sua movimentação coletiva. Ao mesmo tempo, estando inserida no debate dos reflexos imediatos da questão social na vida dos indivíduos, formula base teórica para a concretização de políticas sociais. Pensar, portanto, a questão de gênero, raça/etnia como componentes das fundamentações da questão social nos coloca em consonância com o pensamento crítico por ela produzido.

A construção desta dissertação de mestrado foi um experenciar, dentro de um ambiente de base teórica sólida na busca pela emancipação humana, a difícil tarefa de articular com isenção e distanciamento a construção de saberes contemporâneos aos processos de lutas que vivenciamos. Enveredar em uma trilha de conhecimento que busca sua validação *pari e passu* com a realidade que a sustenta, se reproduzindo viva no tecido social.

Refletir sobre o mundo, e trazer nessa reflexão a ação, é um ato político. Em uma sociedade que pensa a universalidade por exclusão, as decisões políticas, inclusive no campo da produção do conhecimento são, da mesma forma, excludentes. Portanto, a ação política necessária nos parece ser, pela via do questionamento do pensamento hegemônico, restabelecer os sujeitos sociais historicamente excluídos no processo da construção de narrativas e fundamentos para disseminação de conhecimento. Entendemos, contudo, que as ações políticas e teóricas que visam recolocar as mulheres nos debates que elaboram sobre a manutenção material e simbólica da vida, partirão de forma contundente e eficaz da sua própria ação política. Da sua inconformidade social. De seu embate a uma sociedade patriarcal, racista e capitalista A teoria política feminista, base dessa dissertação, busca, destarte, preencher as lacunas de um processo incompleto, fornecendo subsídios de análise que ampliam e recolocam no debate sobre o ser social o necessário entendimento da diversidade humana como fundamental na busca de sua emancipação total.

Sabemos que é da realidade que o pensamento se faz. Neste estudo, trataremos de observar as movimentações de parcela do movimento feminista na atualidade. Tais movimentações são demonstrativas de um agir político pautado por elaboração teórica inclusiva, interseccional e que dialoga com as várias vertentes do feminismo comprometido com a transformação social e a superação do sistema capitalista. A Greve Internacional de Mulheres (GIM) de 2017 é nossa trilha para pensar caminhos e possíveis contribuições para a emancipação humana total, compreendendo na dinâmica da classe a complexidade de seus sujeitos sociais.

Nesta análise, peço licença para manifestar, em alguns momentos, nossa visão pessoal do processo, visto que dele participamos ativamente. Foi através da militância no movimento feminista alçada pela Greve Internacional de Mulheres que chegamos ao objeto de estudo desta dissertação.

Fazer parte de uma movimentação incomum tal qual foi a ação de solidariedade global de mulheres no 8 de março de 2017, materializada na ousada convocação de uma greve exclusiva de mulheres, nos forneceu bases para reflexões que consideramos chave para o enfrentamento da crise atual.

As crises capitalistas apresentam, de forma cada vez mais violenta, uma extensa lista de ações que penalizam ainda mais a classe trabalhadora como medida

de regulação de suas remessas de lucros. A crise atual, com a derrocada do chamado Estado de Bem-Estar Social nos países centrais atinge populações que tinham nesse mecanismo de regulação capitalista dos dividendos sociais por ele gerados, alguma garantia de sobrevivência. Os programas estatais de renda mínima, habitação, saúde, educação, ampliação de saneamento, linhas de crédito acessíveis e geração de empregos aplicados a depender da posição de cada país, se na periferia ou no centro do sistema capitalista global, passam ao status de geradores de gastos e responsáveis pela dívida pública dos Estados. As soluções impostas aos países pelas instituições internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional se converteram no receituário amargo das políticas de austeridade fiscal.

Se fizermos a conexão da base teórica que se traduziu na ação política da Greve Internacional de Mulheres perceberemos que, em grande parte, está ancorada na teoria da reprodução social. Associando essa conexão ao desmonte do Estado de Bem Estar Social em alguns países centrais, podemos entender que a base material que possibilitou a ação internacionalista das mulheres foi a retirada dos Estados, na já precária política de assistência social e, por consequência, no auxílio prestado à própria reprodução social do sistema. Sob essa contradição, que colapsa seus próprios mecanismos de pesos e contrapesos, os sujeitos socias mais afetados por essa crise se movimentam para a ela resistir. No Brasil, país que não foi edificado um regime de regulação social welfariano, o que assistimos é, não somente, a perda de direitos, mas todo um pacote agressivo que acompanha esse colapsamento, Explosão da violência de gênero, racismo escancarado, xenofobia, controle da sexualidade e aumento do conservadorismo revestido de discursos baseados em uma ética e moral subsidiárias a uma corrente de pensamento que busca controle e ordem por imposição política e medidas de força.

As mulheres e a população negra, que queremos aqui debater, são protagonistas do combate aos reflexos da crise do capitalismo na vida cotidiana dos e das trabalhadoras, são nestas populações que a luta por sobrevivência em suas várias dimensões é cruamente vivida.

. Enquanto resistem, as mulheres organizadas nos movimentos feministas de esquerda, avançam no debate da sua contribuição invisível e não valorada para o funcionamento do sistema através de sua imposta função de mantenedoras da reprodução social, formal e informalmente. Tal ação organizada das mulheres não

surge do agora, é fruto do acúmulo de lutas, debates e contribuições à teoria social crítica. Porém, como componente de todo um processo de silenciamento, constituinte da dominação patriarcal/ racial, ainda pouco estudada.

Isto posto, precisamos aqui dimensionar o fato de que a balança que pende para a resistência da classe trabalhadora diante do aviltamento de suas condições de existência é ainda muito desfavorável. Exemplo disso, no Brasil, foi a demonstração de nossa pouca capacidade de enfrentamento e mobilização popular mediante o golpe de Estado que depôs a presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) em 2016. Tal percepção informa, em parte, um dos sintomas da falta de horizonte revolucionário que perpassou o projeto de poder do campo político acima mencionado; cooptação de quadros do movimento social para as esferas de gestão, falta do exercício da crítica como instrumento analítico e basilar de ações do governo federal, confusão entre movimento social, partido político e governo que culminaram num silenciamento de centrais sindicais, movimento estudantil entre outros no processo de mobilização e conscientização da sociedade diante dos desafios postos (algo que consideramos tarefa constante). Cabe observar que tal movimentação não é um fato isolado no Brasil.

Fruto da crise do capital e derrota da experiência de socialismo real representada pela queda da URSS, assistimos a uma aparente perda de horizonte pavimentada pelos discursos “Nem direita nem esquerda”. Fato que consta, é que a direita ultraconservadora tem conseguido ampliar sua inserção diante desse estado de coisas, a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA em 2016 e plataformas políticas nacionalistas e xenófobas na Europa são o maior demonstrativo disto.

Em reação a todo esse processo, em 2017 assistimos e tomamos parte de uma movimentação internacional importante. Mulheres de 50 países são protagonistas de um movimento contestatório mundial. Com chamado comum e organização horizontal, sob o lema: “Se nossas vidas não importam que produzam sem nós” em 8 de março de 2017, foi organizada uma greve de mulheres de 24h. Na esteira desse acontecimento e sob a influência da organização da greve em Juiz de Fora, foi criado o 8M/JF - Fórum de coletivos e mulheres feministas de Juiz de Fora (houve criação de movimentos semelhantes em outras cidades do Brasil) nosso local de militância atual e onde piso o chão para as reflexões que buscamos delinear no presente estudo.

Buscamos compreender como agem os mecanismos ideológicos que travam o debate das questões relacionadas à dominação de gênero no campo da esquerda, onde nos posicionamos no debate político, e para além desse campo, na conformação da sociedade. Entendemos como parte indispensável ao pensamento emancipatório, estabelecer relações entre a opressão de gênero e raça/etnia e a exploração econômica mantenedora da sociedade capitalista que divide seus sujeitos em classes

Destarte, no primeiro capítulo, procuramos realizar um breve estudo de bibliografia crítica da ação das mulheres e do movimento feminista ao longo da história. Percebemos, nesta movimentação, seu amadurecimento como componente da dinâmica da luta de classes. Assim, nossa abordagem passou por traçar o caminho histórico do movimento feminista na França e Inglaterra, suas raízes liberais e marxistas. Apontamos, também, os limites e contradições das vertentes de feminismo liberal, com ênfase na perspectiva marxista. Sendo nossas reflexões permeadas pelos diálogos produzidos pela GIM entre os movimentos feministas situados no campo da esquerda, notadamente com o feminismo negro, buscamos compreender os mecanismos que impuseram fim na potente aliança entre movimento de mulheres pelo sufrágio nos EUA e a causa abolicionista, observando as nuances de que o fim da escravidão não significou o fim ou a resolução dos problemas da população negra, tão pouco o fim do racismo e sua justificativa para manutenção de privilégios para a população branca e permanecia da superexploração do trabalho da população negra bem como a racialização dos postos de trabalho.

Na construção desse olhar histórico, expressamos nossa opção metodológica pelo materialismo histórico e dialético. A tese de livre docência de Heleieth Saffioti apresentada no livro “A mulher na Sociedade de Classes: Mito e realidade”, escrito em 1969, foi nossa bússola primeira. Através da análise de vulto apresentada por Saffioti, buscamos o instrumental e a observância da construção de sua visão crítica das formulações sobre a classe trabalhadora no campo da tradição marxiana.

Percebemos, segundo Saffioti (2013), que, via de regra, grande parte desta tradição pouco tratou da questão das mulheres, embora lançasse luz sobre processos importantes das formas de acumulação capitalista e suas necessárias modificações na vida social e função dos sujeitos sociais (incluídas as mulheres), suas novas sociabilidades e mesmo a elevação do caráter opressor de sistemas de dominação anteriores, como os racializados e do próprio patriarcado. Em sua obra, Saffioti

aprofunda essas apreensões e nos demonstra como estes sistemas de dominação foram elevados a uma nova potência de exploração e expropriação do trabalho no novo edifício social que se formava.

Ainda no primeiro capítulo, buscamos um breve levantamento bibliográfico sobre dois conceitos fundamentais para o entendimento do movimento feminista que leva a frente a organização da greve de mulheres e o debate da reprodução social. A ideia, neste estudo, foi a de apresentar as possibilidades de diálogos entre a *consubstancialidade*, conceito elaborado nos estudos das feministas materialistas francesas, e o conceito e ferramenta política da interseccionalidade, situado nos estudos das feministas negras norte americanas.

No capitulo segundo nos ateremos ao debate propulsor dessa dissertação, que é o da análise do movimento feminista contemporâneo, entendendo essa contemporaneidade como medida de proximidade temporal, numa perspectiva de uma ação que engloba o processo da dinâmica da luta de classes.

Nosso objeto, a Greve internacional de mulheres de 2017, foi o lócus das reflexões produzidas. Observando-a como uma movimentação de um segmento da classe trabalhadora, a consideramos como um marco temporal e político do que buscamos demonstrar. Nos chamou a atenção, como objeto de estudo, a ação coletiva internacionalista de grande envergadura no entendimento e enfrentamento da crise do capital e suas mazelas na vida das populações mais pobres. Constatada sua importância, nos propusemos a analisar seus antecedentes políticos e organizativos, bem como a base teórica que se filia e em que espectro circunscreve a luta feminista.

Em nossa reflexão, trata-se de um movimento a serviço de um projeto global de luta anticapitalista cujo horizonte abarca - além das relações de dominação de gênero, da luta antirracista, anti-imperialista, ecológica - os processos de busca de controle das subjetividades que fogem aos padrões impostos pela heteronormatividade/branco/patriarcal. Tratamos de entender tais subjetividades como dimensões importantes dos sujeitos sociais que compõem a classe e que, portanto, suas lutas estariam circunscritas em um projeto maior de emancipação humana.

Como parte do processo reflexivo da ação política da GIM, pudemos constatar a essência da práxis feminista que perpassou/perpassa essa ação política, renovando

e trazendo novos elementos para a teoria social crítica como por exemplo, a ampliação do debate da reprodução social e da divisão sexual e social do trabalho. É esta práxis feminista que se desdobra na construção da ação política através do instrumento da greve de mulheres, o qual estaria contido o debate a que se propõe, qual seja, rever as formas de trabalho valorado e não valorado realizado por mulheres no sistema capitalista.

A reflexão posterior se ateve ao processo de constituição da greve no município mineiro de Juiz de Fora. Dentre os elementos que nos chamaram a atenção para a participação militante na organização da GIM em Juiz de Fora e na posterior produção das reflexões que constam desta dissertação, foi o fôlego organizativo propiciado pela condução horizontal da ação. Nos propusemos a refletir sobre esta forma organizativa como uma contribuição não só para o movimento de mulheres, mas também como espaço de experiência, de crítica e autocrítica na sua vivência por parte dos movimentos, organizações e coletivos que a protagonizaram na cidade.

A fim de verificar nossas proposições e dar forma a um painel histórico de memória da construção da Greve Internacional de mulheres de 2017, buscamos, por meio de um questionário semiestruturado, ouvir as vozes das militantes que estiveram a frente do processo. Nesta direção e por se tratar de uma ação política global, buscamos depoimentos de quinze mulheres que contribuíram na sua articulação Internacional, nacional e local. Mesmo com a apreensão de que suas ações foram informadas pelas as orientações das organizações as quais se integravam, optamos por ouvi-las através de suas próprias percepções.

Por último, discorremos sobre os desdobramento dessa ação, que passou de um dia de manifestações à criação de um movimento social que, não obstante ainda muito jovem, com consistência capaz de alçá-lo a uma construção perene. A título de exemplo mais pormenorizado, apresentamos a construção da greve em Juiz de Fora e seu desdobramento no Fórum 8M/JF- Fórum de mulheres, coletivos e organizações feministas de Juiz de Fora.

Do percurso descrito acima, tratamos de refletir sobre esta ação de ousadia das mulheres feministas, seus desdobramentos concretos na organização da luta anticapitalista no campo teórico e estratégico/tático da ação politica de resistência e de construção de um porvir, com reflexões sobre os problemas do agora que nos

atrasam na construção contingente e consciente de uma classe subjetivada, fruto de processos históricos vários, porém sabedora de seu local antagônico ao capital. As lutas da classe se circunscrevem nas lutas contemporâneas, por existências, por uma nova concepção de progresso e por respeito. Deste feminismo, buscamos tratar nesta dissertação.

Capítulo 1 - Trilhas de ascenção política do sujeito coletivo mulher

1.1 Principais elementos históricos na formação do Movimento Feminista: França e Inglaterra

Boa parte do estudo acadêmico sobre o movimento feminista, tendo como base as revoluções burguesas, o tem identificado em ondas ou fases (identificação também partilhada por parte significativa dos movimentos políticos que assim se definem), ou seja, em momentos que a ação organizada das mulheres ocorreu de forma a se colocar diante dos desafios de seu tempo na busca/garantia de direitos e na superação das explorações/opressões sofridas e, principalmente, pela perspectiva da apresentação de demandas exclusivamente das mulheres em meio a essas lutas de forma prática, política e teórica.

Entendemos que essa classificação, para efeitos didáticos, pode contribuir para a compreensão da ação das mulheres ao longo da história moderna, observados, portanto, deste marco e seus determinantes de práxis política a partir de um ponto de vista determinado pelas protagonistas que apresenta, bem como quem as apresenta. Isto implica dizer, que esta forma de marcação do movimento feminista exclui as lutas implementadas pelas mulheres racializadas fruto do processo de colonização/escravização, por exemplo. Embora busquemos identificar, a nosso critério e através da literatura utilizada, a ação das mulheres e sua maturação enquanto movimento, apontando momentos e processos determinantes do ponto de vista histórico, nosso norteador, no presente trabalho, será a movimentação da classe trabalhadora vivenciada na modificação do mundo do trabalho, enquanto tecitura que gesta a ação organizada das mulheres. A partir dessa dimensão, observaremos as teorias criadas para dar sustentação a este fazer histórico e seus desdobramentos de orientação teórica e político-ideológica.

Objetivamos, portanto, vincular a luta organizada das mulheres à luta geral da classe trabalhadora. Inicialmente, apresentaremos uma pequena análise do surgimento do movimento de mulheres em alguns países da Europa. Não por acaso, a nosso juízo, apresentaremos também uma percepção da luta da classe em seu momento de formação no contexto das revoluções burguesas, com ênfase na revolução francesa, e do trânsito de conformação da *consciência da classe em si* e

sua percepção em *classe para si*[1]. Tal categoria corrobora nossa opção metodológica, pois pretendemos analisar o movimento de mulheres enquanto um segmento da classe, com particularidades e movimentações específicas dentro de sua totalidade, porém pertencente ao mesmo fundamento sócio histórico que faz emergir a classe trabalhadora.

Segundo Saffioti (2013), o advento da sociedade capitalista trouxe a possibilidade de um ser humano almejar os mesmos direitos e conquistas materiais e simbólicas que outro, sem que houvesse um entrave social e jurídico que o colocasse *ad aeternun* em um estamento social. Isso se deveu ao *status* de "homem livre", necessário ao capitalismo para elevação da força de trabalho à condição de mercadoria. Seguindo esta análise, a autora expressa a contradição, inerente ao sistema, de promover *status* jurídico igual, em tese, entre os indivíduos sociais, para estabelecer uma nova forma de extração da riqueza com base na modificação do modo de exploração do trabalho, que passa a ser visto como mercadoria que produz mercadoria.

O status jurídico igual permitiria a livre negociação desta nova mercadoria, o trabalho. Observemos o seguinte: partindo da compreensão de que é fundante do capitalismo a sociedade dividida em classes, sendo sua reprodução baseada na exploração da força de trabalho de uma classe sobre a outra, seria, da mesma forma, ilusório pensar que exista a possibilidade real de igualdade entre os sujeitos que compõem classes distintas. Nas sociedades capitalistas, os sujeitos sociais se dividem entre detentores dos meios de produção e "homens livres", despossuídos, que dispõem apenas de sua força de trabalho como "moeda" para negociação de sua

[1] Marx, segundo Hegel, diferencia duas dimensões da constituição de classe: a "classe em si" e a "classe para si". A "classe em si" é constituída pela população cuja condição social corresponde com determinado lugar e papel no processo produtivo, e que, independentemente de sua consciência e/ ou organização para a luta na defesa de seus interesses, caracterize uma unidade de interesses comuns em oposição aos de outras. Não representa necessariamente um momento "imaturo" da formação das classes, mas uma dimensão da sua constituição e da análise social. "Classe em si" remete a mera existência de uma classe. [...] A "classe para si" caracteriza outra dimensão possível da constituição e da análise da classe. Conforma uma classe para si aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes. Pode-se verificar o momento histórico em que Marx observou a passagem da "classe em si " para a "classe para si" no contexto em que, entre 1830 e 1848, a classe trabalhadora se torna sujeito autônomo, consciente de seus interesses e de seu antagonismo ao capital, e organizado para as lutas de classe. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 97)

sobrevivência nesta conformação de mundo regida pela competição e “livre” negociação, onde tudo passa a ter um valor para a troca, se tornando, portanto, mercadoria.

Saffioti, com grande apuro, aponta um viés importante dessa contradição posto de forma diferenciada sobre a exploração do trabalho feminino. Visto que, da mesma forma, o trabalho feminino, remunerado ou não, teve seu *status* elevado à mercadoria, da qual poderia também se extrair a mais valia. Em tese, o sujeito (mulheres), que executa este trabalho teria seu *status* jurídico igualado. Porém, na construção desse novo ordenamento jurídico, as mulheres permaneceram reféns de organizações sociais pré-capitalistas, que as mantiveram sob o jugo da não cidadania, posto que continuaram a não deter direitos civis e políticos. O patriarcado, se ancorou no novo modo de produção, se afirmando como ideologia:

> A conservação de sistemas de valores originados em estruturas sociais anteriores permitiria às sociedades de classes utilizar de modo diverso a força de trabalho feminina. Esta seria livre apenas na medida em que essa liberdade constituía condição *sine qua non* para a determinação da força de trabalho da mulher enquanto mercadoria. A negação de direitos civis e políticos à mulher limitava, portanto, a esfera de sua atuação, caracterizando-a, desde o início do capitalismo, simultaneamente, como construtora da riqueza e obstrutora do progresso social. Na situação da mulher não se expressa, pois, apenas a contradição que diz respeito a uma igualdade de status jurídico em contraposição com a desigualdade gerada pela divisão da sociedade em classes sociais, mas, ainda, pela contradição inerente ao privilegiamento de fato e de direito dos representantes do sexo masculino numa sociedade que se havia instituído em nome da igualdade (pelo menos jurídica) de seus membros. (SAFFIOTI, 2013, p. 108)

Importa tecermos algumas considerações, ainda que de forma breve, sobre o trabalho não remunerado da mulher. No capitalismo, onde tudo assume o novo valor de mercadoria, o trabalho não remunerado das mulheres perde, na verdade, seu lugar de trabalho e, portanto, seu valor. O trabalho fundamental das mulheres dentro da reprodução social é desvinculado, do ponto de vista econômico e ideológico, da estrutura de reprodução do próprio sistema. Desta forma, é naturalizado como inerente às mulheres sem a necessidade de qualquer intervenção social. É, pois, um trabalho no qual o sistema explora a “mão de obra feminina” como uma mercadoria extremamente rentável, pois que sem “custos”. As mulheres produzem pessoas, cuidam e as preparam para o mundo trabalho. Organizam a vida do cotidiano familiar garantindo que os/as trabalhadoras estejam aptas para a jornada diária. Realizada

esta tarefa, cumprem sua jornada formal, recebendo, ainda, menores salários por igual trabalho.

Esta reflexão permite entender o início, ainda que embrionário, da assim entendida Primeira Onda do Movimento Feminista[2] junto ao processo da revolução francesa. Sendo este um processo histórico liderado pela classe burguesa representada pelo sexo masculino, as aspirações femininas não passaram de anseios, ainda que representassem sementes germinadas. A representação do sexo masculino como a expressão humana, por excelência, e sua universalidade alçada a representação social branca e heteronormativa, informou as bases ideológicas para a sustentação de um novo regime econômico, social e político que justificaria privilégios de classe e privilégios intra classe. Dito de outro modo, mulheres e pessoas racializadas ficariam de fora da nova equação de “homens livres”. Nesse ponto, vale afirmar nossa opção teórica, apontando que a manutenção de privilégios é uma opção ao mesmo tempo consciente e inconsciente (construção social e histórica) de quem os detêm. E que sua supressão, em qualquer instância da vida, não tem concretude, a não ser que a objetivação final seja a emancipação de toda humanidade.

As insígnias de igualdade, liberdade e fraternidade se materializaram na Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão[3], visto o sujeito social homem e branco como a representação universal dos seres humanos possuidores de direitos. Apesar da grande participação e mobilização de mulheres no processo da revolução francesa, na luta contra a monarquia, o poderio da igreja (instituição política) e por condições de vida justas, suas reinvindicações específicas foram ignoradas. Mesmo diante de quadro de refuta, Gurgel (2010), considera que teria sido durante a revolução francesa que, pela primeira vez, as mulheres se apresentaram como sujeitos políticos.

> A primeira vez que as mulheres se apresentaram na história como sujeito político, foi no processo da Revolução Francesa. Além da reivindicação pelos direitos políticos, existe registro da luta das

[2] Usaremos, eventualmente, essa classificação, entendendo sua contribuição didática ao desenvolvimento de um pensamento histórico sobre a temática dentro de um ponto de vista específico.

[3] Documento síntese do processo histórico da revolução francesa, que pode ser lido na integra na biblioteca virtual de direitos humanos da USP. http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html

> mulheres pelo direito ao alistamento na carreira militar e ter acesso as armas, na defesa da revolução. Direito até então restrito aos homens, apesar da presença massiva das mulheres, nas ruas em levante populares contra o poder Real e da Igreja na organização da sociabilidade à época. Desta forma, além de lutarem pela consolidação do poder popular em contraponto ao poder burguês, as mulheres iniciaram uma batalha histórica em torno do direito de participar ativamente da vida pública, no campo do trabalho, da educação e da representatividade política. Assim durante todo o período de consolidação da sociedade moderna, as mulheres se mantiveram na resistência, por isso mesmo foram consideradas uma ameaça pela nascente ordem burguesa que, em 1793, proibiu reunião dos clubes de mulheres. (GURGEL, 2010, p. 1)

Observamos, na evidência de Gurgel, referência específica as ações das mulheres dentro da perspectiva da constituição do feminismo como movimento político e teórico na Europa. A ação das mulheres e sua resistência diante de determinações históricas outras, como o caso das sociedades coloniais/escravistas, têm construções e resultantes diversas. Para o debate ora posto, vale frisar que, mesmo diante do revolucionamento de laços sociais feudais, como o caso da supressão do privilégio da masculinidade em 1790, em que o direito sucessório foi igualado entre os sexos, as mulheres continuavam sob o jugo dos deveres e obediências matrimoniais Saffioti (2013). Ainda assim, conseguiram embrionar suas reinvindicações de forma sistemática.

Foi o caso da proposição da Declaração dos Direitos da Mulher, em 1789, por Olympe de Gouges, numa demonstração política concreta de que boa parte das mulheres não estavam satisfeitas com a permanência de sua subserviência ao sexo masculino e gostariam de, na prática, terem direitos equivalentes. O desfecho, como veremos a seguir, foi a condenação de Olympe à morte.

> [...] é a abolição dos privilégios masculinos que ela pretende. Todavia a revolução foi dirigida pela burguesia em ascensão, cujos interesses residiam, de um lado pela eliminação dos privilégios feudais e, de outro, na manutenção das regalias masculinas. Em outros termos, a palavra de ordem da revolução não era apenas burguesa; era burguesa e masculina. Frustram-se, pois, os esforços de Olympe Gouges e ela encontra a morte no cadafalso. Outras mulheres tentariam romper as barreiras que lhes opunham, combatendo através de jornais e clubes. Os primeiros, porém, têm existência efêmera, e os segundos são absorvidos pelos clubes masculinos, consolidando-se uma ordem social na qual as mulheres continuariam marginalizadas na vida política, inferiorizadas socialmente, em posição subalterna no grupo familiar e teriam de competir em desigualdade de condições com os homens pelas oportunidades econômicas (SAFFIOTI, 2013, p. 161).

A essa ação política, somaram-se outras por meio de jornais e clubes. Porém, estamos tratando de um período histórico que acabava de se revolucionar e, neste processo, guardava ainda traços do anterior. As estruturas sociais feudais herdadas mantinham as mulheres em situação de opressão, ao mesmo tempo em que a nova ordenação econômica as impelia à garantia da vida material através da "livre" disputa no mercado de trabalho com homens de sua mesma classe. A concretude violenta desta maneira de garantir a vida em sua existência material, levou ao arrefecimento momentâneo de sua ação organizada, tendo em vista a disputa desigual a que estavam submetidas, absorvidas na labuta pela garantia de seu sustento e dos seus.

Observemos a vileza a que foram acometidas neste novo modo de produção. Mulheres casadas ou solteiras, anteriormente, trabalhavam para o núcleo familiar junto ao seu marido, pais e irmãos. Na nova conformação capitalista da exploração do trabalho, passam a disputar com estes o mercado de trabalho, ao mesmo tempo que sob eles, estavam subjugadas por laços sociais já vigentes, porém levados a outro *status* no modo de produção capitalista. Este condicionante social, ao cabo, favorecia o lucro desenfreado do capitalismo nascente, visto que, nesta condição, a mão de obra das mulheres era/é passível de subvalorização (cidadãs de segunda classe), oferecendo, portanto, a possibilidade de sobreposição de extração de mais valia.

No que pese um pequeno período de pausa, o movimento de mulheres e a temática da emancipação reaparecem no debate. Imbuídas de uma compreensão, inicial, de que as lutas organizadas e movidas pelas mulheres dentro do sistema capitalista faziam parte do amadurecimento da classe trabalhadora, as teses dos socialistas utópicos, principalmente em Fourier[4], apresentavam um esforço em compreender a situação das mulheres como pertencentes à classe e, ao mesmo tempo, socialmente subjugadas dentro e fora dela. Era preciso empreender um esforço teórico que incluísse as mulheres na perspectiva de sociedade por aqueles almejada: um primeiro entendimento de que a emancipação humana incluía a todos os sujeitos sociais, pensamento cuja obviedade esbarrava (e ainda esbarra) em

[4] [...] propondo nas *Théories des quatre mouviments et des générales* em 1808, que a sociedade ofereça à mulher educação idêntica à do homem e que a liberte definitivamente dos trabalhos domésticos através da organização de uma cozinha central e de um infantário que se ocupe das crianças [...]Na medida, entretanto, em que a libertação da mulher ficava, para Fourier, na dependência da realização do tipo social por ele idealizado, não representava senão um item da consciência utópica como negadora do *status quo* (SAFFIOTI, 2013, p. 114).

entraves ideológicos e econômicos. A determinação que o gênero[5] impunha (e impõe) não era (é) entendida como uma questão específica para a qual seria necessário um esforço teórico e político no interior do debate da totalidade representada pela classe.

Esse entendimento, temos observado, passa pelo crivo da vivência aliada à percepção da ação da ideologia dominante em agência nas relações sociais existentes intraclasse. Portanto, a produção teórica, neste aspecto, está intimamente relacionada à elevação de consciência das mulheres dentro do processo de formação de consciência da própria classe. Assim foi objetivado por Flora Tristán que, dentro da perspectiva de pensamento do socialismo utópico e seus limites, procurou, para além da militância, imprimir um caráter mais teórico às reinvindicações das mulheres. Nela, já era possível observar o debate da emancipação humana aliada à igualdade de direitos entre os sexos, assim como a junção da luta das mulheres à luta de todo o proletariado Saffioti (2013). Em suas reflexões, Flora Tristán demonstrava um grande amadurecimento do entendimento da luta do conjunto do proletariado, de forma a produzir ações e teses contra o sistema que se implementava implacável em vários países da Europa e se expandia em tentáculos no mundo todo. Gurgel demonstra o seguinte:

> Também data deste período a publicação, em 1843, do livro União Operária, de Flora Tristan, no qual a autora propõe, mesmo antes de Marx e Engels, a criação de uma Associação Internacional de Trabalhadores e Trabalhadoras. Sendo, portanto, a primeira socialista a escrever sobre a indissociabilidade da luta das mulheres com a luta de classe. Neste sentido, podemos destacar o seguinte texto, no qual Tristan (1985) argumenta "[...] reclamo os direitos das mulheres, porque estou convencida que todos os males do mundo provêm da incompreensão que se tem até hoje de que os direitos naturais são imprescindíveis para o ser mulher [...]" (p. 104). A luta das mulheres,

5 Nos valeremos do uso do conceito gênero para nos referir às mediações que constituem o fenômeno social da subjugação, imposta ao sexo feminino e suas expressões de identidade, pelo sistema patriarcal. Este sistema é entendido como uma construção histórica, portanto passível de superação. Ressaltamos que a utilização do conceito de gênero, dissociado do entendimento das relações patriarcais de poder potencializada pelas relações de exploração capitalistas, o esvazia de sentido pra os estudos feministas que objetivam a supressão do sistema de exploração de uma classe pela outra. Outras apreensões dessa mediação estão postas no debate teórico feminista, como a utilização do conceito de "relações sociais de sexo", que evidenciam a construção histórica e social do sexo, fazendo a distinção necessária de perspectivas biológicas e historicizando a construção social de tais relações. Nesta dissertação, não faremos o debate das implicações e dos pontos de vista contidos nas formas de utilização destes conceitos, porém, achamos pertinente fazer as ressalvas acima para evidenciar a nossa apreensão do conceito de gênero vinculada à nossa opção metodológica pelo materialismo histórico e dialético. Para maior aprofundamento deste debate sugerimos: Saffioti (2004), Cisne (2018).

> portanto, neste período se dirigia tanto para as estruturas de Estado e parlamento, na reivindicação dos direitos civis e políticos, quanto para as organizações de trabalhadores, no sentido do apoio para as suas reivindicações que acima de tudo reclamavam por igualdade e liberdade para todos e todas. (GURGEL, 2010, p. 2)

Ocorre que o amadurecimento da classe não acompanha tal proposição teórica e militante, “ela se constituiu em objeto de repúdio tanto dos patrões quanto do operariado que, na sua imaturidade política, se revela incapaz de perceber as vinculações entre a questão feminina e as questões do proletariado*”* (SAFFIOTI, 2013, p. 163).

Na Inglaterra, à insurgência do proletariado diante da Revolução Industrial soma-se também, como na França, a ação organizada das mulheres por melhores condições de trabalho e vida. Neste caso, inicialmente, sem pretensões de igualdade entre os sexos. Em 1792, Mary Wollstonecraft busca sistematizar um pensamento sobre a questão feminina e avança sobre temas como a educação das mulheres numa compreensão de que se estas são educadas para serem inferiores, o serão sempre. Defende, entre outras questões, que mulheres e homens frequentem a mesma escola. Apesar de avançada, a obra não se desdobrou em uma ação política concreta no período (SAFFIOTI, 2013).

Saffioti, aponta para a moral Vitoriana, que salientava de forma positiva e opressora a diferença ente os sexos, o papel do não entendimento inicial por parcela do conjunto das mulheres que estavam na luta por melhores condições de trabalho e vida na Inglaterra, de que a suplantação deste estado desigual passava pela luta do proletariado, tendo as mulheres igualdade de condições para levá-la adiante e ao lado dos homens.

A mentalidade das mulheres inglesas no século XIX era permeada pela ideia natural da superioridade masculina. Porém, mesmo na presença de pronunciamentos de mulheres que não compreendiam a necessidade da igualdade entre os sexos, ou mesmo afirmassem a superioridade masculina, o incipiente movimento feminista inglês se apresentou e avançou com forma própria de organização, combatendo tal moral e tendo, por vezes, na reação violenta sua prática política;

> A moralidade Vitoriana não teve, contudo, eficácia ao tentar impedir o desenvolvimento do feminismo. Ao contrário, contribuiu grandemente para a radicalização das opiniões sobre a igualdade entre homens e

> mulheres. Talvez por isso o feminismo inglês tenha sido impelido, muitas vezes, a assumir formas violentas. As mulheres inglesas enfrentaram corajosamente situações delicadas e desafiaram o poder de resistência dos antifeministas. Sabem que disto decorrerá sua prisão, mas esta é também usada como arma à qual se acrescenta a greve de fome (SAFFIOTI, 2013, p. 171).

Se fizermos a leitura histórica deste momento, perceberemos que a consciência social das mulheres e de seu lugar nessa construção, diante de um novo modo de produção, se forma dentro de suas especificidades, porém junto à consciência de que a sociedade capitalista, em formação, divide os seres humanos em duas classes sociais fundantes: os que detêm os meios de produção e podem viver da exploração deste lugar e os que estão, em tese, “livres” para venderem sua força de trabalho.

Observado está que esta liberdade, na verdade, é condicionada pela sobrevivência, portanto, sua acepção não é, de forma alguma, plena. Essa tomada de consciência permeia a gestação da movimentação revolucionária ou, minimamente, de busca/garantia de direitos do proletariado em formação. As mulheres, ao viverem a nova forma de exploração de seu trabalho junto ao conjunto do proletariado tomavam, também, consciência de sua exploração/opressão específicas. Essa dimensão, como concordamos com os autores a seguir, é percebida de diversas formas, trazendo, portanto, ações diferenciadas a partir da vida vivida em variadas dimensões e condições:

> A consciência é determinada pela realidade social, ela é condição para sua transformação. A objetividade (da realidade existente) e a subjetividade (dos sujeitos que dela fazem parte) unem-se num único processo. A mera vivência das pessoas sobre a (s) realidade (s) sociais determinam um tipo de consciência, mas esta última pode se desenvolver de diversas formas e níveis, em função do tipo de inserção e apreensão na/da realidade, individual, grupal ou humano-genérica (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 98).

Esta compreensão pode explicar, por exemplo, porque as mulheres inglesas, em certos momentos, por vivenciarem à sua maneira - dentro da sua subjetividade e construção social conferida - a situação de exploração, se levantaram para garantir leis mínimas para a proteção de seu trabalho e do trabalho infantil, sem que avançassem para o seu próprio reconhecimento enquanto sujeitos sociais passíveis de direitos iguais. Da mesma forma, o próprio proletariado, enquanto classe, se organizava para questões imediatas de sobrevivência, sem questionamento do sistema de exploração em que estava inserido. A esse fenômeno, a tradição marxista,

partindo do debate proposto por Marx e Engels, apresenta em novas dimensões o conceito de “ideologia”[6] e sua ação no sentido de manter, no nível dos fenômenos imediatos, as contradições vividas pela emergência e desenvolvimento do MPC (modo de produção capitalista).

A ideologia dominante produz uma narrativa própria e naturaliza questões sociais postas. No que tange especificamente à situação da mulher nesse novo mundo do trabalho, sua não compreensão como pertencente ao conjunto da classe trabalhadora torna-se mais um obstáculo à sua ascensão enquanto sujeito social em igualdade de direitos. O próprio conjunto do proletariado, carente ainda de uma consciência de classe (opositora à dominante), não ultrapassava suas reinvindicações ao limite do que o próprio sistema, em configuração, tinha como formatação de sociedade, sob o domínio da burguesia. Marx observa o seguinte;

> As ideias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante é, ao mesmo tempo sua força *espiritual* dominante. A classe que têm à sua disposição os meios de produção materiais tem ao mesmo tempo os meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles a que faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isto, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, consequentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulam a produção e distribuição de ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época (MARX e ENGELS apud MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011, pGS.106-107).

No que concerne ao papel masculino na reprodução ideológica da posição da mulher dentro do mercado de trabalho, Saffioti apresenta a seguinte formulação:

> O homem desempenhou e ainda desempenha, portanto, papel relevante na dupla determinação de que é alvo a mulher enquanto

[6] “O termo “ideologia” apresenta várias interpretações e usos. Na própria tradição marxista, incluso, trata-se de forma diversificada (ver Marx e Engels (1993); Thompson (1995); Egleaton (1997); Mészaros (2004, 2008) no entanto, mais que contradições, as diferenças expressam níveis ou dimensões diversas do conceito” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 105).

> membro de uma classe e enquanto pertencente a uma categoria de sexo. Se ela é duplamente determinada, a consciência do homem é duplamente contraditória. Na medida em que justifica e auxilia a promover a expulsão da mulher da estrutura de classes em virtude do seu sexo, reforça a sua própria dominação enquanto membro de uma totalidade parcial oposta a outra e oculta essa determinação de si próprio na manutenção de estruturas parciais em que reina como soberano (família, por instância). A retenção, por parte do homem do domínio no grupo familiar faz da família uma estrutura obstrutora da expansão econômica da sociedade, quando, na verdade, ela apenas medeia e camufla relações de produção. (SAFFIOTI, 2013, p. 77)

Em síntese, dentro do processo de formação contingente e social da classe trabalhadora, a luta das mulheres por direitos se coloca numa perspectiva de busca de igualdade político jurídica, assim como de pertencimento em situação de igualdade econômica a esse novo mundo do trabalho. A ascensão da burguesia precisava da retórica da igualdade. Esta, por sua vez, abriu espaços de elevação de consciência das mulheres, assim como do conjunto da classe, ao mesmo tempo que as/os subjugou a uma nova forma de exploração de seu trabalho, tendo na ideologia o aporte que reificava o sistema patriarcal para manutenção da opressão como via de elevação da exploração econômica. Essa dupla determinação, opressão/exploração, coloca as mulheres em local específico dentro da sociedade de classes, elevando seu papel de contestação e ação na suplantação deste sistema.

1.2 Perspectivas macroteóricas e políticas do Movimento Feminista.

Exposta uma pequena gênese da formação, enquanto sujeito político, do movimento de mulheres, partiremos para os desdobramentos teóricos desse reconhecimento. Já apontamos, no ponto anterior, que a identificação enquanto sujeito político, ocorrido junto à revolução francesa, trouxe o caráter de luta por igualdade política e por direitos civis como constituidor da formação do movimento de mulheres na Europa. Observamos, ainda, um avanço dessa concepção ao tratarmos da busca pelo entendimento de seu pertencimento necessário à classe trabalhadora. Procuraremos, a seguir, de forma mais acurada, apresentar as linhas teóricas e os desdobramentos práticos da militância das mulheres dentro da consolidação do sistema capitalista e dos movimentos que visavam/visam sua superação.

Uma das questões que, talvez por má fé, alguns atores políticos que se propõem a “debater” o tema no campo da esquerda ainda tragam à baila, quando falam de feminismo, é sua origem dentro de uma revolução burguesa, portanto liberal, para

afirmar o caráter divisionista e, por definição, teórica, liberal, de tal movimento. Tamanha é a falácia, que se assim o fosse, teríamos, da mesma forma, que apontar o caráter liberal da classe trabalhadora. Para nós, é pacífico dizer que o revolucionamento burguês na modernidade trouxe à tona uma sociedade em que a classe social é a mediadora dos processos de formação, reprodução social e material da sociedade. Sua sociabilidade é exercida de forma central em termos de oposição econômica entre trabalhadores e donos dos meios de produção. Cabe aqui, evidenciarmos que ao afirmarmos que a classe social é a mediadora da sociedade no MPC, não a apresentamos como um ente que comporta de forma homogênea todas as opressões sofridas pelos indivíduos sociais nos seus mais variados graus e construções ou, que esteja nela contida, por si só, a solução de todas as mazelas da sociedade expressas nas opressões de grupos ou setores sociais sobre outros, produtoras de desigualdades profundas, além de verdadeiras atrocidades do ponto de vista humanitário. Concordamos com Cisne (2018, p.37) ao explicitar esse entendimento:

> Assim, a classe não é uma massa homogênea, mas tem "raça"/ etnia e sexo. "'Se é certo que o capitalismo utiliza uma estratégia de 'dividir para reinar', a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de classe, de 'raça', de gênero e das práticas sociais'" (Souza-Lobo, 2011, p.173). Dessa forma, não podemos compreender o sistema capitalista apenas por meio da explicação dos fatores que constituem a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas.

Apontamos que, no MPC, a divisão em classes é fundante de uma sociabilidade que acomoda, como parte de sua construção, as opressões/desigualdades de modo que as perpetua como naturais, capitaliza e aprofunda suas existências para efeito de sua própria reprodução. Não obstante não termos, ainda, tratado da questão racial, o que faremos mais adiante, a compreendemos, junto à questão de gênero (sexo e sexualidade), como estruturante das múltiplas determinações a que estão submetidos os indivíduos sociais nas sociedades divididas em classes. Neste debate, coadunamos com Montaño e Duriguetto ao que tange à centralidade da categoria classe no MPC;

> Por isso usamos a palavra 'centralidade' da questão da classe, e não a palavra 'importância', 'relevância' ou 'primazia'. O fato de essa questão (de classe) ser *central* não lhe confere maior importância ou relevância sobre outras tantas questões (racial, de gênero, sexual dentre uma infinidade de outras). É *central* porque é *fundante* do MPC, porque peculiariza e caracteriza esse modo de produção. Não por ser

> mais importante ou anterior que outras. Ao contrário, muitas questões, como a racial, de gênero etc., são anteriores historicamente e precedem a questão de classe no MPC as incorpora e redimensiona, mas elas não caracterizam o sistema comandado pelo capital. Ainda, o capitalismo pode existir e se perpetuar mesmo resolvendo a discriminação racial, de orientação sexual de gênero etc.[...]. Não que o sistema capitalista promova isso, mas em essência ele pode subsistir sem essas formas de discriminação e desigualdade. Não pode subsistir, o MPC, um único minuto, sem a contradição, sem a exploração do trabalho pelo capital. Isso confere a *centralidade* à questão de classe, em função de ela ser fundamento da sociedade capitalista. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 127). Grifos dos autores.

No interior do debate inicial sobre as vertentes teóricas do movimento feminista, não nos opomos ao fato de que, no movimento de mulheres, a vertente liberal tenha se colocado e se mantenha firme até os dias atuais, embora com ela não façamos coro. A perspectiva teórica por nós trabalhada segue em acordo com a produção sobre o feminismo dentro da práxis política para a construção socialista e instrumentalizada pela tradição marxista.

O caráter reformista da vertente liberal no movimento feminista nos parece um desdobramento do próprio sistema capitalista: uma tentativa de equalizar, dentro dos limites do sistema, as contradições tanto da filosofia social liberal como da inevitável entrada das mulheres no mercado de trabalho. Ao levantar a bandeira da igualdade entre homens e mulheres descolada da análise da sociedade dividida em classes inconciliáveis, o feminismo liberal reifica as explorações e opressões, pois dela (sociedade de classes) pode se beneficiar para sua própria ascensão. Em outras palavras, a nosso juízo, se não há um questionamento das origens da opressão e da exploração a que são submetidas as mulheres enquanto parte de um sistema econômico excludente por essência, não se criam bases para sua superação.

A liberdade liberal se baseia no fato, por eles dado como natural, de que alguns detêm os meios de produção e os meios para a reprodução material da vida e outros não. Os trabalhadores, assim, seriam despossuídos desses meios pela natureza da evolução da sociedade. Detentores de propriedade privada são a expressão natural de desenvolvimento da sociedade, não importa que movimentação societária lhes conferiu tal posição. Para o feminismo liberal, dentro desse “arranjo”, seria possível alcançar algum nível de justiça social. Assim sendo, torna-se tão natural quanto o exposto acima que mulheres pertencentes a estratos mais abastados da sociedade não questionem tal “arranjo societário” e passem a produzir e reproduzir uma teoria

que as coloque em igualdade política com os homens, sem questionar as estruturas econômicas existentes.

Não importa, nessa vertente, a exploração em si, importa que as mulheres possam, tanto quanto os homens, exercê-la. Obviamente, não se lerá de forma tão evidente no feminismo liberal tal assertiva, todavia, assim se expressa a prática de um movimento social que busca a igualdade política sem o questionamento da raiz econômica do funcionamento da sociedade, visando sua superação[7]. Segundo Saffioti,

> [...] se o feminismo pequeno-burguês objetivava e ainda visa estabelecer a igualdade social entre os sexos, ele não representa senão uma modalidade de consciência utópica no sentido de desejar e lutar por uma transformação parcial da sociedade, acreditando ser possível conservar intactos os fundamentos desta (SAFFIOTI, 2013, p. 194).

Mesmo para as mulheres da classe trabalhadora, tal discurso pode se apresentar como natural tanto quanto é natural o discurso de que a meritocracia coloca os seres humanos em categorias econômicas e sociais distintas. Na barganha dos direitos fracionados a este ou àquele setor, o sistema capitalista demonstra sua capacidade de elasticidade, perdem-se as convenções, permanecem os lucros e seus possuidores. Assim, o combate à reprodução, dentro das classes, de opressões dirigidas a categorias, pode ou não estar ligado a uma perspectiva emancipatória total. Uma mulher da burguesia, para sua ascensão política, por exemplo, pode se valer da exploração de uma mulher da classe trabalhadora racializada para garantir sua presença na vida pública ou mesmo sua colocação diferenciada no mercado de trabalho por conta das liberalidades permitidas por sua condição econômica (podemos observar sintomas destas relações de trabalho dentro da própria classe trabalhadora). A superação de uma opressão, dentro desta perspectiva, não estaria, em sua origem

[7]Betty Friedan fundou, em 1966, aquela que chegou a ser uma das organizações feministas mais poderosas dos Estados Unidos e sem dúvida a máxima representante do feminismo liberal: a Organização Nacional para as Mulheres (NOW). O feminismo liberal se caracteriza por definir a situação das mulheres como desigual – e não de opressão e exploração – e por postular a reforma do sistema até conseguir igualdade entre os sexos. As liberais começaram definindo o problema principal das mulheres como sendo o da sua exclusão da esfera pública e reivindicavam reformas relacionadas com a inclusão das mesmas no mercado de trabalho (GARCIA, 2015, p. 85).

e desdobramentos, ligada à superação da exploração de um ser humano sobre o outro.

Recentemente lançado, “Feminismo para os 99%, um manifesto” (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019) aborda de forma muito contundente o que significa, nos dias atuais, a vertente liberal dentro do movimento feminista e sua aparente luta por igualdade. Ancorado na insígnia do “faça acontecer”, se pretende porta voz de todas as mulheres com o “canto da sereia” da igualdade política. Sabemos, contudo, já de origem, que a igualdade política não resolve os problemas de desigualdade econômica que assolam de forma aguda o mundo contemporâneo. Dessa forma, concordamos com o manifesto em sua análise dos efeitos do feminismo liberal na reprodução ideológica do sistema capitalista;

> Completamente compatível com a crescente desigualdade, o feminismo liberal terceiriza a opressão. Permite que mulheres em postos profissionais-gerenciais *façam acontecer* precisamente por possibilitar que elas se *apoiem* sobre mulheres imigrantes mal remuneradas a quem subcontratam para realizar o papel de cuidadoras e o trabalho doméstico. Insensível à classe e à etnia, esse feminismo vincula nossa causa ao elitismo e ao individualismo. Apresentando o feminismo como movimento ‘independente’, ele nos associa a políticas que prejudicam a maioria e nos isolam de lutas que se opõem a essas políticas. Em resumo, o feminismo liberal difama o feminismo. (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 38)

Neste ponto, não podemos deixar de observar que as relações sociais hierárquicas ocorridas intraclasse são uma realidade a ser analisada e enfrentada. Mesmo entre mulheres da classe trabalhadora, é possível verificar a existência de laços sociais no mundo do trabalho que não correspondem à noção de donos dos meios de produção x trabalhadores livres (que expressariam as relações clássicas de exploração), mas que dentro da construção histórica das sociedades subalternizam mulheres racializadas, no caso da sociedade brasileira, principalmente mulheres negras e indígenas. Fruto de um processo colonial escravocrata, para as mulheres negras são reservados certos postos de trabalho que permitem que “outras mulheres” se “aventurem” no trabalho fora do lar, havendo para estas a possibilidade de alguma realização mínima, ainda que transitória, no trabalho. Não hierarquizamos aqui o trabalho realizado e sim sua valorização dentro da sociedade capitalista. Problematizamos a falta de opção muito mais aguda para algumas mulheres devido a processos discriminatórios racializados e, por consequência, excludentes, mesmo dentro da pouca margem de manobra intraclasse. Tal problematização nos parece

fundamental, qual seja, conceber que no concreto das experiências históricas, não são universais as construções sociais da condição do sujeito social mulher. A reflexão trazida por Cisne (2018, p. 36) nos ajuda a compreender melhor tal dinâmica. Vejamos:

> A análise da condição da mulher no mundo do trabalho não é uma questão de ordem linguística ou meramente gramatical. Ou seja, não se trata, apenas, de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição da classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que os homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes. Da mesma forma, podemos utilizar essa reflexão para a questão étnico-racial. O racismo também é um dos elementos fundamentais para desvelarmos os mecanismos de dominação e exploração de classe.

O que queremos deixar explícito neste debate é a complexidade das relações sociais dentro da própria classe. Não perceber essas margens divisórias traduzidas na forma da ideologia dominante é permitir que a agência ideológica capitalista que racializa de forma discriminatória as relações sociais se instalem no fracionamento do entendimento de pertença à própria classe, vista essa como o lócus do enfrentamento ao sistema. O movimento feminista socialista, portanto, não pode, sob risco de contradição fatal, ser apenas anticapitalista, deve, necessariamente, ser antirracista e anti-opressões. Concordamos com a leitura de bell hooks ao explicitar que

> Desde o princípio, mulheres brancas com privilégio de classe eram bem cientes de que o poder e a liberdade que queriam era a liberdade que elas percebiam que os homens de sua classe aproveitavam. Sua resistência à dominação masculina patriarcal no lar proporcionou a elas uma conexão que poderiam usar para se unir, ao longo das classes, com outras mulheres cansadas da dominação masculina. Mas somente mulheres privilegiadas tiveram o luxo de imaginar que trabalhar fora de casa iria realmente proporcionar ganho suficiente para permitir que fossem economicamente autossuficientes. As mulheres da classe trabalhadora já sabiam que o salário recebido não iria libertá-las (HOOKS, 2019, p. 67).

As bases do pensamento de hooks constam no que se refere a formulação prática do conceito de interseccionalidade, que veremos a frente. Tal formulação se deu com o movimento de feministas negras lésbicas nos Estados Unidos, que compreendiam a impossibilidade de dissociação de expropriação/opressão/exploração8.

[8] Ver mais sobre o assunto em (HOOKS, 2019).

Sob a ótica do materialismo histórico e dialético, Saffioti nos apresenta a sua compreensão do entrelaçamento das categorias raça, gênero e classe, as quais conformariam um nó na conformação do sistema de exploração/opressão capitalista:

> A ideologia desempenha - através da inversão que promove nos fenômenos sociais – papel fundamental no permanente processo de constituição do sujeito-objeto. Não se pode esquecer que essa realidade é móvel, pois a alienação presume a desalienação; a coisificação supõe a humanização. Graças à natureza porosa da ideologia e à emergência e ao desenvolvimento de contra ideologias, as possibilidades de desalienação-humanização estão sempre presentes.
>
> Cabe chamar a atenção para o fato de que os processos de subjetivação-objetivação estão constantemente sujeitos à capacidade-incapacidade de apropriação dos frutos da práxis humana por parte de seus sujeitos, não somente por ser a sociedade brasileira dividida em classes sociais, mas também por ser ela atravessada pelas contradições de gênero e de raça/etnia. Não se trata, contudo, de conceber três diferenças de ordenamentos das relações sociais, correndo paralelamente. Ao contrário, esses três antagonismos fundamentais entrelaçam-se de modo a formar um só nó. Convém alertar, contudo, para o fato de que não se trata de uma dissolução dos três eixos ao longo dos quais se estruturam as desigualdades, traduzidas em hierarquias e diferentes tipos de conflito entre os *Socii.* Trata-se de um entrelaçamento, que não apenas põe em relevo as contradições próprias de cada ordenamento das relações sociais, mas que as potencializa. Em outros termos, esse nó apresenta uma lógica contraditória. (SAFFIOTI, 2019, p. 141,142)

1.3 O sufrágio feminino sob a ótica das feministas socialistas e liberais

A luta pelo sufrágio feminino colocou na arena política, mais uma vez, as contradições do sistema capitalista em formação. O sufrágio universal apresentado no processo das revoluções burguesas é masculino e branco. Lidar com essa contradição testa e demonstra a capacidade de maleabilidade do sistema. Desencadeada desse contrassenso, a ação organizada das mulheres demonstraria, por seus objetivos proclamados, os vários horizontes possíveis do alcance do sufrágio feminino. A nosso entender, esses horizontes acendem a demarcação das vertentes políticas e macroteóricas do movimento feminista. Sobre este debate, Gonzalez explicita

> Ao fim e ao cabo, o feminismo e o socialismo tinham a mesma aspiração: estabelecer um novo sistema de relações humanas em que homens e mulheres desfrutassem os mesmos direitos. É certo, por outro lado, que as feministas burguesas aspiravam a alcançar esse novo sistema de relações humanas introduzindo transformações apenas na ordem social vigente (acesso a educação, direito ao voto, igualdade perante a lei, direito de controlar suas propriedades e suas

> riquezas), e não realizando uma revolução, como propunham as socialistas. Esta diferença de posturas criaria um abismo entre elas e acabaria impedindo sua colaboração (GONZALÉS, 2010, p. 56).

A luta pelo sufrágio nos parece ser o fio condutor político que orientou a práxis do movimento feminista pequeno burguês em seu caminho liberal. Isso não significa dizer que o movimento feminista ligado às questões da classe operária e ligado à teoria socialista não compreendesse a importância do voto feminino e fizesse sua defesa, ao contrário. Nos congressos das organizações socialistas, as mulheres subiam à tribuna para fazer a defesa do direito ao voto, o concebendo como processo de fortalecimento da luta anticapitalista, da mesma forma o faziam dentro das organizações operárias.

Na luta pela defesa do sufrágio feminino, as posições de um e outro feminismo se faziam exemplificar. Em sua conferência no Congresso de fundação da Segunda Internacional Socialista (1889), Clara Zetkin, expoente da luta socialista e feminista na Europa, expõe para uma plateia de 400 delegados eleitos em 19 países, dentre os quais somente 8 delegadas (fato que reafirmava a necessidade da auto-organização das mulheres dentro das organizações socialistas), o que viria a ser a " primeira declaração política da classe trabalhadora europeia sobre a questão das mulheres" (GONZALÉS, 2010, p. 60).Nela, defendia a importância do trabalho feminino fora de casa com igualdade de salários e a *necessidade* de a emancipação feminina ocorrer para além da esfera econômica, numa compreensão de sua subjetividade e condições sociais específicas, trazendo, a partir dessa compreensão, as mulheres para dentro da luta partidária:

> Outro assunto diferente eram as condições nas quais as mulheres desenvolviam sua atividade profissional. Ao se converterem em assalariadas dentro do sistema capitalista, conseguiram efetivamente independência econômica, mas não haviam alcançado sua emancipação, em absoluto. De fato, só tinham trocado de opressores. Não estavam submetidas aos homens, e sim, como o restante dos trabalhadores, aos empresários capitalistas. Portanto, uma vez que não havia oposição de interesses entre a classe operária e as mulheres, já que ambos almejavam alcançar sua libertação através da revolução socialista, os dois deveriam unir suas forças filiando-se aos partidos socialdemocratas para conseguir que a revolução socialista se realizasse com êxito (GONZALÉS, 2010, p. 61).

Na Alemanha, o Partido Socialdemocrata Alemão (SPD), o maior e mais influente partido da Segunda Internacional, fazia a defesa do voto feminino sem nenhum tipo de restrição (não sem um grande debate interno). Em seu primeiro

programa, datado de 1891, incluía o voto para todos os cidadãos adultos e defendiam a participação das mulheres na vida política do país: “Baseavam-se no pressuposto de que as mulheres tinham o mesmo interesse que os homens em redigir as leis de seu país, já que eram igualmente afetadas por elas” (GONZALÉS, 2010, p. 55). Isto não significava dizer que a autonomia do movimento feminista estava descartada, ao contrário, Zetkin se manteve firme em suas posições feministas, dentro e fora do PSD. Produzia material direcionado às mulheres da classe trabalhadora abordando a questão feminina em várias dimensões. Dentro da estratégia de unificar a luta dos socialistas à luta das mulheres e demarcar posição com as feministas burguesas, em 1907, paralelo ao sétimo Congresso da Segunda Internacional, foi realizada a primeira Conferência de Mulheres Socialistas. Nos debates da Segunda Internacional, alcançam o objetivo de garantir que os partidos socialistas levassem a cabo a defesa do voto feminino.

> Com a resolução, Zetkin atingia ao mesmo tempo dois objetivos: comprometer os partidos socialistas na luta pelo sufrágio feminino, fazendo com que, a partir daí todos incorporassem em seus programas essa reivindicação; e traçar uma clara linha divisória entre o feminismo burguês e o movimento de mulheres socialistas. O movimento feminista burguês e o movimento de mulheres socialistas coincidiam na reivindicação concreta do direito ao voto, no entanto, diferiam na maneira de interpretar esse direito. Para as burguesas, tratava-se de um direito inalienável do indivíduo [...] para alcançar a igualdade jurídica com os homens, dentro da ordem vigente. Para as socialistas [...] o voto representava uma conquista que lhes permitiria participar mais ativamente da vida política, facilitando-lhes o trabalho para alcançar uma sociedade sem classes (GONZALÉS, 2010, p. 63,64).

Na França, foi a partir da proposição de um deputado socialista que as mulheres conseguiram, finalmente, o direito ao voto, mesmo com grande resistência e trâmite dentro do parlamento francês (SAFFIOTI, 2013). Cabe frisar, a registro de importância histórica, as ações das feministas francesas pequeno burguesas, bem como das inglesas (estas, muitas vezes impelidas a uma reação tão violenta quanto à radicalidade lhes imposta), e de outros países na luta pelo direito ao voto das mulheres[9] A ótica e os limites aqui debatidos não tiram os méritos dessas lutadoras sociais (feministas pequeno burguesas) em sua época. Analisamos, contudo, a eficácia dessas ações no passo à frente, no sentido da busca de uma sociedade

[9] Para uma maior apreensão do processo histórico do movimento sufragista feminino consultar (SAFFIOTI, 2013), (GONZALÉS, 2010), (DAVIS, 2016).

socialmente justa para todos, incluindo neste sentido de justiça a reorganização da distribuição e produção da riqueza. Neste aspecto, Saffioti é enfática ao relacionar a ação das mulheres pequeno burguesas ao próprio desenvolvimento do capitalismo, considerando-as como implementadoras de mais um processo de desenvolvimento da engrenagem do sistema. Um simulacro que, ao fim de sua ação, contribui para camuflar as contradições centrais do MPC, inclusive no que diz respeito à permanência potencial de marginalização de categorias.

> Deste ângulo, o feminismo pequeno burguês, não é na verdade um feminismo. Representa, ao contrário, uma força de consolidação da sociedade de classes na medida em que permite a esta assumir uma aparência que melhor dissimule suas contradições internas. A conclusão a que esta constatação leva não pode ser outra a de que o feminismo é uma proposição falsa se considerada como perspectiva autônoma. Na verdade, não existe um feminismo autônomo, desvinculado de uma perspectiva de classe. (SAFFIOTI, 2013, p. 191)

Quando falamos de feminismo socialista, isso não implica dizer que todos os homens e mulheres socialistas estavam ou estão ganhos para a necessidade da causa feminista. As feministas socialistas empreenderam vários debates dentro de suas organizações para demonstrar a importância de sua participação consciente e com direitos no mercado de trabalho e da elevação de seus *status* jurídico político objetivando pensar e legislar sobre a sua própria situação na sociedade de classes e sua suplantação. Neste estudo tratamos de afirmar, em acordo com Marx, que dentro do MPC, junto à ação revolucionária que trouxe suas bases ideológicas e materiais, foram também postos os agentes de sua destruição (MARX, 2001). Dentre esses agentes, as mulheres organizadas dentro da classe cientes de sua condição específica.

Contudo, a consciência da necessidade de superação do sistema capitalista não trazia por si só o entendimento da necessidade da luta feminista. Determinantes sociais agiam da mesma forma em homens da burguesia e do proletariado. Sabemos que situações de privilégio não são facilmente reconhecidas e superadas. Desta constatação, as mulheres socialistas percebem a necessidade da sua auto-organização dentro dos partidos e organizações operárias.

Debate este que por vezes era (e ainda o é) acirrado; para alguns, esta ação poderia se caracterizar como um desvio pequeno burguês da luta fundamental da classe, podendo se configurar em um fracionamento da luta, uma possibilidade de

divisão dentro da própria classe, o que, por sua vez a enfraqueceria. A bandeira de igualdade entre homens e mulheres era/é questão tida como resolvida por defensores de tal hipótese, com a implementação do socialismo.

Tal atitude, no nosso entender, é uma redução do debate teórico sobre os métodos e orientações políticas para a implementação do socialismo e das realizações nele aspiradas. As formações sociais históricas de sociabilidades bem anteriores ao MPC demonstraram sua capacidade de permanência à revelia do sistema econômico, vide o próprio patriarcado e questões étnico/raciais. Demonstraram ainda, capacidade de se mesclarem à nova ordem econômica e social de modo a reproduzirem o novo sistema enquanto reproduzem a si próprias. Portanto, no plano de construção de uma nova sociedade, desenvolver e socializar as forças produtivas e reorganizar a propriedade não se configurariam, por si só, ações capazes de reverter a opressão sobre o sexo feminino, sobre o gênero ou sobre a questão étnico/racial. Abrem sim, caminho para a realização da emancipação humana, contudo, carecem, de uma formulação específica que trate de elevar as consciências em novos patamares civilizatórios. Saffioti observa o seguinte:

> Seria ilusório, entretanto, imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente. A realização histórica de sociedades de economia coletiva tem mostrado que, embora a emancipação econômica da mulher seja condição *sine qua non* de sua total libertação, não constitui, em si mesma, esta libertação integral (SAFFIOTI, 2013, p. 128)

A autora em tela, trata o debate da questão da mulher na teoria socialista explicitando, de forma dialética, a questão da classe ao mesmo tempo em que esboça suas particularidades. Busca apontar que tais particularidades estão determinadas pelas sociedades onde objetivamente as classes se concretizam. Não há como teorizar sobre o ideal. O concreto das relações sociais, que se reproduzem sob a base econômica, traz determinações específicas aos sujeitos, solicitando apreciações e saídas específicas para marcadores de discriminação seculares como são o caso da raça e do sexo.

1.4 Construção social do sujeito político mulher em sociedades coloniais e escravocratas.

1.4.1 O caso Norte Americano

Nos Estados Unidos da América (EUA) a ação organizada das mulheres se dá em torno do debate antiescravagista no século XIX. Este é o fio condutor para a empresa das mulheres na vida pública, visto que, para que suas reivindicações em torno do fim da escravidão fossem ouvidas, suas vozes enquanto demandantes sociais deveriam ser respeitadas e qualificadas. Embora guarde grande diferença na aplicação prática e resultante histórica, a opressão sofrida pelas mulheres brancas no período foi comparada pelas mesmas a uma ação de valores muito parecida, segundo elas, com os da escravidão, uma retórica muito utilizada pelas mulheres estadunidenses no período. Segundo Davis,

> As mulheres brancas do Norte – tanto as donas de casa de classe média quanto as jovens operárias – frequentemente evocavam a metáfora da escravidão quando tentavam expressar suas respectivas opressões. Aquelas de melhor situação econômica começaram a denunciar o caráter insatisfatório de sua vida doméstica, definindo o casamento como uma forma de escravidão. Para as trabalhadoras, a opressão econômica sofrida no emprego tinha uma forte semelhança com a escravidão. (DAVIS, 2016, p. 46)

Os ares da industrialização se impuseram nas vidas das famílias brancas norte americanas, alterando sua estrutura e divisão das tarefas de sustento. Assim como ocorreu na Europa, a posição que as mulheres ocupavam na sociedade se modificava trazendo à tona as contradições que essa nova forma competitiva de garantir a vida material carregava em sua essência. De partícipes ativas da economia doméstica e, portanto, de sua comunidade, função que lhes guardava um posicionamento diferenciado no cotidiano familiar e na sociedade, elas se tornaram, nos setores médios, na formulação de Davis, “a serviçal do marido” (DAVIS, 2017, p. 45) ou em meio às trabalhadoras mais uma, vilmente explorada.

Importa dizer que a sociedade norte americana guardou para as mulheres determinações múltiplas na sua construção social. Tratamos de uma sociedade escravocrata, portanto ao falarmos de mulheres, é necessário falar de quais mulheres, pois que estavam sobre o crivo da questão racial. Apesar de toda a mobilização inicial ocorrer em torno da pauta da escravidão, a condição das mulheres negras não foi tratada de forma específica pelo movimento que se esboçava. Nem mesmo a situação das mulheres trabalhadoras brancas proletarizadas foi elevada inicialmente ao debate, como ocorreu na Europa. Grande parte das organizações que se formava era composta por mulheres de classe média, suas reivindicações estavam na esfera da igualdade política, não sendo observadas, por estas, as relações sociais vivenciadas

por mulheres fora de sua experiência de vida, ou mesmo o fato de que se beneficiavam da ordem escravocrata na diminuição de tensões oriundas da vida “domestica privada”.

Para as mulheres negras escravizadas, o trabalho em igualdade de condições com os homens, e fora de casa, era uma realidade imposta. Assim como eles, eram “instrumentos” de trabalho e vistas como “unidades de trabalho lucrativas para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. (DAVIS, 2016 p.77) Para as mulheres escravizadas, a divisão sexual do trabalho não se apresentava de forma decisiva, importava a capacidade de produção. O trabalho fora da unidade familiar pode ser observado na sociedade atual como forma de permanência histórica. As mulheres negras continuam, desde cedo, ocupando postos de trabalho (subalternizados) externos à casa. O trabalho fora do lar, para a mulher negra, segue um padrão herdado do sistema escravagista.

À relativa igualdade com os homens negros escravizados, do ponto de vista do trabalho, se impunha também, quando necessário, a determinação do sexo, não com a construção mitificada da mulher enquanto “rainha do lar, (ideologia da feminilidade do século XIX), mas com uma construção específica, eivada da questão racial, que amplificava a forma de imposição, por parte dos donos de escravos, de sua dominação. Davis descreve o seguinte:

> No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica a dos homens. Mas, as mulheres sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p. 19).

Mesmo com a proibição do tráfico internacional de escravos e, por consequência, a necessidade de reprodução doméstica da mão de obra escrava, as mulheres negras não foram elevadas ao *status* de mães. Dentro da sociedade estadunidense do século XIX eram vistas, a partir de então, sob o olhar que quantificava sua capacidade de trabalho e sua capacidade de reprodução. Toda essa dinâmica específica de dominação imposta pelo sistema escravocrata, no que tange

à forma de exploração do trabalho de homens e mulheres escravizados, trouxe dimensões variadas para as relações oriundas desse estado de coisas entre os homens e mulheres negras. Davis aponta que muitos estudos a respeito da família negra reduziam o impacto da escravidão na dissolução das mesmas e produziam explicações para o subdesenvolvimento posterior das comunidades negras devido a um pseudo matriarcado que regia as relações das famílias negras escravizadas[10].

Não obstante, precisamos afirmar que as mulheres negras escravizadas empreenderam forte resistência à instituição escravista, desafiaram com grande combatividade a escravidão imposta ao seu povo. Esta ação as colocava, mais uma vez, em igualdade com os homens negros escravizados.[11] Dentre essas ações, faremos o registro de duas que exemplificam a diversidade das formas de resistência implementadas pelas mulheres negras;

> Em Natchez, Louisiana, uma escrava comandava uma "escola noturna", dando aulas ao seu povo das onze horas da noite às duas da manhã, de maneira que conseguiu "formar" centenas de pessoas [...]Nenhuma discussão sobre o papel das mulheres a resistência à escravidão estaria completa sem um tributo a Harriet Tubmam por seu extraordinário ato de coragem ao conduzir mais de trezentas pessoas pelas rotas da chamada *Underground Railroad*. [...] Durante a Guerra Civil, Harriet Tubman manteve sua oposição incansável à escravidão, e ainda hoje detém o mérito de ter sido a única mulher nos Estado Unidos a liderar tropas em batalha. (DAVIS, 2016, p. 34).

No interior do debate de resistência e combate implementado pelas mulheres negras à escravidão, cabe frisar o apontamento feito por Davis com relação à utilização do estupro como forma de castigo à reação das mulheres à sua condição de escravas. A autora aponta que esta forma de castigo não deve ser reduzida à compulsão sexual dos homens brancos. Seria o estupro, na verdade, uma forma de submeter as mulheres negras escravizadas à sua condição subalterna de mulher, por vezes relativizada quando do exercício do trabalho. Essa relativização, no que tange

---

[10] Para um maior entendimento das relações familiares das mulheres negras escravizadas e sobre a tese do matriarcado, consultar Davis **(**2016, p.25-31).

[11]Diversos relatos são apresentados por Davis. Ações desde a participação em revoltas, como utilização da educação para manutenção de suas raízes, até o envenenamento de seus senhores ou feitores são demonstradas para promover o debate da resistência da mulher negra escravizada. (DAVIS, 2016)

ao trabalho, trouxe para as mulheres negras um entendimento diferenciado de suas relações sociais com os homens negros. Ao que infere Davis, trouxe também um fator a mais para sua resistência, assim como elevava a sua brutal punição diante de qualquer empreitada de rebeldia. “O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros.” (DAVIS, 2016, p. 36)

Ainda que de forma breve, o exposto acima nos revela que a posição social dos sujeitos, no caso deste estudo, das mulheres, tem determinações históricas que informam, além da classe, a raça (construção política e ideológica). Essas duas categorias sociais, “raça” e “sexo”, que permanecem marginalizadas no sistema capitalista, não são fundantes deste modo de produção, posto que anteriores. Porém, por ele são aprofundadas e elevadas a outros patamares para a obtenção de maior lucro advindo da exploração e expropriação do trabalho. Tais categorias não são suficientes para abarcar a totalidade, como o é a classe, tanto para efeito analítico, tanto como para o debate de sua superação. Contudo, trazem determinações sobre seus sujeitos que não podem ser ignoradas quando discutimos a movimentação desses mesmos sujeitos dentro da classe. Em outras palavras, assim como o sexo, a raça age de forma a complexificar as relações dentro e fora da classe. Se apresentam como fatores que promovem determinações históricas, cujas dimensões devem ser consideradas na forma como agem condicionando, ao atribuir linhas divisórias sociais dentro da própria classe. Tais relações sociais atuam no grau de socialização da riqueza produzida, para além do que já é posto (de forma diferenciada) no sistema de divisão em classes, pois, que, agem dentro delas (classes sociais) trazendo mobilidades mínimas e imobilidades – construções ideológicas específicas que atuam na produção de divisões internas. Se a centralidade da classe persiste, ela não é (a classe) de forma alguma homogênea. Nos privarmos do debate racial significa perpetuar a construção ideológica capitalista.

> Essa percepção de heterogeneidade da classe nos possibilita engendrar táticas que podem traduzir ‘em práticas reivindicatórias diferenciadas e autônomas, desfazendo a centralização e a hierarquização que tornam invisíveis as formas de resistência de uma parte da classe operária’ (Souza-Lobo, 2011 p.79) [...] Essa perspectiva permite ainda que as discriminações não sejam mais atribuídas aos sujeitos específicos [mulheres, negros (as)], mas, sejam consideradas um problema de toda a classe. É nesse sentido que Simone de Beauvoir (1980, v.2) afirma: ‘o problema da mulher sempre

> foi um problema dos homens'. Concordamos com Beauvoir, afinal, 'não existe uma questão que afete a mulher que não seja também uma questão social mais ampla, uma questão de interesse vital para o movimento revolucionário, pelo qual tanto os homens como as mulheres comunistas devem lutar' (Waters, 1979, p.42) (CISNE, 2018, p. 37).

Acerca da movimentação das mulheres "livres" em torno da causa abolicionista, esta era vista como o meio de sua própria emancipação política. Sabemos que as determinações sociais e econômicas sobre as mulheres brancas foram muito diferentes das que as sobre a população negra. Ainda assim, a causa abolicionista agiu como um espelho abaulado em que as mulheres brancas perceberam sua posição desigual na sociedade estadunidense: "ao lutar contra a escravidão do negro, elas examinam sua condição à luz das ideias abolicionistas e organizam um movimento de reforma das instituições que as colocavam numa condição relativamente próxima à do negro*"* (SAFFIOTI, 2013, p. 177). Ainda que dentro de uma perspectiva deficitária - porque não afirmar inexistente -, da realidade das mulheres negras dentro de todo o processo, a ação das mulheres brancas logrou episódios vitoriosos na luta contra a instituição escravista e foi parte importante da luta pela abolição. Nos cabe ressaltar, que a luta pela abolição da escravatura não significou dizer a luta pela resolução da questão racial. A experiência organizativa advinda das ações das abolicionistas foi de grande valia quando da luta pela sua "própria" emancipação política;

> Como revela o estudo de Eleanor Flexner sobre o movimento de mulheres, as abolicionistas acumularam experiências políticas de valor incalculável, sem as quais não teriam conseguido organizar de modo efetivo a campanha por seus direitos mais de uma década depois. As mulheres desenvolveram habilidades de captação de recursos e aprenderam a distribuir publicações e organizar encontros – algumas delas se tornaram poderosas oradoras. Mais importante de tudo, elas se tronaram eficientes no uso da petição, que se revelaria uma tática central na campanha pelos direitos das mulheres. Ao organizar petições contra a escravidão, foram compelidas a defender ao mesmo tempo o próprio direito de se envolver em ações políticas. (DAVIS, 2016, p. 52).

Duas expoentes da luta pelos direitos das mulheres associadas à causa da abolição, as irmãs Angelina e Sarah Grimké empreenderam um esforço militante e teórico na discussão da emancipação das mulheres. Segundo Davis, em acordo com Flexner, elas foram as primeiras a estabelecer a relação entre as duas causas. Se não podiam defender suas teses em público, como poderiam então contribuir com o fim da escravidão?

> Para a típica dona de casa, mãe ou filha, ultrapassar os limites do decoro, ignorar as caras feias, ou a zombaria, ou as ordens explícitas dos homens da família e [...] pegar sua primeira petição, descer uma rua desconhecida, bater nas portas e pedir assinaturas para uma causa impopular. Ela não só estava saindo de casa sem a companhia do marido ou do irmão como em geral enfrentavam a hostilidade, se não verdadeiros abusos, por seu comportamento pouco feminino. (Eleanor Flexner apud DAVIS, 2016, p. 52)

Em seus textos e discursos se colocavam em pé de igualdade com as mulheres escravizadas, não no sentido de que sofriam tanto quanto estas, mas que teriam o dever moral de não se calar diante de tal sofrimento, pois se tratava de uma questão de direitos humanos. Vale registro de que a questão racial ultrapassa a esfera da moral, pois que assim tratada, não alcança sua relevância enquanto problema social estruturante de relações de poder, lucro e de produção e manutenção de sistemas de exploração/opressão

Das agitações em torno dos clubes abolicionistas até a importante Convenção de Seneca Falls, ocorrida em 1848, em que pela primeira vez foi reivindicado o sufrágio feminino nos EUA, a afirmação da necessidade de garantia de direito iguais entre homens e mulheres se tornava imperiosa. A própria convenção ocorre fruto da percepção que mesmo na luta abolicionista de que eram partidárias junto aos homens, as mulheres eram excluídas das ações públicas e decisões políticas do movimento. Nos EUA, a origem da ação organizada e validada das mulheres se dá em torno da causa da abolição e seu desdobramento político necessário foi a luta pelo sufrágio feminino. A questão do sufrágio, assim como na Europa, foi definidora da ação de colaboração de mulheres feministas socialistas e burguesas. O horizonte do alcance do voto mais uma vez definia a postura de ação das mulheres socialistas dentro e fora de suas organizações, bem como das feministas liberais.

Cabe trazer ao debate o fato de que a causa da abolição, dentro da conformação do sistema capitalista, não carregava apenas a indignação diante do aviltamento dos direitos dos seres humanos negros ao serem escravizados, ou que a abolição levaria à emancipação e o sufrágio feminino. É preciso observar esta movimentação política à luz das novas necessidades econômicas do sistema que se firmava em cadeia mundial com a crescente industrialização e aumento da produção de mercadorias. Sob a necessidade de ampliação do mercado consumidor, as questões econômicas relativas às relações entre o norte dos EUA mais desenvolvido e o Sul essencialmente agrário seriam temas que se revelariam durante e ao cabo de

todo o processo que envolveu a guerra de secessão e a abolição da escravatura nos EUA. Davis explicita sua compreensão diante da esperança do movimento de mulheres pelo reconhecimento de sua ação pelo Partido Republicano com o fim da guerra de secessão:

> Os republicanos, claro, não apoiaram o sufrágio feminino depois que a União venceu. Mas não exatamente porque eram *homens*, e sim porque, como políticos estavam em débito com os interesses econômicos dominantes da época. Na medida em que o confronto militar entre o Norte e o Sul foi uma guerra para derrotar a classe escravocrata do Sul, foi também uma guerra conduzida basicamente pelos interesses da burguesia do Norte, isto é, de jovens e entusiasmados capitalistas industriais que encontraram sua voz política no Partido Republicano. Os capitalistas do Norte almejavam o controle econômico sobre toda nação. Sua luta contra a escravocracia do Sul não significava, portanto, que apoiassem a libertação das mulheres negras e homens negros enquanto seres humanos. (DAVIS, 2016, p. 82,83)

Se, de início, a questão da abolição da escravatura moveu a ação das mulheres, tão logo o debate capitalista ideológico da supremacia racial branca, como exposto acima por Davis, assumiria seus contornos em torno da garantia do sufrágio feminino. A origem de classe do movimento de mulheres se fez evidenciar quando da defesa do direito de todas e todos ou a barganha do voto de algumas. As constantes barreiras apresentadas para a garantia do voto das mulheres estavam nitidamente ligadas a questões de raça, etnia e renda, todas aceitas por grande parte do movimento de mulheres majoritariamente composto por representantes da classe média.

O fim da guerra de secessão como evidenciado, não trouxe o sufrágio feminino como espólio. A colaboração de parcela do movimento de mulheres com o movimento pré e pós abolicionista acaba por findar com a aprovação da Décima Quinta Emenda, em 1868, que garantia o direito ao voto para os cidadãos negros excluindo de forma explícita o sexo feminino daquele direito. Um caráter racista do movimento se sobressai, ao ser entendido, por parte das mulheres que estavam na luta pelo direito ao sufrágio, de que não haveria sentido, visto que eram brancas, que homens negros chegassem antes delas ao direito ao voto. As cisões nas alianças de colaboração entre a causa “dos negros” e “das mulheres” trouxeram consequências importantes na conformação do movimento feminista, que ao assumir um posição racista, aponta seu vício de origem liberal. O confronto das perspectivas sobre emancipação política e humana apontam os caminhos dos movimentos de mulheres nos EUA que, apesar

do predomínio de uma vertente liberal, por via do movimento das mulheres negras retomam um caminho de luta antissistema.

As líderes do movimento pelo sufrágio feminino, por certa incipiência política, não conseguiram perceber que os interesses políticos em questão estavam muito além dos direitos humanos, ainda que restritos, dentro da ótica do próprio movimento, a certos grupos. Havia uma disputa por hegemonia política entre as elites do Norte e o do Sul. O voto concedido aos homens negros, não obstante sua obstinada luta por emancipação, fazia parte de um projeto de supremacia do Partido Republicano como aponta Davis,

> Se o sufrágio feminino não estava incluído na agenda do Partido Republicano para o pós-guerra, os direitos políticos inatos da população negra também não faziam parte das reais preocupações desses políticos vitoriosos. O fato de eles admitirem ser necessário estender o voto aos homens negros então emancipados no Sul não significava que favoreciam os negros em detrimento das mulheres brancas. O Sufrágio do homem negro – como explicitado nas propostas da décima quarta e décima quinta emendas constitucionais, apresentadas pelos republicanos – era uma jogada tática para garantir a hegemonia política do Partido Republicano no caos do Sul pós-guerra. (DAVIS, 2016, p. 83)

Além disso, ficou clara a incompreensão por parte do movimento de mulheres de que as raízes da escravidão não haviam sido extirpadas, a desigualdade na sociedade norte americana era candente, e se explicitava de forma concreta na sua exploração econômica e na permanência da violência racista a que eram acometidas estas populações. A falta de um entendimento mútuo das reais razões da opressão/exploração que sofriam tanto as mulheres brancas quanto a população negra acabou por minar a potencial aliança que até então havia se formado por igualdade de direitos. Ambos movimentos imaginavam equivocadamente que o direito ao voto os colocaria em condição de luta política por ampliação de direitos e consequente melhoria de vida, o sistema, por sua vez os colocou em confronto e explorou a contradição racial posta no movimento de mulheres brancas da classe média. A defesa estratégica do voto ao homem negro diante das possibilidades conjunturais, não se fazia pela misoginia, mas, pela exposição à violência a qual a

população negra lidava com sua emancipação incompleta, segundo aponta Davis sobre o posicionamento de Frederick Douglass[12],

> Diante da violência e do terror generalizado sofrido pela população negra no Sul, a insistência de Frederick Douglass de que a urgência do povo negro em obter poder político era maior do que a das mulheres brancas de classe média era lógica e convincente. a população de ex-escravos ainda estava presa à luta pela sobrevivência – e, aos olhos de Douglass, apenas o voto poderia garantir-lhes a vitória. Em oposição a isso, as mulheres brancas de classe média, cujos interesses eram representados por Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony, não podiam alegar que sua vida sofria ameaças físicas. Elas não estavam, como os homens e as mulheres negras do Sul, envolvidas por uma guerra concreta por libertação. (DAVIS, 2016, p. 87)

Se para a representação da população negra o voto, dentro de seus limites de análise, representava a sobrevivência, para a representação das mulheres era a conquista da igualdade inata entre homens e mulheres. Ao enrijecimento dessa posição, por parte do movimento de mulheres, o Partido Democrata explora a contradição criada entre voto masculino negro e voto das mulheres para, da mesma forma que o Partido Republicano, jogar politicamente em acordo com seus interesses, muito líderes democratas se colocaram a favor do sufrágio feminino em negação ao voto da população negra.

Para o estudo ora posto, apresentar em síntese a gênese do movimento organizado de mulheres nos EUA nos serve à compreensão de que as opressões que os sujeitos sociais sofrem podem servir à sua elevação de consciência dentro de um sistema de exploração complexo que se utiliza de papeis historicamente construídos para se perpetuar, como também, para marcar posicionamentos diante do fracionamento da aquisição de direitos políticos. Como informa Saffioti,

> “Porque as americanas nunca se propuseram a resolver o problema do negro e sim tão somente o do escravo, seriam, mais tarde, presas de sua própria estreiteza de visão. Os senadores do Sul argumentavam contra a concessão do direito ao voto à mulher, porque isso implicaria o sufrágio a mulher negra. Mais uma vez o sistema envolve e determina a perspectiva feminina, constituindo-se num obstáculo a mais para sua emancipação (SAFFIOTI, 2013, p. 183)

[12] Frederick Douglass (nascido Frederick Augustus Washington Bayley (c.1818 – 20 de fevereiro de 1895) foi um abolicionista americano, sufragista, editor, orador, autor, estadista e reformista. Denominado “O Sábio de Anacostia” e “O Leão de Anacostia”, Douglass é uma das mais proeminentes figuras da história dos afro-americanos e dos Estados Unidos. Ver mais em: https://www.geledes.org.br/frederick-douglass/

A aprovação do sufrágio feminino nos EUA ocorre em 1919, com a aprovação da Décima Nona Emenda à Constituição e é ratificada em 1920. Como resultante de um longo processo de incompreensões de grande parcela do movimento feminista norte americano. Fica patente a demonstração dos interesses de classe traduzidos na dimensão racista da sociedade norte americana, na assunção ao direito ao voto. Davis nos dá a seguinte reflexão para o pós conquista do sufrágio feminino, quando mulheres negras do Sul são violentamente impedidas de votar;

> A Erupção da violência da Ku Klux Klan em locais como Orange County, na Flórida, causou ferimentos e mortes de mulheres e crianças negras. Em outros lugares, elas foram proibidas de exercer o voto de forma mais pacífica. Em Americus, na Geórgia, por exemplo, “mais de 250 mulheres de cor foram às urnas votar, mas [...] acabaram rechaçadas ou tiveram suas cédulas recusadas pelos supervisores eleitorais [...].” Nas fileiras do movimento que havia lutado de maneira tão fervorosa pela concessão do direito de voto às mulheres, dificilmente se ouviu um grito de protesto. (DAVIS, 2016, p. 153)

O exposto acima nos ajuda a entender como os mecanismos ideológicos que reificam opressões agem para a confirmação do sistema de exploração e superexploração da força de trabalho, seja na sua expressão jurídica com o instituto da escravidão, seja na reordenação das formas de exploração do trabalho, em tese, passando a considerar todas as pessoas “livres”, retirado o crivo racial, para a venda de sua força de trabalho. Ocorre que a abolição do trabalho escravo não impediu o uso ideológico da inferiorização e exclusão da população negra como via de ganho na superexploração por meio da expropriação de sua força de trabalho e se utilizando, ainda, da negação de suas manifestações simbólicas de identidade e dignidade para naturalizar tal ação. O racismo, que justificava a escravidão, permaneceu na conduta segregadora da elite política e econômica da sociedade estadunidense, reproduzida por setores médios, posto que estruturou a acumulação capitalista colonial e se manteve na conformação do sistema em sua nova forma. A violência, como mecanismo de controle, é permitida e estimulada pelo próprio arcabouço jurídico, que os mantinha como cidadãos de segunda classe, portanto expropriáveis. Vale refletir o quanto a manutenção ideológica do racismo dividia/divide os trabalhadores. colocando-os em disputa por postos de trabalho e, da mesma forma, categorizava o tipo de trabalho a que poderiam ter acesso. Era a garantia da justificativa para salários desiguais. Para além da esfera do mundo do trabalho, o racismo se manifestava/manifesta de forma violenta e cruel em todas as dimensões da vida,

negando identidades e ancestralidades. Para as mulheres, em um processo parecido de subvalorização, trilhas são demarcadas para as mulheres brancas da classe média e alta, para as proletárias e para a s mulheres negras. Assumidos os privilégios de classe e cor, potentes alianças são minadas gerando processos de hierarquias intraclasse. Nos colocaremos, a seguir, na busca por entender esses processos de agência ideológica através dos instrumentos analíticos que a produção teórica feminista nos apresenta. Nos ateremos à análise crítica posta por algumas produções do pensamento feminista negro estadunidense e das materialistas francesas.

1.5 Relações sociais e de poder intraclasse: Elaboração teórica feminista sobre Interseccionalidade e consubstancialidade

> "Ou a liberdade é indivisível ou não é nada além da repetição de slogans e avanços temporários, míopes e passageiros, para poucos. Ou a liberdade é indivisível e trabalhamos em conjunto por ela ou você estará em busca de seus próprios interesses e eu dos meus" June Jordan"[13]

Um debate importante a ser realizado dentro da produção teórica do movimento feminista diz respeito aos conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade e seus usos. Inicialmente, no presente estudo, não apresentaríamos a formação do movimento organizado de mulheres nos EUA, porém, acreditamos que para o debate sobre estes conceitos, ele se constituiu em prólogo exemplificador como veremos adiante.

Uma característica historicamente adquirida do movimento feminista foi a de se pensar teoricamente enquanto realiza no mundo real sua afirmação. Portanto, pensar conceitos que ajudem o entendimento das relações sociais, as movimentações dos sujeitos dentro da classe compreendendo sua formação diante de determinações históricas diversas, como pretendido pelo feminismo, é tarefa que necessita da elaboração de ferramentas analíticas críticas que comportem o horizonte de seu fundamento primeiro de igualdade, contido que está na emancipação de todos os seres humanos. Podemos observar, a partir dessa colocação, que o movimento feminista contribui na formulação de uma teoria social crítica e que, por sua

[13] (JORDAN, 1992, p. 190 *apud* COLLINS, 2017.n.p).

característica, compõe um quadro maior de formulações na busca da emancipação humana.

Acreditamos que seja interessante, para a composição do quadro desta dissertação, perceber que ao buscarmos mecanismos de análise do sujeito social mulher, o fazemos com objetivos de contribuir para a teoria social crítica de transformação da sociedade e, de perceber, como a situação de opressão vivida pelas mulheres pode ser equalizada de forma abrangente e eficaz.

Não obstante não tratarmos de questões relativas às subjetividades individuais e sim das relações sociais coletivas, compreendemos, sentimos o impacto destas naquelas. Buscamos assim, colaborar com o debate para uma dupla emancipação. Acreditamos que compreender como as relações sociais se moldam dentro das sociedades seja fundamental para um entendimento que busque a superação de desigualdades e afirmem as relações sociais de igualdade e prosperidade.

Já discutimos o quanto o modo de produção capitalista altera a forma de exploração do trabalho para a sua manutenção e reprodução e que, para tanto, reifica construções sociais anteriores e novas para que possam adensar toda construção ideológica visando dar materialidade à sua afirmação como sendo o único modo de conduzir a vida em sociedade. Entendemos que desvelar essas construções sociais é tarefa crucial para a elevação de consciência dos sujeitos históricos que podem dar enfrentamento real ao sistema capitalista, na nossa apreensão, nos que compõem a classe trabalhadora, aqui entendida de forma ampla e não homogênea e, da mesma forma, compreendendo as dimensões em que se circunscrevem suas lutas.

Sendo esta classe composta e formada a partir de determinações históricas distintas, assim como de sujeitos sociais distintos e portanto com papeis diferenciados no sistema de produção e reprodução da vida, associamos o estudo da condição das mulheres como parte de um processo que busca entender a formação social da classe em seus meandros ideológicos, sociais e materiais visando contribuir, desta forma, na formulação de respostas à pergunta que nos aflige desde que o pensamento de superação do sistema se apresentou: Por que a classe trabalhadora ainda não se rebelou de forma definitiva contra todo este estado de exploração e opressão que vivencia? A resposta, talvez, esteja em compreender a sofisticação dos mecanismos

de dominação ideológicos, materiais e simbólicos que agem no interior da própria classe com ênfase, a critério deste estudo, nas relações de gênero e étnico raciais.

As relações de gênero estão no cerne da divisão sexual do trabalho, que é fundamento, no sistema capitalista, da forma de exploração do labor como mercadoria que gera mercadoria, assim como do trabalho não remunerado de reprodução social que mantém as existências cotidianas dos que produzem tal valor, os próprios trabalhadores e trabalhadoras. É esta situação que gera uma forma peculiar de valor para o trabalho realizado pelas mulheres dentro da manutenção do sistema.

De maneira distinta, porém componente, a racialização das relações sociais e de trabalho está, também, no cerne da superexploração, da constituição de contingentes de trabalhadores de reserva, na parametrização de linhas divisórias intraclasse que criam, sob a ação da ideologia, falsas hierarquias e privilégios. Estas agenciam, se valendo de construções e silenciamentos históricos, divisões no próprio seio da classe naturalizando relações violentas de opressão, exploração e expropriação.

Nos ocuparemos, neste ponto, de analisar os conceitos de consubstancialidade e interseccionalidade, não os opondo, mas explorando suas possibilidades e potencialidades. Discutir opressões num sistema de exploração de classes requer compreender como os sujeitos que compõem tais classes se comportam dentro de sua própria estrutura social (das classes), as relações que estabelecem entre si, individual e coletivamente fruto do processo histórico percorrido pela sociedade em que estão inscritos. Se já é sabido que a classe trabalhadora não é una, nos resta compreender como as relações sociais que se desenvolvem dentro e fora da classe, podemos aqui dizer na sociedade de classes, agem para sua estruturação, assim como o papel da ideologia para a sua reprodução. É para esta análise que buscaremos compreender o instrumental contido nos conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade.

A consubstancialidade das relações sociais é um conceito surgido na década de 1970, no interior da produção teórica das feministas materialistas francesas, oriundo da necessidade da articulação de sexo e classe nos estudos realizados, e apresentado pioneiramente por Danièle Kergoat. A própria autora revela, a posteriori, que não bastaria articular sexo e classe, as relações sociais comportariam,

necessariamente, a construção política da raça. Kergoat afirma buscar, através desse conceito, "*pensar o mesmo e o diferente em um só movimento*" (grifos da autora) (KERGOAT, 2016, p. 20)

No intuito de compreender e aprofundar a dinâmica presente no interior da classe, que coloca em determinações distintas seus sujeitos, sem a perda do entendimento de sua centralidade numa perspectiva revolucionária. O debate sobre categorias, relações sociais, classe e identidades se tornou referencial nesse pensar as relações sociais. Para Kergoat,

> 1) não obstante sejam distintas, as relações sociais têm propriedades comuns – daí o emprego do conceito marxiano de relação social com seu conteúdo dialético e materialista para pensar, também, sexo e raça; 2) as relações sociais, embora distintas, não podem ser entendidas separadamente, sob o risco de serem reificadas. (KERGOAT, 2016, p. 20)

Para a autora, colocar em relação as determinações sócio históricas, impediria que, por vezes, se incorresse no erro de quantificar e categorizar tais determinações a ponto de reproduzi-las na forma de construção de sentido separada do todo que as estruturam;

> [...], mas essa noção de articulação logo se mostrou insuficiente: ela comportava o risco de remeter a uma simples lógica aditiva que consistia em reunir as mulheres em classes sem que isso modificasse a compreensão das relações de classe. Para apreender as práticas sociais das trabalhadoras, era necessário, portanto, não apenas convocar as relações sociais de sexo e relações sociais de classe, mas colocá-las em relação. (KERGOAT, 2016, p. 20)

O termo interseccionalidade teve seu primeiro uso no âmbito acadêmico e jurídico pela intelectual afro americana Kimberlé Crenshaw (1989;1991). Crenshaw buscava demonstrar que os sistemas de dominação, que incorriam sobre as mulheres negras estadunidenses, agiam de forma a colocar estas mulheres na intersecção de várias opressões e que tal fato deviria ser analisado pelo pensamento do sistema jurídico daquele país a fim de criar óticas de análise que compreendessem e permitissem ações jurídicas informadas por discriminações cruzadas. Na verdade, a formulação da necessidade de se conjugar as opressões sofridas pelos sujeitos sociais já vinha se desenhando dentro do movimento feminista negro norte americano, ao formular sua crítica ao movimento feminista branco no sentido de universalizar as mulheres e suas vivências sem contextualizar seus condicionamentos históricos. Tal formulação, por se caracterizar por uma ação política direta do movimento social, fora

da academia, teve sua validação conceitual somente com Kimberlé Crenshaw. Patrícia Hill Collins afirma o seguinte,

> Por volta de 1980, algumas das principais ideias forjadas no contexto do ativismo de mulheres negras foram cristalizadas em panfletos, poesias, ensaios, coletâneas, arte e outras obras. Em 1982, o Coletivo Combahee River, um pequeno grupo de mulheres afro-americanas de Boston, publicou um manifesto chamado A Black Feminist Statement, que apresentou uma declaração mais abrangente do quadro de políticas do feminismo negro (Combahee-RiverCollective, 1995). Esse documento inovador argumentava que uma perspectiva que considerasse somente a raça ou outra com somente o gênero avançariam em análises parciais e incompletas da injustiça social que caracteriza a vida de mulheres negras afro-americanas, e que raça, gênero, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência de mulher negra. O manifesto propunha que os sistemas separados de opressão, como eram tratados, fossem interconectados. Porque racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, coletivamente, moldavam a experiência de mulher negra, a libertação das mulheres negras exigia uma resposta que abarcasse os múltiplos sistemas de opressão. (COLLINS, 2017, p. 8)

Collins entende que a noção de interseccionalidade já estava presente no ativismo social das mulheres “de cor”, que em sua ação no movimento social já produziam material não acadêmico em que relacionavam as opressões ao fazer sua denúncia. Entende, ainda, que a validação pela academia de ferramentas políticas de vivência e prática experimentadas pelo movimento social, como o caso da interseccionalidade, elevando-o a conceito, acaba por modificar sua radicalidade. O desafio estaria em observar, e o conceito de interseccionalidade serve bem a isso, como os saberes do movimento social encontram ou não tradução real na academia e como a produção acadêmica, por sua vez, encontra eco na práxis do movimento social. Vale observar que a autora se refere à construções de relações de poder na produção do conhecimento quando trata do desenvolvimento de teorias acadêmicas e práticas políticas.

> Como forma de investigação crítica e práxis, o contorno da interseccionalidade na academia reflete o contexto de uma tradução imperfeita. Assim, a interseccionalidade proporciona lentes sugestivas para examinar o que poderia se perder na tradução, em situações de ideias deslocadas entre diferentes comunidades de interpretação, com diferentes níveis de poder. A interseccionalidade conecta dois lados de produção de conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de conhecimento, e o conhecimento que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado. A interseccionalidade pode ser vista como uma forma de investigação crítica e de práxis, precisamente, porque

> tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas, assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições (Collins; Bilge, 2016). A eficácia das ideias centrais de interseccionalidade, em situações díspares politicamente, levanta questões importantes sobre a relevância do conhecimento para a luta por liberdade e iniciativas de justiça social. (COLLINS, 2017, p. 7)

Observamos no trecho acima, que o debate entre os dois conceitos guarda também questões relativas à sua "arena" de produção: academia e movimento social. Nos parece que esse processo de produção ativista e teórica aumenta a potência da formulação do conceito da interseccionalidade. Ao mesmo tempo, propicia ao termo uma gama de variações no entendimento que podem contribuir tanto para sua elevação em substância teórica, como podem esvaziar seu sentido revolucionário, se pensado, apenas, como via de reconhecimento de identidade deslocada do sentido de justiça social emancipadora. Além disso, dentro das relações de poder observadas por Collins, está contido o debate da produção de conhecimento do feminismo negro, um conhecimento situado, relacionado - na sua própria gênese - a estas construções.

Sobre a amplitude do conceito de interseccionalidade, Crenshaw revela ainda, a possibilidade de seu esvaziamento se usado na construção do discurso do reconhecimento da multiplicidade de opressões que um dado sujeito social pode vir a sofrer, sem contudo, se tornar, na prática social e política um norteador concreto de formulação de ações que visem operar na supressão dessas opressões. Ou mesmo, diante do que a autora chama de "superinclusão", uma absorção da questão das opressões diluídas de tal forma no quadro tradicional do debate, no caso aqui apresentado das relações de gênero, que perde sua potencialidade investigativa de possíveis soluções orientadas a estes mesmos sujeitos, vejamos;

> O termo "superinclusão" pretende dar conta da circunstância em que um problema ou condição imposta de forma específica ou desproporcional a um subgrupo de mulheres é simplesmente definido como um problema de mulheres. A "superinclusão" ocorre na medida em que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância. O problema dessa abordagem superinclusiva é que a gama total de problemas, simultaneamente produtos da subordinação de raça e de gênero, escapa de análises efetivas. Por consequência, os esforços no sentido de remediar a condição ou abuso em questão tendem a ser tão anêmicos quanto é a compreensão na qual se apoia a intervenção. (CRENSHAW, 2002, p. 174-175)

Helena Hirata, ao analisar os dois conceitos, parte da afirmativa inicial de ambos em não criar hierarquias ao tratar das opressões, expressão habilmente cunhada por Audre Lorde[14]. Se valendo desta percepção, compreende que a problemática entre os dois conceitos pode ser pensada num sentido de maior aproximação e não o contrário. Seriam duas ferramentas analíticas para o desenvolvimento teórico do movimento feminista. Para tanto, ela observa a seguinte afirmação de Sirma Bilge:

> A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70 apud (HIRATA, 2014, p. 62-63)

A essa multiplicidade, que permite a entrada de vários pontos de opressões, Hirata chama de “interseccionalidade de geometria variável” (HIRATA, 2014, p. 64). Nela estaria, a princípio, o ponto de diferenciação entre consubstancialidade e interseccionalidade. O primeiro estaria mais localizado nas relações sociais que produzem gênero, raça e classe como a imbricação fundamental da qual partiria sua construção de análise e o segundo, traria outras relações sociais para o cruzamento de opressões. Kergoat questiona em sua argumentação na defesa da consubstancialidade, se as categorias de idade e de religião, por exemplo, poderiam ser consideradas como relações sociais. Em suas palavras:

> Para ser clara, farei aqui um parêntese sobre relação social x categoria. Em meu entendimento, uma relação social é uma “tensão em torno da qual se criam grupos (eles não estão dados de início), enquanto uma categoria é apenas um marcador descritivo. Além disso, de acordo com minha definição, para que se possa falar em “relação social”, é necessário que esta, domine, oprima e explore (Dunezat, 2009), o que não é, a meu ver, o caso de categorias como idade, religião ou deficiência, pelo menos em nossas sociedades. (KERGOAT, 2016, p. 20)

Na afirmação de Sirma Bilge, podemos observar que a autora busca incorporar a noção relacional dos sistemas de opressão abrindo a possibilidade de incorporação

[14] Audrey Geraldine Lorde (18 de fevereiro de 1934 - 17 de novembro de 1992) foi uma escritora caribenha-americana, feminista, mulherista, lésbica e ativista dos direitos civis

de categorias sociais para além de classe, raça e gênero. É este ponto que aparece na crítica de Kergoat. Tal abertura poderia levar ao mascaramento das relações de sociais de poder. Hirata explicita:

> A meu ver, o ponto essencial da crítica de Kergoat ao conceito de interseccionalidade é que tal categoria não parte das relações sociais fundamentais (sexo, classe, raça) em toda sua complexidade e dinâmica. Entretanto, há outra crítica que nem sempre fica explícita: a de que a análise interseccional coloca em jogo, em geral, mais o par gênero-raça, deixando a dimensão classe social em um plano menos visível. De uma maneira mais global, creio que a controvérsia central quanto às categorias de interseccionalidade e consubstancialidade se refere ao que chamo "interseccionalidade de geometria variável". Assim, se para Danièle Kergoat existem três relações sociais fundamentais que se imbricam, e são transversais, o gênero, a classe e a raça, para outros (ver a definição de Sirma Bilge acima) a intersecção é de geometria variável, podendo incluir, além das relações sociais de gênero, de classe e de raça, outras relações sociais, como a de sexualidade, de idade, de religião etc. (HIRATA, 2014, p. 65-66)

Na construção de Hirata, percebemos uma crítica subjacente no que se refere ao entendimento da classe como parte unificadora (não confundir com homogeneizadora) dos cruzamentos que compõem as relações sociais na sua apresentação histórica concreta.

Se atualmente podemos observar a grande aceitação do conceito de interseccionalidade na academia devido a sua característica transdisciplinar, não devemos deixar de levar em conta os questionamentos de origem levantados por Patrícia Hill Collins, como também os alertas de Kergoat e Crenshaw. As autoras trazem ao debate, sob aspectos distintos, o tipo de apreensão de que se podem valer setores diferentes, do conceito de interseccionalidade e a possibilidade de esvaziamento de sua matriz original relacional das opressões a fim de superá-las.

Para concluir este ponto, apresentamos abaixo quatro fragmentos que pensamos importantes, não para a finalização de debate, mas para sua apreensão em formas de pensar que estejam intimamente ligadas ao processo histórico de produção do pensamento e seu lugar dentro das relações sociais e de poder onde é fabricado.

Kergoat, numa busca de aproximação dentro de construções colaborativas, cita Angela Davis, uma grande defensora político/teórica da visão interseccional - já muito

antes de Crenshaw, a ter dado forma na condição de conceito, validando esta apreensão dos processos de opressões dentro da academia;

> [...] evocarei o trabalho de Angela Davis (2006), que analisa o sistema prisional estadunidense. A autora, em vez de cruzar categorias – negros, afro-americanos, homens, pobres -, parte do trabalho nas prisões – por quem ele é feito, por quê, quem se beneficia dele, qual o seu lugar na economia – e mostra que essas características remetem as relações sociais. A categoria jovem afro-americano não explica nada se não a remontarmos à necessidade que a economia estadunidense teve, ao sair do sistema escravista, de encontrar uma mão de obra barata, ou mesmo gratuita, livremente explorável. Assim o sistema de trabalho nas prisões é oriundo de relações sociais anteriores, ao mesmo tempo que reconfigura as atuais relações sociais de raça, sexo, classe... (KERGOAT, 2016, p. 21)

Essa, nos parece, uma tentativa de Kergoat de, ao buscar uma intelectual e ativista do Movimento de Mulheres Negras que se coloca no campo do marxismo, demonstrar que o conceito guarda relações de sua aplicação e construção, vistas por uma ótica materialista histórico dialética. O cruzamento simples não conseguiria abarcar a essência da origem das opressões. Para Davis, a materialidade das opressões se encontra na necessidade de o sistema capitalista manter, de nova forma, a expropriação do trabalho das pessoas racializadas num sistema contínuo de valorização do capital, seja na sua forma histórica de acumulação, seja na forma atual de sobre valor. Desta forma, ao trazer o posicionamento de Davis, Kergoat acaba por apontar que a matriz teórica do pensamento, ao qual se circunscreve o uso analítico do conceito da interseccionalidade, define sua possibilidade de esvaziamento e potência. Contudo, o debate de produção de tal ferramenta analítica, circunscrita no pensamento feminista negro, não transige de sua forma relacional de sociabilidades produzidas e impostas. Apontar os efeitos concretos das opressões/expropriações e exploração na vida dos sujeitos sociais não implica na sua a-historicidade.

Patrícia Hill Collins, que compreende e analisa o transcurso de criação do conceito e suas bases sociais o colocando no interior de uma construção de poder que perpassa a teoria do conhecimento, nos apresenta o seguinte:

> No contexto do movimento social, a sinergia entre as ideias de interseccionalidade como um projeto de conhecimento, bem como sua organização estrutural e aspirações, se reforçam uma a outra. Nessa sinergia, pode-se perceber a relação recorrente entre as dimensões sociais e simbólicas dos projetos de conhecimento (Lamont; Molnár, 2002). Quando ideias, ou material simbólico, vão de um ambiente social a outro, essa relação entre os limites sociais e simbólicos também muda. Nesse caso, tanto o feminismo negro como os estudos

> de raça/ classe/ gênero se desdobram em espaços sociais e simbólicos diferentes dos discursos hegemônicos. Ambos os discursos encontraram o desafio de definir limites. (COLLINS, 2017, p. 9)

De forma sucinta, Helena Hirata busca as aproximações ao debate dos dois conceitos em um sentido de não oposição, mas de junção, visto que, segundo ela, representariam o prolongamento da teoria na prática:

> A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política. É nesse sentido que Patrícia Hill Collins (2014) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um "projeto de conhecimento" e uma arma política. Ela diz respeito às "condições sociais de produção de conhecimentos" e à questão da justiça social (Idem, ibidem). Essa ideia é concretizada por Danièle Kergoat (2012, p. 20) quando afirma a "necessidade de pensar conjuntamente as dominações" a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução. (HIRATA, 2014, p. 69)

Por último, neste ponto, uma formulação que consideramos importante para mantermos olhares e ouvidos atentos ao desenvolvimento deste e outros debates que tratam da produção política do conhecimento;

> Ambas as conceitualizações partilham, a meu ver, do pressuposto central da epistemologia feminista, segundo o qual "as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade, frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes" (Lowy, 2009, p. 40) e, podemos acrescentar, brancos. (HIRATA, 2014, p. 61-62)

Tal apreensão pode e deve ser ampliada para o debate da produção de conhecimento diante de todas as formas de opressão comportadas em nossa sociedade. Trata-se de uma temática fundamental para a teoria crítica, visto que assume papel central na condução das lutas por libertação sem a fragmentação do que pode dar a centralidade e junção às lutas anti opressões. Se compreendemos que gênero e raça têm papel estruturante na conformação da sociedade capitalista, como não pensarmos seu enfrentamento e a apreensão de seu papel na dinâmica das lutas da classe, ou mesmo, a título de provocação, não imaginarmos que produzam significantes de pensamento crítico baseado em suas sociabilidades e existências determinadas por saberes circunscritos e marcados por suas experiencias históricas dialeticamente especificas e coletivas.

Expusemos neste capítulo, em síntese, os percursos teóricos, políticos e históricos da construção e desenvolvimento do movimento feminista enquanto sujeito

político coletivo, suas vertentes macro teóricas mais importantes e expusemos as ferramentas políticas, a nosso critério, mais evidenciadas - na atualidade- dessa vasta experiência. Procuraremos, no próximo capítulo, tecermos considerações das lutas que mobilizam as mulheres contemporâneas em suas organizações e fora delas.

A crise da acumulação capitalista, expressa na sua forma atual em crise econômica, política, ecológica e de reprodução social, eleva a exploração e expropriação de todas as formas de trabalho, bem como dos recursos naturais. Diante deste processo, os sujeitos sociais mais atingidos pelas medidas de contenção da crise vivem um brutal desamparo por parte do Estado de suas salvaguardas mínimas, por conta da aplicação de medidas de austeridade fiscal e, ao mesmo tempo, são impelidos pela necessidade de sobrevivência a formas de trabalho ainda mais precarizadas e desprotegidas. O que buscaremos, a seguir, é verificar as ações de enfrentamento que os sujeitos sociais apresentam. De forma particular, a ação organizada das mulheres que, diante da crise, que entendemos como estrutural do sistema, a vivenciam tanto na esfera da produção quanto na esfera da reprodução social.

A ação protagonizada pelas feministas em vários continentes, que propôs uma greve exclusiva de mulheres em março de 2017, nos parece ir ao encontro do fato de que a atual crise trouxe para o campo do inegável a visibilidade dos trabalhos de reprodução social. Uma crise sistêmica que aponta contradições duríssimas, quais sejam, extrair mais trabalho produtivo envolvendo a/o trabalhador em jornadas sem fim, enquanto o Estado diminui seu papel, já pequeno, nas tarefas de suporte à reprodução social (como, por exemplo, saúde, educação públicas, programas habitacionais e de renda).A contradição se expressa na não equalização do tempo, ativo extremamente valioso, para produção e para reprodução capitalista. Sob as mulheres, por em sua maioria serem as responsáveis pelas tarefas invisibilizadas da reprodução social, o esgotamento físico e mental é amplificado. Olhando ainda, sob o crivo racializado das condições de vida e trabalho, o que vemos é uma política de extermínio das forças vitais dessas populações em suas variadas dimensões. Sabemos que pra tal enfrentamento, o grau de mobilização do conjunto da classe e de construção contra hegemônica no campo da esquerda é tarefa urgente e gigantesca.

O processo que estudaremos a seguir nos parece uma das possibilidades dessa construção, que não prescinde de outros agentes políticos e sociais, contudo apresenta um fôlego organizativo e teórico na busca de soluções mais alongadas diante da crise do capital com vistas a saídas politicas que literalmente salvem vidas, aliadas a um pensar com horizonte revolucionário e radical na dissolução deste sistema de exploração. A Greve Internacional de Mulheres de 2017 foi uma movimentação transnacional, à qual lançaremos um olhar ampliado para, a partir dele, observarmos sua repercussão no Brasil e, em particular, no município de Juiz de Fora

Capítulo 2 - A Greve Internacional de Mulheres: um retorno ao feminismo classista

2.1 Elementos do processo histórico do surgimento da greve Internacional de Mulheres e do 8M mundial

O século XXI tem demonstrado uma força renovada na ação de parcela do movimento feminista instrumentalizado pelo olhar dialético diante do desenrolar histórico do sistema capitalista e suas mazelas não resolvidas. Destarte, analisaremos as novas formas de lutas implementadas na contemporaneidade, suas bandeiras e, nessa movimentação, o desenvolvimento de sua produção teórica.

Nos valeremos, na mesma linha desenvolvida até aqui, da vinculação do movimento feminista ao processo geral da luta emancipatória, seu papel de articulação na sociedade e de construção de alianças junto a classe trabalhadora. Nos permitiremos, porém, uma ressalva. Compreendemos os possíveis problemas de análise advindos do pouco distanciamento histórico do tema ora proposto - A Greve Internacional de Mulheres ocorrida em 2017 - contudo, pensamos ser importante ter um olhar crítico da realidade à medida que a mesma acontece. Tomaremos a construção da greve como ponto de partida do que consideramos ser mais um marco mundial da ação organizada das mulheres sob o crivo do pensamento feminista, dentro da movimentação da luta de classes em âmbito mundial.

Na passagem do modelo fordista de acumulação para o da acumulação flexível (e do seu corolário rentismo financeiro), a partir dos anos de 1970, a implementação do neoliberalismo como novo *ethos* político e econômico acumulou dividendos na vida da população, cujos efeitos mais agudos se avolumaram em crise aberta a partir de 2007. Os desdobramentos dessa crise nos anos seguintes operaram num sentido de aprofundar a reorganização do modelo de exploração. Percebe-se uma crescente formulação para uma ação coercitiva dos Estados, ao mesmo tempo que processam sua retirada da esfera de ação social, visando a garantia das taxas de lucro do capital.

As populações mais afetadas por esse rearranjo do sistema são as que, por via da construção do Estado de bem-estar social, conquistaram direitos mínimos diante da própria solução que o capitalismo apresentava para a questão social que produzia. O desmonte desse Estado conhecido como *Welfare State,* pela emergência das políticas de ajustes neoliberais, trouxe consequências e reações por parte dessas

populações. Segundo Luciana Roque, ao analisar a crise capitalista e sua saída neoliberal, “trata-se de controlar e desfazer o *Welfare*, que acabou sendo apropriado pelas mulheres, por trabalhadores e trabalhadoras, pelos desempregados, pelos pobres, pelos jovens, pelos imigrantes, pelas negras e pelos negros” (ROQUE, 2016, p. 37) . Visto dessa forma, a reação organizada dos setores da população que se “apropriaram” do *Welfare* era uma resultante lógica, como ação de enfrentamento, por parte dessas populações, que nesse processo se viram ainda mais marginalizadas e desamparadas.

O ano de 2016 confirmou a agitação do movimento de mulheres em vários países. Houve reação social com base em questões relacionadas aos direitos reprodutivos, violências de gênero e dos desdobramentos políticos e econômicos da crise do capital. Na Polônia, país que possui uma das legislações menos avançadas sobre a questão do aborto na Europa, milhares de mulheres foram às ruas contra um projeto de lei que visava restringir ainda mais os direitos de decisão das mulheres sobre seus corpos. O projeto previa a proibição do aborto, até então autorizada, em casos de má formação fetal grave. A grande influência de setores ligados à Igreja católica, coloca a Polônia como país que ainda resiste na formulação de uma legislação mais avançada sobre a questão, em total desarmonia com outros países da União Europeia. Uma paralisação das atividades junto a uma grande mobilização de mulheres marcou o recuo da apresentação do projeto de lei no parlamento polonês.

Na Argentina, também em 2016 sob o lema *Ni Una Menos*, mulheres de diversas áreas da sociedade engrossaram as fileiras da organização de grandes manifestações em várias cidades do país devido ao alto índice de feminicídios. O crime brutal cometido contra Lúcia Perez, 16 anos que foi estuprada, drogada e empalada, levou um número ainda mais expressivo de mulheres às ruas naquele ano, assim como à paralização de atividades laborais. A repercussão midiática das mobilizações cruzou fronteiras. No trecho abaixo da reportagem do jornal espanhol *El País*, podemos observar a magnitude das mobilizações e sua ligação, na forma organizativa, com o movimento ocorrido na Polônia:

> Ante ao assassinato selvagem de Pérez, 50 organizações convocaram uma greve de uma hora e uma nova marcha na próxima quarta feira. “A menos de uma semana do Encontro Nacional de Mulheres, um novo feminicídio brutal mostra a violência e o terrorismo machista, contra a impunidade, contra o acobertamento, contra a inação e a cumplicidade estatal e policial”, diz um dos textos que convocaram a

> marcha. Assim como na Polônia em 4 de outubro passado, a orientação é se vestir de preto para tornar mais visível a violência contra as mulheres. (El País - Internacional- Brasil, 2016)

Numa demonstração da abrangência da movimentação das mulheres e sua ação política, subimos o continente americano e, diante da eleição do representante da direita conservadora, Donald Trump à presidência dos EUA em 2016 - fenômeno político fruto da crise do capital -, observamos a ação decisiva das mulheres daquele país em declarar que não aceitariam as posturas, por ele propagadas, claramente sexistas, xenófobas, racistas e conservadoras. No dia seguinte à sua posse, em janeiro de 2017, ocuparam as ruas de várias cidades norte americanas e do mundo. Houve apoio de setores da mídia, intelectuais e artistas. O objetivo era de demarcar posição contrária à ascenção do conservadorismo e da política ultraliberal representada por Trump. Dentre as oradoras da marcha em Washington, Angela Davis lança mão do discurso interseccional, demonstra sua potencialidade e historiciza sua fala, politizando num sentido mais amplo aquela movimentação.

> Em um momento histórico desafiador, vamos nos lembrar que nós somos centenas de milhares, milhões de mulheres, transgêneros, homens e jovens que estão aqui na Marcha das Mulheres. Nós representamos forças poderosas de mudança que estão determinadas a impedir as culturas moribundas do racismo e do hetero-patriarcado de levantar-se novamente. Nós reconhecemos que somos agentes coletivos da história e que a história não pode ser apagada como páginas da Internet. Sabemos que esta tarde nos reunimos em terras indígenas e seguimos a liderança dos povos originários que, apesar da massiva violência genocida, nunca renunciaram a luta pela terra, pela água, pela cultura e pelo seu povo. Nós saudamos hoje, especialmente, o Standing Rock Sioux. A luta por liberdade dos negros, que moldaram a natureza deste país, não pode ser apagada com a varredela de uma mão. Nós não podemos esquecer que vidas negras importam. Este é um país ancorado na escravidão e no colonialismo, o que significa, para o bem ou para o mal, a real história de imigração e escravização. Espalhar a xenofobia, lançar acusações de assassinato e estupro e construir um muro não apagarão a história. Nenhum ser humano é ilegal! Esta é uma Marcha das Mulheres e ela representa a promessa de um feminismo contra o pernicioso poder da violência do Estado. E um feminismo inclusivo e interseccional que convoca todos nós a resistência contra o racismo, a islamofobia, ao anti-semitismo, a misoginia e a exploração capitalista. (DAVIS, 2017, p. np)

A grande adesão das mulheres ao movimento tomou conta dos noticiários em torno da posse de Trump:

> [...] a Marcha das Mulheres em Washington, pareceu atrair uma multidão maior do que a que compareceu um dia antes para

> testemunhar o juramento de Trump nos degraus do Capitólio. [...] claramente superaram os 200 mil manifestantes projetados pelos organizadores, preenchendo longas faixas do centro de Washington ao redor da Casa Branca e do National Mall. Centenas de milhares de mulheres se aglomeraram em Nova York, Los Angeles, Chicago, Denver e Boston, somando a uma manifestação pública de dissidência em massa contra Trump incomparável na política moderna dos EUA para o primeiro dia completo de um novo presidente no cargo. Organizadoras da chamada Marcha das Irmãs estimaram 750 mil manifestantes nas ruas de Los Angeles, uma das maiores no sábado. A polícia afirmou que o comparecimento foi maior que a marcha pró-imigração que levou às ruas 500 mil pessoas. Cerca de 400 mil pessoas marcharam em Nova York [...] O evento de Chicago ficou tão grande que os organizadores fizeram um comício, em vez de uma parada pela cidade. A polícia afirmou que mais de 125 mil pessoas compareceram, [...], mesmo número reportado para Boston e Denver. Protestos menores ocorreram também em cidades como Seattle, Portland, Oregon, Madison, Wisconsin e Bismarck, na Dakota do Norte. (https://br.reuters.com, 2017)

O significado da posse de Donald Trump tem repercussão mundial devido ao papel dos EUA na economia dos países capitalistas. Protestos organizados por mulheres em diversas partes do globo ocorreram como parte de uma grande onda de mobilizações contra a escalada da direita conservadora no mundo[15].

Nos cabe observar, que nos três países em que a ação organizada das mulheres tomou relevância em 2016 de forma a chamar a atenção do mundo, os governos centrais estavam sob direção de políticos do campo da direita conservadora. No que pese as questões de gênero serem o fator imperativo das mobilizações, podemos entendê-las dentro de um vasto campo de movimentações políticas orquestradas numa reação à crise do neoliberalismo. De um lado, a ascenção da direita conservadora que, dentro do "pacote" anti crise implementa medidas de austeridade, com reforço de nacionalismos, medidas protecionistas, privatizações e fragilização dos trabalhadores. De outro, a reação das populações mais afetadas por tais medidas. Se compreendemos que as políticas de austeridade recaem sobre os trabalhadores e trabalhadoras não só na retirada de direitos referentes à proteção do trabalho como também na retirada do Estado da proteção social, podemos, da mesma forma, entender o porquê das mulheres e as populações negras se insurgirem com grande força diante desses retrocessos. A violência de gênero aumenta na esteira da crise econômica na medida que o papel do "provedor" fica ameaçado pelo

[15]https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/01/1851963-marcha-das-mulheres-reune-milhares-contra-trump-em-washington.shtml

desemprego e baixos salários. Ainda, sob as mulheres, recaem de forma mais extenuante os deveres para com o “mundo privado” da reprodução social, visto que uma maior ausência do Estado na promoção de serviços nas áreas de saúde, educação e habitação etc., as coloca numa jornada ininterrupta no sustento de um edifício do qual é reificada como alicerce para o bem e para o mal.

A família “funcional” volta com força na construção de um discurso moralista como a salvadora da crise de valores da sociedade. Junto à política econômica ultraliberal, o discurso conservador aciona os papeis de gênero, historicamente construídos, para justificar a ação de combate aos direitos conquistados pelas mulheres e outras minorias políticas, como se estas estivessem a serviço da desestabilização da sociedade. Retira-se, nessa construção, o próprio capitalismo gerador da crise do crivo do que é necessário ser combatido para a solução dos problemas por ele mesmo gerados e acirrados.

No Brasil, 2016 foi o ano do impeachment que, compartilhamos da tese, se tratou de golpe de Estado institucional/jurídico/midiático. No que pese o governo da presidenta Dilma Rousseff ser pautado por uma tentativa de política de conciliação de classes, continuidade do projeto de poder representado pelo PT nos governos de Lula, o mesmo processo que gesta soluções de austeridade e preconiza um Estado distanciado das políticas sociais, tem reflexos no Brasil. Sendo um país de importância fundamental na geopolítica da América Latina, as ações governamentais não foram suficientemente “austeras” na implementação do receituário neoliberal. Se aliarmos isto a uma elite política nacional pouco afeita, historicamente, ao respeito dos processos democráticos, temos o caldo que direciona o Brasil para o campo político da direita ultraliberal numa medida de força, como foi o golpe de Estado concretizado sem canhões, mas a revelia do processo democrático.

As insurgências de rua ocorridas em junho de 2016, que em boa medida refletiam o descontentamento da classe média (não significa dizer que apenas a classe média esteve nas ruas) diante da crise que se impunha, demonstraram a pouca permealidade das políticas sociais apresentadas até então. Se programas habitacionais e de renda se apresentavam como os maiores da história, diante do abismo social histórico do país e da própria crise do capitalismo, demonstraram sua fragilidade no sentido de política pública de Estado e orientação política de governo. Quando falamos em política de governo envolvemos sua orientação ideológica e

política. Se a ascenção dos governos petistas representaria também a ascensão da população excluída nas políticas de Estado, aos ataques do capital a tais conquistas, deveríamos, em tese, observar o rebate pelas forças sociais que dele se beneficiavam. Porém, o que assistimos foi a insatisfação de parcela da população que capitalizou um sentimento despolitizado e, portanto, maleável de insatisfação nivelada por uma perda de direito às avessas, cuja parametrização está não na perda de direitos em si, mas pela perda de status social. Isso não implica dizer que não estava em curso uma política que, por exemplo, retirava direitos das e dos trabalhadores do setor público ou que garantias da CLT estavam sendo surrupiadas, significa dizer que as forças que deviam compor os “governos populares” estavam desmobilizadas, fragilizadas pela necessária quietude que um “governo popular” precisava para implementar, ainda que em marcha amena, o neoliberalismo vigente. Frases como: “aeroporto parece rodoviária”, “sem partidos”, “por intervenção militar” se juntavam de forma bizarra aos gritos por mobilidade urbana, democracia, empregos e mais educação em um junho que antecedia a guinada da ultradireita conservadora no país.

O Vice-presidente Michel Temer, ao assumir o cargo de Dilma através do golpe, coloca em curso acelerado a agenda de austeridade tendo nas reformas trabalhista e da previdência necessidades prementes. Não obstante o enfrentamento realizado pelos movimentos sociais, a fragilidade exposta pela desmobilização política dos movimentos organizados foi, ainda, impulsionada por uma narrativa de que a solução da crise estaria na contenção da corrupção promovida durante os governos petistas. O caminho para a polarização da sociedade abastecido pelas manifestações de junho de 2016, por sua vez, prepara o território para a ascenção de Jair Bolsonaro à presidência da república em 2018, político alinhado com o presidente dos EUA Donald Trump e com simpatia a ascenção da extrema direita no mundo.

Os ataques promovidos no Brasil aos direitos conquistados, vão de encontro não somente às tentativas de políticas sociais implementadas pelos governos do PT (discurso que reforça a polarização da sociedade), mas procuram desmontar nossa tentativa da *Welfare* representada pela constituição de 1988. O estado de bem-estar social que sequer chegamos a regulamentar de forma plena para garantir o real acesso aos direitos por ela preconizados. Guardados nossos processos históricos e condicionantes oriundos da posição periférica dentro do sistema capitalista mundial,

sofremos aqui, de maneira diferenciada, dado o exposto, os efeitos da crise global do capitalismo e das medidas por ele apresentadas como solução[16].

2.2- A Greve Internacional de Mulheres (GIM) de 2017

Os mecanismos tradicionais de organização das trabalhadoras e trabalhadores, sindicatos, partidos políticos etc., têm sofrido, dentro do quadro da crise, um processo de desarticulação e perda de prestígio na sociedade. Os discursos hegemônicos buscam retirar destes a legitimidade da representação, numa tentativa de esvaziar o fazer político, guardando para si a tarefa de comandar os rumos da sociedade. Por outro lado, as formas de organização das parcelas da população por eles representadas não têm demonstrado a eficiência necessária diante dos desafios colocados pela crise e pelas medidas tomadas pelo capital para a sua solução. Não nos colocamos em acordo com o discurso da deslegitimação da política, buscamos, contudo, observar as movimentações de novo folego organizativo que se apresentam na contemporaneidade para o enfrentamento das tarefas de construções societárias mais justas em contraposição ao projeto hegemônico de poder.

Dentre estas novas formas de enfrentamento, destacamos a ação das feministas, suas organizações e capacidade de alianças com setores da sociedade e grupos historicamente marginalizados, com ênfase nas relações de raça e classe, entendendo a última dentro de um amplo espectro que o próprio processo de acumulação capitalista permite agrupar na sua rearticulação, enquanto processo produtivo e de organização da exploração das formas de trabalho.

Uma das questões que nos levou a buscar elos da luta das feministas contemporâneas com as disputas por projetos societários em meio à crise global foi a ressignificação do mecanismo da greve. O uso dessa forma de luta vai muito além da escolha de uma nomenclatura de impacto para a atividade organizada. Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya, Intelectuais/ativistas que estavam dentre as organizadoras internacionais da greve, nos textos de preparação da ação internacional apontam que:

> As mulheres que trabalham no mercado formal e informal e na esfera social não reprodutiva são todas trabalhadoras. Essa consideração

[16] As reflexões aqui apresentadas representam os debates sobre conjuntura promovidos nos fóruns do movimento social do qual participo, do seminário promovido pela Faculdade de Serviço Social da UFJF sobre o Golpe de 2016 e leituras promovidas pelo mesmo, em especial em (DE FREIXO, RODRIGUES e (ORGANIZADORES), 2016)

> deve ser central para qualquer discussão sobre a reconstrução de um movimento operário não só nos Estados Unidos, mas também globalmente. (ARRUZZA e BHATTACHARYA, 2017, p. np)

Podemos perceber que a luta por elas conclamada não está somente circunscrita às questões mediadas pelo gênero que informam discriminação. Mesmo sendo este o mote da ação, extrapolam esse sentido a partir do entendimento de que é necessária uma ação que transcenda a luta por direitos iguais entre homens e mulheres, para a garantia real da construção de um novo modelo de sociedade. Elas propõem a rediscussão do movimento operário, buscando "novos" agentes políticos. Se, por um lado, as feministas resgatam essa forma de enfrentamento ao buscar interromper o processo de produção, por outro a revigoram trazendo à cena o debate da divisão sexual do trabalho e reprodução social.

A greve proposta pelas mulheres inclui trabalhadoras formais, informais, desempregadas e, por via da paralisação das atividades, também na esfera privada, levantam a questão do uso e exploração/ expropriação por parte do sistema capitalista de sua força de trabalho na esfera da reprodução da vida.

> No capitalismo, o trabalho das mulheres no mercado formal é apenas uma parte do trabalho que realizam. As mulheres são também as principais realizadoras do trabalho reprodutivo – trabalho não remunerado que é igualmente importante para a reprodução da sociedade e das relações sociais capitalistas. A greve das mulheres destina-se a tornar este trabalho não remunerado visível e enfatizar que a reprodução social é também um local de luta. Além disso, devido à divisão sexual do trabalho no mercado formal, um grande número de mulheres ocupam postos de trabalho precários, não têm direitos trabalhistas, estão desempregadas ou são trabalhadoras sem documentos (ARRUZZA e BHATTACHARYA, 2017, p. np)

A temática da reprodução social não é exatamente uma novidade nos estudos feministas, porém a ação política da GIM, trouxe ao debate novas perspectivas de análise e contribuições à teoria crítica. Segundo Cisne,

> A apropriação do trabalho reprodutivo é parte integrante do modo de produção capitalista. Para compreendermos isso, é central desvelar que a exploração econômica das mulheres dentro da família é vinculada à exploração dentro do mundo do trabalho capitalista, ou seja, "o trabalho gratuito de uma mulher é [...] contado na economia geral da exploração" (Dephy,t.I,2009, p.38; tradução nossa) Em outras palavras, o que Delphy denomina de "modo de produção doméstico" é parte integrante e indispensável ao modo de produção capitalista. Esse modo de produção se apoia na exploração do trabalho doméstico da mulher, assim como na exploração da força de trabalho feminina na esfera produtiva, na qual, via de regra, recebem salários baixos e são desvalorizadas. Em síntese, podemos dizer, então, que o modo

> de produção capitalista encontra na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera produtiva, seja na esfera reprodutiva (em trabalho remunerado ou não), uma das suas bases de sustentação. (CISNE, 2018, p. 96)

Essa formulação, que é anterior ao processo da greve de 2017, demonstra a trilha seguida para a construção de fazeres de luta que englobem o conjunto das forças produtivas dentro do sistema capitalista. A Greve Internacional de Mulheres (GIM) 2017 não se apresenta como marco inaugural de um pensamento feminista avançado e preocupado em preencher lacunas de sua própria produção teórica e, de forma mais ampla, da teoria social crítica, porém ganha magnitude ao materializar, na forma de luta concreta, os debates postos sobre as formas de enfrentamento à crise do capitalismo, seus desdobramentos e, para além, de maneira estratégica, acúmulos organizativos e teóricos para sua superação.

Em artigo originalmente publicado na revista Viewpoint Magazine, em janeiro de 2017, as ativistas e intelectuais Linda Martín Alcoff, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser, Keeanga-Yamahtta Taylor, Rasmea Yousef Odeh e Angela Davis, em manifesto, conclamam as mulheres norte-americanas e do mundo a fazerem parte de um movimento amplo e unitário, motivado pelas marchas contra Trump em janeiro, porém muito maior, objetivando uma luta anticapitalista,

> Como primeiro passo, propomos ajudar a construir uma greve internacional contra a violência masculina e na defesa dos direitos reprodutivos no dia 8 de março. Nisto, nós nos juntamos com grupos feministas de cerca de trinta países que têm convocado tal greve. A ideia é mobilizar mulheres, incluindo mulheres trans, e todos os que as apoiam num dia internacional de luta – um dia de greves, marchas e bloqueios de estradas, pontes e praças; abstenção do trabalho doméstico, de cuidados e sexual; boicote e denuncia de políticos e empresas misóginas, greves em instituições educacionais. Essas ações visam visibilizar as necessidades e aspirações que o feminismo do “faça acontecer” ignora: as mulheres no mercado de trabalho formal, as que trabalham na esfera da reprodução social e dos cuidados e as desempregadas e precárias. (ALCOFF , ARRUZZA, *et al.*, 2017, p. np)

Percebe-se, desse trecho de manifesto, que o entendimento da unidade das feministas passa também por perceber suas vertentes e sua dinâmica dentro da luta de classes. Há uma evidente demarcação com o feminismo liberal. Esse debate é extremamente oportuno, visto que o processo de cooptação e esvaziamento de lutas pelo viés da fragmentação ou por uma apreensão do feminismo enquanto “estilo de vida” se espalha pelo mundo. Não é difícil, hoje, entrarmos em grandes redes de

vestuário e encontrarmos produtos de moda com alusões ao feminismo. Frases de empoderamento vendidas como mercadoria de baixo e alto valor monetário. Grifes que por vezes fazem uso da exploração do trabalho de mulheres ou promovem trabalho análogo à escravidão ocupando suas luxuosas vitrines do esvaziamento do discurso feminista, numa nítida demonstração de cooptação de viés mercadológico da pauta das mulheres.

Essa foi uma das questões que, ao mesmo tempo abriram a greve de 2017 para um amplo movimento de massas, assim como definiu, mesmo naquele ano, o tipo de condução política daquela “nova” expressão do dia 8 de março. Não temos dúvidas que há um tanto de porta de entrada do feminismo liberal nessa primeira convocação, no sentido de adesão das massas de mulheres, bem como de que a condução do movimento soube, de certa forma, demarcar o que significava a construção da Greve Internacional de Mulheres dentro de uma luta global e anticapitalista.

O blog da editora Boitempo também fez a publicação da tradução do Manifesto das ativistas do Feminismo para os 99%. Na introdução feita por Flávia Biroli, a intelectual brasileira busca uma aproximação do feminismo por elas proposto com luta política enfrentada no Brasil.

> As reações aos direitos das mulheres se ampliaram ao mesmo tempo em que outros direitos são colocados em xeque de maneira brutal. No Brasil e em outras partes do mundo, direitos trabalhistas, à saúde e à segurança na velhice são desmantelados, evidenciando a face atual do neoliberalismo. Sexismo, xenofobia, racismo e transfobia estão articulados à redução das garantias de trabalhadoras e trabalhadores e ao aumento das desigualdades e da violência. Por isso intelectuais feministas chamam a todas nós para uma greve internacional no 8 de março, em que mulheres de diferentes partes do mundo estejam nas ruas contra todas essas violências. É uma chamada pelo que temos buscado por aqui também, uma reconstrução das esquerdas na qual feminismos capazes de conectar direitos reprodutivos e trabalho, sexualidade e xenofobia em uma agenda ampla, marcada pelo diálogo com diferentes grupos de mulheres, têm um papel central a cumprir. (https://blogdaboitempo.com.br, 2017, p. np)

A manifestação positiva de intelectuais que, ou trabalham com a temática de política e ciências sociais em geral, ou buscam conectar este debate com as relações de gênero é um demonstrativo do grande poder de mobilização do chamamento da Greve Internacional de Mulheres. Para além do ativismo prático, da visibilidade das questões relacionadas ao gênero, das manifestações propositivas a respeito das

realidades locais, nacionais e mundiais; o chamamento à greve significou, também, uma maior abertura ao debate sobre o desenvolvimento das teorias críticas da realidade social, situadas no campo progressista/esquerda, a respeito da necessidade da inclusão de perspectivas de gênero e raça/etnia para o alcance da emancipação humana. No fragmento de Biroli vimos, ainda, um chamado à uma ampla aliança que, sem desconhecer visões e perspectivas diferenciadas de enfrentamento às opressões expressas na vida dos sujeitos sociais, aponta na construção da unidade no campo da esquerda a possibilidade de enfrentamento capaz de reversão de um caminho de ainda maior violência e segregação social.

Questões relativas a reprodução social, por exemplo, que já vinham sendo debatidas por intelectuais feministas, ganharam maior visibilidade no interior e fora da academia. Da mesma forma, gênero e raça ganharam espaços significativos em qualquer debate sério sobre política e sociedade. O próprio movimento da realidade e sua materialidade sob a vida das pessoas, que atinge com virulência as minorias políticas e os sujeitos sociais superexploráveis, “cooperou” para a impossibilidade de invizibilização da temática, bem como de sua explosão em reação de luta organizada. Nomes como os de Silvia Federici, Cinzia Arruza, Titthi Bhattacharya, Angela Davis, Patrícia Hill Colins, rodaram o mundo em seminários e palestras afirmando a necessidade da abordagem de gênero/raça/etnia em todos os debates relativos ao enfrentamento à quebra do sistema hegemônico de poder e na questão sobre democracia. Da mesma forma, novas edições de livros clássicos, traduções para outras línguas e novas produções fizeram parte desse processo de práxis política feminista.

A intelectual e ativista italiana, Silvia Federici esteve no Brasil em 2019 para o lançamento de seu livro “O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista” (Editora Elefante) e “Mulheres e caça às bruxas” (Editora Boitempo), e em uma visita à Espanha, também para divulgação dos livros, concede, na ocasião, uma entrevista para o Jornal El Pais em que traz afirmações importantes para este momento da ação. Quando perguntada sobre a luta anticapitalista e o feminismo, afirmou o seguinte:

> O feminismo não é uma escada para que a mulher melhore sua posição, que entre em Wall Street, não é um caminho para que encontre um lugar melhor dentro do capitalismo. Sou completamente contrária a esta ideia. O capitalismo cria continuamente hierarquias, formas diferentes de

> escravização e desigualdades. Então, não se pode pensar que sobre esta base se possa melhorar a vida da maioria das mulheres, nem dos homens. O feminismo não é somente melhorar a situação das mulheres, é criar um mundo sem desigualdade, sem a exploração do trabalho humano que, no caso das mulheres, se transforma numa dupla exploração (https://brasil.elpais.com/, 2019).

Sendo verdade que no interior da esquerda as ideias feministas ganharam maior terreno, o mesmo ocorreu dentro do espectro liberal "progressista". CEOS[17] mulheres aparecem com força numa espécie de defesa de que o capitalismo é também acessível, do ponto de vista econômico e de ascenção social e política às mulheres. Uma defesa de igualdade deslocada de uma transformação social profunda. Compreendendo esse momento, o movimento feminista resgatado pela GIM bebe em uma tradição de luta antissistema, almeja a igualdade entre os seres humanos em todas as esferas, sendo, portanto, um movimento de caráter anticapitalista e que amplia seu projeto político internacionalista para uma transformação radical da sociedade. Concordamos com Biroli quando, em 2016, aborda assim os caminhos do feminismo.

> O futuro do feminismo, como projeto transformador, está na sua capacidade de situar-se claramente no campo da esquerda. Entendo que isso implica conectar as lutas feministas à crítica ao sistema capitalista. No momento atual, significa discernir entre as respostas à crise mundial do capitalismo que abrem caminhos para a justiça de gênero e as respostas que, diferentemente, implicam o aprofundamento das desigualdades e mais vulnerabilidade para as mulheres. (BIROLI, 2016)

Desta feita, consideramos que, ainda que alguns atores sociais ligados ao pensamento liberal tenham de início se incorporado ao movimento da Greve em 2017, o que pode ser atestado por apoios de artistas, empresárias e jornalistas (estes mais notórios) sem histórico de ação no campo político da esquerda e claramente defensoras de valores liberais (não conservadoras) e mesmo, um certo voluntarismo político de veículos de comunicação em abraçar a novidade (fenômeno mundial) representada por uma greve internacional de mulheres, o fizeram em apenas um aspecto de suas aspirações, qual seja, a igualdade política e de ganhos monetários entre homens e mulheres. O que observamos, contudo, no decorrer da ação foi a condução política da greve e manifestações de rua por organizações e mulheres aliadas às causas progressistas e com identificação no campo político de esquerda, ainda que sem filiação partidária ou mesmo experiência organizativa. O que propiciou

[17] (CEO é a sigla inglesa de Chief Executive Officer, que significa Diretor Executivo).

que a luta antirracista, antissistema e de classe submergisse frente ao adesismo. Ao mencionarmos a identificação de mulheres sem organização partidária com a causa, não significa dizer que as mulheres dentro dos partidos não tenham levado a pauta da greve de mulheres. O que sabemos, contudo, como já discutido no Capítulo I, é que o debate sobre a auto-organização de mulheres dentro dos partidos e organizações da classe trabalhadora[18] é antigo e esbarra em incompreensões que trazem dificuldades na inserção de forma massiva das mulheres nas lutas organizadas da classe, o que representa, dentro da análise aqui desenvolvida, um erro estratégico na construção da luta pela emancipação humana

Nos parece, portanto, que um movimento internacional massivo e ancorado teórica e politicamente na transformação social e na luta anticapitalista trouxe consigo um grande respiro para a construção do sujeito coletivo mulher, compreendendo sua diversidade, porém focando no projeto político emancipatório, sem o qual não há eficácia real na luta das mulheres e, por consequência, para as lutas gerais de libertação da classe trabalhadora.

2.3.1 O surgimento do 8M municipal

Antes de dar sequência a este ponto, evidenciamos, que boa parte do resgate do processo de construção do 8M municipal se faz pela memória das participantes. Peço licença para, em diversos momentos, trazer ao leitor minhas memórias. Sabemos, de início, que toda narrativa, ainda que busque isenção, é informada por um posicionamento diante do fato narrado. Fica evidente, portanto, meu posicionamento que busca evidenciar, confirmar ou refutar a característica classista da Greve Internacional de Mulheres. Contudo, para a produção desse registro de forma fiel a uma pesquisa acadêmica, busco as fontes disponíveis, principalmente nas redes sociais, imprensa, manifestos e relatos das mulheres que vivenciaram o processo, para dar materialidade ao exposto de forma a garantir um relato fiel aos fatos ocorridos.

Na esteira da crise do capitalismo e da vivência dos ataques impostos à classe trabalhadora através de medidas ainda mais restritivas de direitos, apresentadas

[18] No livro “As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres”, Gonzalez apresenta o debate empreendido por Clara Zétkin no sentido de garantir a auto-organização das mulheres dentro do movimento socialista. Cf González (2010).

como sendo a única alternativa de contenção para a da crise, as formas de enfrentamento são pensadas em todo o mundo. Neste processo, o impulsionamento das ideias e lutas feministas junto, por outro lado, ao seu combate pelas forças conservadoras, ganham força. Juiz de Fora não fica alheia aos processos de organização da classe discutidos e implementados mundialmente. Diante do chamado a uma greve exclusiva de mulheres no 8 de março, se posiciona favorável à sua construção.

Assim como em outras cidades e países, a organização da greve foi um sopro de frescor no movimento feminista organizado. A militância no feminismo exercido pelas mulheres da cidade se colocava, por um lado, através das que possuíam alguma militância partidária e assim se definiam diante de seus pares e sociedade e aquelas que se organizavam em coletivos e desenvolviam seu trabalho ainda muito perpassado pelo meio e debate acadêmico. Também em seus coletivos, as mulheres negras buscavam realizar suas atividades tanto nas universidades (as políticas afirmativas tiveram papel importante em abrir espaço) quanto nas periferias (geográficas e sociais). Cabe o registro que algumas mulheres negras, propositalmente, não se intitulavam feministas, numa crítica a uma identificação do movimento (tido como hegemônico) e suas bandeiras com mulheres de classe média brancas.

O conselho municipal da mulher não possuía efetividade de ação na criação de políticas públicas para as mulheres na cidade. No parlamento, a representatividade era inversa. As duas ocupantes da Câmara municipal, “Delegada Sheila” e “Ana do Padre Frederico” não se identificavam com o movimento feminista e se colocavam dentro do espectro que via a existência de uma “ideologia de gênero”. Se posicionavam no campo conservador abertamente de direita. Todo esse quadro, porém, não significava ausência das mulheres da cidade pautando as lutas da classe, ou as questões mais específicas relacionadas aos papeis de gênero que informavam discriminação, porém exemplifica a desarticulação do movimento feminista na cidade no período.

Na construção da Greve Internacional de Mulheres em 2017 (GIM), em Juiz de Fora, assim como em vários locais do mundo, a internet e redes sociais cumpriram um papel importante na divulgação e mobilização. Contribuíram para que mesmo, diante de um quadro de desarticulação do movimento feminista na cidade, a ideia

fosse recebida e debatida. Ativistas e militantes de todo globo utilizaram a rede para divulgação de manifestos, bandeiras e formas de mobilização. A página oficial do 8M Brasil – 8M Brasil Greve internacional de Mulheres (https://greveinternacional.wixsite.com/8mbrasil/inicio) foi a fonte principal de divulgação das ações internacionais da Greve em 2017. No Brasil, cumpriu, naquele momento, papel de divulgadora de uma luta que se pretendia unificada no país. Havia no site, downloads de materiais de divulgação, artes para faixas, adesivos e panfletos com diagramação abertas para cada cidade buscar a melhor forma de reproduzir os materiais. A ideia era a de manter uma identidade visual mundial, aumentando assim sua força e significado global. Foram esforços na indicação de caminhos para a construção da unidade e solidariedade entre as mulheres. A página disponibilizou links que direcionavam a sites de outros países que trabalhavam a divulgação e impulsionamento da greve, tradução do manifesto Internacional, um mapa que demonstrava a adesão das cidades do Brasil e do mundo, debates sobre a movimentação que ganhavam as mídias tradicionais e alternativas e um breve histórico do que seria aquele movimento. Organizações e coletivos feministas passaram a reproduzir em suas próprias mídias a adesão ao movimento internacional, definindo as particularidades de cada região e demarcando politicamente suas posições, dentro de uma unidade de ação inédita até então.

O que observamos foi a facilidade trazida pela internet para a divulgação de uma ação global. Se, como visto no capitulo anterior, as ações das feministas, ainda que de forma embrionária, já continham em sua gênese a raiz internacionalista, os processos de lutas se circunscreviam a países e, por conta disso, assumiam os contornos do grau de conscientização da classe e de sua vanguarda em cada local. Embora as redes tenham facilitado esta movimentação, o próprio capitalismo transnacional também contribuía para o sentimento do impacto comum da crise, não obstante suas particularidades e inserção central ou periférica. Visto desta perspectiva, entendemos que a internacionalização da luta feminista, revestida de uma identidade de classe, se torna um imperativo na etapa atual para um enfrentamento eficaz à crise estrutural do capital que atinge a classe trabalhadora em parametrizações que ora fecham fronteiras, ora atraem mão de obra, ora se instalam como unidades exploradoras e expropriadoras de mão de obra.

De posse dos materiais e do debate neles contido, mulheres de Juiz de Fora, organizadas e não organizadas em partidos, coletivos e entidades de classe passaram a se mobilizar em torno dessa construção mundial. Nos primeiros encontros fortuitos, a temática aparecia como a possibilidade de uma ação política de envergadura dentro do processo necessário de mobilização que a classe precisava sustentar para o combate às medidas ultraliberais. As conversas informais resultaram no impulso para a criação de um movimento real de construção da greve de mulheres na cidade. Primeiro, virtualmente a partir de um grupo criado por nós no aplicativo *Messenger,* que necessariamente se desdobrou em reuniões presenciais, não prescindindo do uso da rede mundial de computadores.

A ideia inicial era a de convocação de mulheres que se identificassem com as pautas feministas e que, naquele momento, com base na participação da organização da Greve Internacional de Mulheres no dia 8 de março de 2017, estivessem dispostas a construir unidade de ação em torno das questões relacionadas à violência de gênero nas suas mais diversas expressões, abrangendo desde o mundo do trabalho produtivo e reprodutivo, a violência doméstica, direitos reprodutivos e perda de direitos via reformas trabalhista e a da previdência.

Uma unidade construída de maneira inédita se desenhava no processo da organização internacional da greve. Como muitas das mulheres que se identificavam com o feminismo, se organizavam de alguma forma, a adição de suas organizações à construção foi uma consequência que se traduziu em ganhos importantes para o movimento que se formava na cidade.

Cabe ressaltar, que diante da grande repercussão mundial que os debates em torno da greve de mulheres trouxeram quando se propuseram a discutir um projeto político de transformação social e, também, pela ação das feministas organizadas em partidos que se incorporam na construção da greve, os órgãos nacionais de imprensa dos partidos de esquerda informam suas bases da construção do 8 de março e orientam a participação de sua militância nas manifestações e ações da GIM .

A primeira reunião presencial, precedida de uma articulação on-line, foi realizada no dia 03 de março de 2017 nas escadarias da Câmara Municipal de Juiz de Fora e contou com 19 participantes, sendo um homem. No que pese, a princípio, parecer um número reduzido de pessoas, as mulheres ali presentes tinham histórico

importante nos movimentos sociais, sindicais e partidos. A disposição em construir um 8 de março divisor de águas na cidade ficou demonstrada nas intervenções e no sentido de aderir ao movimento internacional. Construir as pautas de luta nacionais e locais, em acordo com as orientações apresentadas nos materiais internacionais de construção da greve, respeitando as lutas centrais de cada país.

Figura 1 Foto arquivo pessoal disponível de forma pública nos arquivos do evento no facebook

Havia, ao mesmo tempo, um clima de "descontração" e ciência da responsabilidade na construção da ação. "Descontração", pois a reunião foi realizada nas escadarias de um local público, com listas de presença em folhas de cadernos soltas, bem como as anotações principais da reunião. De certa forma, esse cenário compunha a orientação de organização horizontal[19] da construção da greve pelo mundo. Mulheres, que reunidas, decidiam coletivamente os rumos do movimento, não havendo a direção desta ou daquela organização, ainda que se fizessem representadas. Hoje, percebemos que desta "empolgação" nos faltou o pensar histórico para registro documental da ação, o que não interferiria no princípio da organização horizontal, mas ao contrário, registraria a experiência e subsidiaria

[19] A organização horizontal significou a democratização das decisões a respeito dos rumos e formas de adesão a GIM. Evitou a partidarização do movimento, garantindo as decisões em assembleias ou em reuniões públicas. Aproximou, desta feita, mulheres, coletivos e organizações fora de esferas partidárias, ao mesmo tempo, não prescindindo a presença de partidos e organizações tradicionais da classe trabalhadora, como sindicatos. Isto, nos parece, garantiu o grande sucesso na internacionalização do movimento da greve, bem como a alta participação de mulheres não organizadas politicamente.

estudos posteriores. Desta primeira reunião, foi criado um grupo fechado no *facebook,* em que os repasses e informes das reuniões seriam disponibilizados às demais mulheres envolvidas no grupo do *Messenge*r. O grupo do facebook passaria a ser o local de acompanhamento de tarefas de organização da atividade. Todas as demais reuniões de organização da greve ocorreriam nas escadarias da Câmara, com chamada aberta a todas as mulheres que quisessem participar.

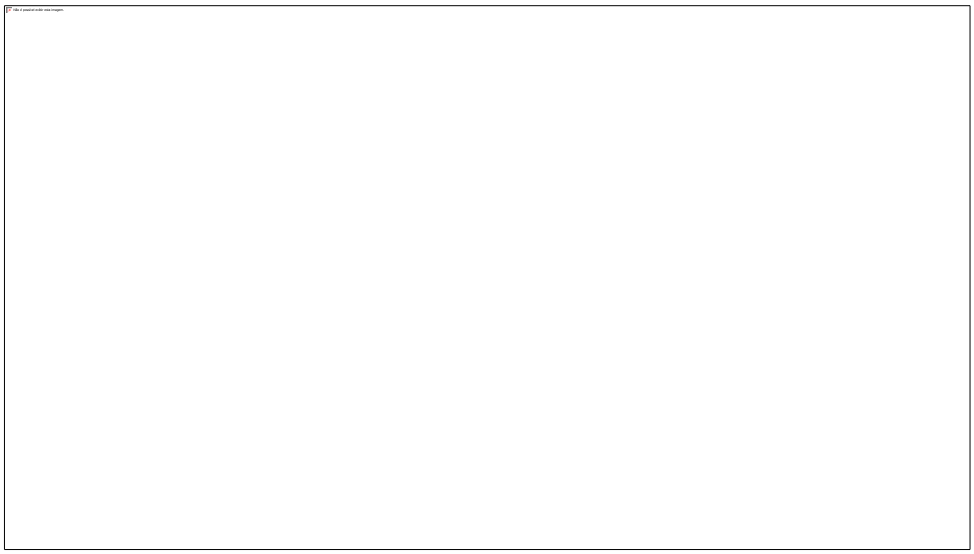


Figura 2 reunião presencial ocorrida dia 6 de março de 2017. Fotografia arquivo pessoal disponível de forma pública nos arquivos do evento no facebook

Da experiência organizativa das mulheres que ali se reuniram, derivam ofícios para a garantia da parte burocrática do ato de rua. Foram encaminhados, também, pedidos de apoio financeiro para sonorização e para que panfletos, adesivos e cartazes fossem confeccionados. Junto ao apoio financeiro, as organizações da classe trabalhadora da cidade foram acionadas através de seus sindicatos, movimentos e partidos para que houvesse também, por parte destas, o reconhecimento formal e político da ação que se forjava.

Foram dias corridos e de muito trabalho para que o ato fosse organizado e a compreensão do sentido da greve fosse apreendido. Mesmo com o curto período para o dia 8, o empenho das participantes garantiu panfletagens e divulgação recorde para a greve e suas formas de adesão. As redes sociais cumpriram papel muito importante para o sucesso do que foi o dia 8 de março de 2017. O evento da Greve Internacional de Mulheres, criado no *facebook,* que propiciava a confirmação de presença no ato (já criado antes da primeira reunião presencial), dava um indicativo da potência da ação. Contudo, da experiencia militante, ainda que no pouco tempo para a articulação,

não foram prescindidas panfletagens em feiras, porta de escolas, no calçadão da Rua Halfeld, pontos de ônibus e passagens em salas de aula da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFFJF) e mesmo uma panfletagem na porta de uma fábrica têxtil da cidade, realizada para a mobilização e também para a marcação do caráter do movimento que se iniciava.

Vivíamos momentos de mobilização da classe trabalhadora brasileira contra as reformas trabalhista[20] e da previdência social. O reconhecimento do caráter nocivo às mulheres da contrarreforma da previdência apresentada pelo governo golpista de Michael Temer, que retirava direitos do conjunto da classe e conquistas das mulheres no entendimento de seu papel diferenciado e não reconhecido no conjunto das obrigações com a família e no setor de cuidados da sociedade, foi trazido à pauta. A contrarreforma prevista, igualava a idade mínima para aposentadoria entre homens e mulheres, isso significava, na prática, não reconhecer que as mulheres cumprem dupla jornada. Esse reconhecimento mínimo se dava na diferenciação do tempo para aposentadoria sem, contudo, entrar no mérito do trabalho invisibilizado realizado pelas mulheres e tido como "inato" a elas. São as mulheres que se responsabilizam pela reprodução social, são demitidas ao engravidarem e têm dificuldade de retorno ao mercado formal de trabalho devido ao cuidado com filhos menores, idosos e doentes na família. Não bastasse isso, a "reforma" desconhecia que a remuneração feminina é, via de regra, menor que a dos homens e a elas são relegados, ainda, os postos mais precarizados de trabalho. As mulheres negras, são especialmente atingidas devido ao histórico colonial/escravocrata brasileiro. Exemplo disso é a regularização do trabalho doméstico ocorrida somente em 2015. Ao propor tempo mínimo de contribuição para a previdência para obtenção da aposentadoria, vaticina a essas mulheres, o trabalho por mais tempo e por vezes sem direito a chegarem a aposentadoria. As mulheres negras são as mais presentes no trabalho doméstico, assim como as que nele ingressam ainda adolescentes. Mesmo com a regularização

[20] A reforma apresentada, retirava direitos garantidos na CLT, apontando nestes o empecilho para a criação de novos empregos e aprofundamento da crise econômica. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) chegou a se manifestar contrária ás proposições da reforma, pois violariam várias convenções internacionais de que o Brasil era signatário. Alterações permitindo aumento da jornada de trabalho, redução de descanso remunerado, autorização de negociação individual ou coletiva sem o regramento da lei, contratos de trabalho intermitente, fim de proteções às trabalhadoras grávidas e permissão da terceirização em atividades fins do Estado, foram alguns dos pontos polêmicos da reforma.

tardia da profissão, através da chamada “PEC das domésticas”, ainda grassam as relações de trabalho, nessa esfera, sem vínculo empregatício. A contrarreforma da previdência impunha a essas mulheres a necessidade do trabalho até o fim da vida e dada a precarização e subvalorização do trabalho doméstico, podemos a caracterizar como uma forma de escravidão moderna.

Diante desse cenário, no Brasil, a bandeira contra a “reforma” da previdência é eleita como a bandeira específica do movimento grevista das mulheres. O que significava que, junto ao debate das questões de dominação de gênero, como a violência e o direito a decisões relativas ao próprio corpo, no Brasil, as mulheres marchariam contra a reforma da previdência como eixo central da ação. Esta decisão significou, na cidade e no país o protagonismo das mulheres na luta de rua contra a reforma da previdência, e a retomada das ruas pelo movimento social desde as manifestações de rua de junho de 2016[21].

Na cidade, houve a criação de um Fórum Sindical[22] contra as reformas apresentadas por Temer, em especial, a contrarreforma da previdência. A entrada das mulheres que organizavam a GIM 2017 nas reuniões do Fórum, passando também a representar suas organizações nas reuniões, junto a participação do MST, foi decisiva para a ampliação do Fórum Sindical, que passaria a se chamar Fórum Sindical e Popular. Da participação no então Fórum Sindical, foi firmada a importante aliança que unificava o ato público pensado por eles contra as Reformas de Temer ao ato das mulheres no dia 8 de março. Esse foi um passo decisivo para que o 8M/JF se afirmasse politicamente para as organizações do movimento social da cidade. A demonstração prática de sua capacidade de organização, liderança e principalmente mobilização abriram as portas para o respeito político de suas ações e para a participação qualificada nas lutas políticas a serem travadas na cidade.

[21] Vale frisar que como já exposto, que as manifestações de junho de 216 não se trataram de manifestações conduzidas pelos movimentos sociais

[22] Um Fórum com representação de sindicatos de Juiz de Fora ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e CSP/Conlutas.

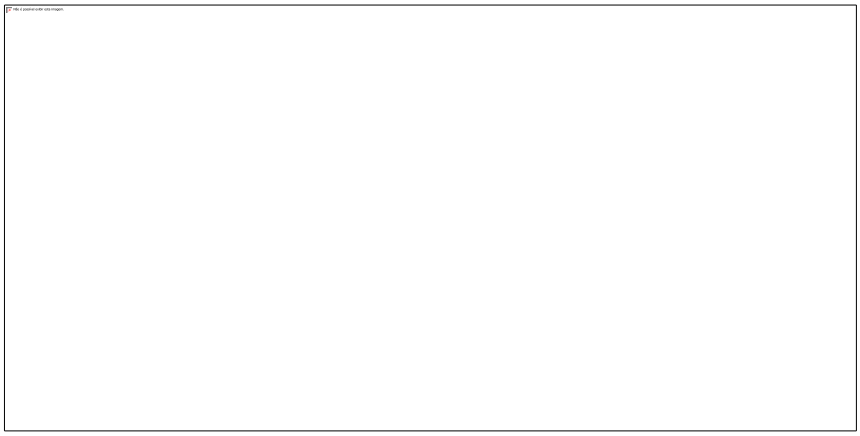


Figura 3 Faixa de linha de frente do ato do dia 8 de março de 2017 em Juiz de Fora

O chamado da greve era para todas as mulheres envolvidas no trabalho formal ou não, embora houvesse o reconhecimento de que as categorias organizadas em sindicatos seriam importantíssimas na construção do movimento. O ineditismo do chamamento ao conjunto das mulheres a cruzarem os braços no dia 8 de março de 2017, atingia em cheio o debate sobre a reprodução social da vida e da sociedade. Era o reconhecimento político do potencial organizativo para a luta antissistema, contido no trabalho informal e reprodutivo realizado pelas mulheres. Importa dizer, que desde a primeira reunião em Juiz de Fora, é afirmado pelas mulheres presentes a identificação da luta feminista com o campo político da esquerda e seu pertencimento a dinâmica da luta de classes. A título de exemplificação do informado, segue abaixo a descrição do evento da Greve Internacional de mulheres criado no f*acebook* para a cidade de Juiz de Fora:

> No 8 de março, as mulheres de Juiz de Fora vão parar, ocupar as ruas do centro da cidade e demonstrar sua adesão à Greve Internacional de Mulheres. Ato unificado, todas juntas!!O lema da Greve em nossa cidade e no Brasil será: "NEM UMA A MENOS! CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E TRABALHISTA!
>
> Parar contra todos os tipos de violência que incidem sobre as mulheres, sobretudo as mais vulneráveis (negras, lésbicas, periféricas e transexuais).
>
> Parar em protesto contra uma das mais altas taxas de feminicídios do mundo. A cada duas horas, uma mulher é morta no Brasil.
>
> Parar contra a reforma da Previdência promovida pelo governo Temer, que pretende igualar o tempo de contribuição de homens e mulheres, ignorando o fato de que mulheres realizam trabalho doméstico não remunerado, chegando a trabalhar em média cinco horas a mais que homens numa semana.

> Parar contra as medidas de austeridade que precarizam mais a vida de homens e mulheres e, em especial as nossas, tornando-nos ainda mais vulneráveis à violência machista.
>
> Parar para unir nosso grito ao das mulheres do mundo inteiro na Greve Internacional de Mulheres, movimento que reúne outros 30 países.
>
> Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós. E você? Vai parar também?
>
> COMO NÓS PROTESTAMOS?
>
> Sugerimos uma forma aberta de protesto. Tudo depende de suas decisões:
>
> Greve total: parando o trabalho ou o trabalho doméstico e os papéis sociais como cuidadoras durante o dia inteiro de trabalho;
>
> Greve a tempo parcial: paralização da produção / trabalho durante 1 ou 2 horas (caso você não possa parar o seu trabalho, usar elementos, adereços, roupas na cor lilás que remetam à lembrança e adesão ao movimento)
>
> Boicote às empresas que utilizam o sexismo nos seus anúncios ou na abordagem dos trabalhadores; Boicote a estabelecimentos e marcas apontados localmente; usar roupas nas cores lilás como mostra de adesão ao movimento. Greve de sexo; retirar dinheiro dos bancos por um dia; Bloqueio de estradas e ruas; Manifestações, piquetes, marchas.
>
> Em Juiz de Fora, faremos uma grande manifestação da primavera feminista no centro da cidade. Vamos gritar, cantar, protestar e marchar de braços dados!
>
> CONCENTRAÇÃO: Praça da Estação junto com os sindicatos da cidade – 17hSAÍDA em marcha rumo ao Calçadão da rua Halfeld - 18:30 - Atividades culturais: Praça João Pessoa s/n, em frente ao Cine Theatro Central: 19h TODAS JUNTAS! (https://www.facebook.com/events/218185811919102/?active_tab=about)

Assim como em outras várias cidades, a imprensa tradicional foi acionada e, dada a grande mobilização gerada, aliada à “novidade” da ação e adesão de mulheres de vários setores da sociedade, fez-se uma cobertura importante da mobilização, como demonstra a matéria do Jornal A Tribuna de Minas, um dos maiores veículos de comunicação da cidade.

> O sentimento da falta causado pela ausência da mulher é uma das principais propostas do movimento do Dia Internacional da Mulher, celebrado nesta quarta-feira, 8 de março. A ação central da data, definida em nível internacional, é a Greve das Mulheres, que pede que elas interrompam as atividades em todos os aspectos da vida, sejam eles laborais, domésticos e até mesmo sexuais. Juiz de Fora participa do ato, que recebe o nome de “Paro” e terá como lema “Se as nossas vidas não importam, produzam sem nós”. A ação obteve adesão de mais de 40 países. A paralisação converge pautas como a luta contra o feminicídio, machismo e qualquer outra violência contra a mulher; o combate às explorações, seja do corpo, ou da força de trabalho, entre inúmeras outras questões. No Brasil, o destaque é a luta

> contra a proposta do Governo federal de Reforma da Previdência, que entre as mudanças prevê a alteração da idade mínima para aposentadoria da mulher de 55 anos para 65 anos. (tribunademinas.com.br, 2017)

Além da alta repercussão e mobilização gerada, outro fator que contribuiu positivamente ao 8 de março de 2017, foi a adesão de artistas locais ao debate e chamado da greve. No ato de rua do dia 8, além da marcha pelas ruas do centro da cidade, houve uma manifestação cultural com várias mulheres que disponibilizaram nas ruas sua arte em prol da causa e em uma apresentação nas escadarias do Cine Theatro Central marcaram presença nesse dia histórico para as mulheres de todo o mundo.

> Mais de 20 artistas representantes de diversas manifestações culturais de Juiz de Fora participam do evento programado para esta quarta-feira (8), Dia Internacional da Mulher. Para lembrar a data, mulheres de Juiz de Fora vão para as ruas do centro da cidade demostrar sua adesão à Greve Internacional de Mulheres. O ato vai acontecer na Praça da Estação, às 17h, junto com os sindicatos da cidade. Depois haverá uma marcha até o calçadão da Rua Halfeld, onde acontecerá várias atividades culturais, como apresentações de artistas e sarau. (tribunademinas.com.br, 2017)

Em depoimento ao jornal local, mulheres artistas repercutem a importância do movimento que se desenhava, informando a compreensão de todo o processo da luta;

> A cantora e compositora Uiara Leigo, uma das atrações musicais do evento, ressaltou a importância de participar do ato e afirmou que as mulheres devem lutar pelos seus direitos: “O ato vai acontecer em favor pela luta da igualdade e contra a reforma da Previdência Social, reunindo vários movimentos feministas e culturais. Vamos mostrar a importância da mulher no mercado de trabalho e que temos os nossos direitos sociais”, diz Uiara, idealizadora do projeto Basta, em que gravou um clipe homônimo, com financiamento coletivo, para levantar a voz contra a homofobia e o preconceito. Segundo a integrante da banda Matilda, Fabricia Valle, o valor de estar presente num evento como este é grande: “É importante produzir presença, em um momento em que os encontros presenciais estão cada vez mais raros na sociedade atual, em função da virtualização da vida e das redes sociais. E também por sermos mulheres e por termos o feminino como força criativa no nosso processo musical, a gente optou por participar.” (tribunademinas.com.br, 2017)

Essa maneira de perceber a contribuição cultural como parte integrante do dia da ação da Greve, através da participação voluntária das artistas da cidade, foi um ponto importante. Buscava-se solidificar a aliança com a categoria artística, compreendendo o alcance desta forma de trabalho na mobilização do coração e mente das pessoas. Mais que uma apresentação, era a importância da pauta e uma ação militante dentro de um grande espectro de contribuições que movia a participação. Mais uma vez, a GIM demonstrava sua capacidade de abrangência ao

entender a importância da contribuição das artistas enquanto uma categoria de trabalhadoras.

Buscou-se, também, a adesão de categorias de trabalhadoras formais através de suas entidades de classe. Voltamos a afirmar que o ineditismo da greve de mulheres, que residia também na horizontalidade da convocação, apresentava formas organizativas de novo fôlego para o seguimento de mulheres que compõem a classe, porém não fazia coro com a deslegitimação das organizações tradicionais das e dos trabalhadores. Havia o entendimento de que ganhar tais organizações para o debate da greve de mulheres teria dupla via de ganhos, tanto para o movimento que se moldava, bem como para as organizações que poderiam aprimorar, de forma mais estratégica, o entendimento da participação das mulheres e suas especificidades em suas formulações e ações de luta cotidianas.

Fica explicito, neste entendimento, o valor estratégico para o conjunto das forças progressistas que um movimento, como o que se desenhava, teria para o debate da conformação da classe trabalhadora e suas formas de mobilização. Não só a magnitude do movimento que tomou cidades do mundo todo, mas sua pauta e formas de organização trouxeram reflexões importantes. Não se tratava de um movimento que buscava “competir” com as organizações tradicionais da classe, ao contrário, ao reafirmar seu conteúdo de classe, buscava arejar as lutas, assim como desvelar o debate das relações de dominação de gênero e discriminação étnico/racial de ranços e incompreensões dentro do próprio movimento de esquerda. Em outro flanco, combater os chamados “identitarismos” com grandes possibilidades de fracionar (e por isso explorados por setores liberais) uma luta unitária. Compreender as várias expressões da classe e suas lutas para além de blocos homogêneos ou categorias analíticas estanques, diante de uma perspectiva emancipatória e dentro de um projeto político anticapitalista, separa “Joio do trigo” no debate sobre identidades.

As manifestações de março de 2017 foram históricas e pavimentaram caminho para que o movimento se solidificasse em termos internacionais e nacionais. De um dia de luta a um movimento social. Assim o 8M/JF se tornaria, na reunião de avaliação da greve do dia 8, ocorrida logo no dia 13. Além da avaliação do movimento, a pauta compreendia a grande mobilização para a greve geral do dia 15 de março, da qual as mulheres tiveram grande participação, contra o desmonte da previdência pública. Resultante do balanço, um fórum permanente para organizar as edições posteriores

da Greve Internacional de Mulheres, bem como um lócus de discussão das feministas da cidade foi criado. No próprio desenvolvimento da luta que construíra, passaria a representar, dentro de suas características fundantes, as feministas classistas em acordo com a organização da GIM em Juiz de Fora, passando a se chamar: 8M/JF – Fórum de mulheres e organizações feministas de Juiz de Fora.

Para além das atividades em torno da Greve de mulheres, o Fórum passa a ter funcionamento orgânico para o debate relativo às relações de dominação de gênero, bem como passa a levar a pauta das mulheres para as lutas políticas gerais travadas na cidade. Uma busca numa ótica antissistema de incorporar as lutas dos sujeitos sociais em suas várias dimensões aos processos de luta da classe.

Incorporando a perspectiva horizontal de organização da greve, no próximo item buscaremos ouvir as vozes de mulheres que militaram na concepção e construção da GIM 2017. Vozes informadas por suas subjetividades e pela orientação política das organizações a que pertencem.

Figura 4 Calçadão da Rua Halfeld dia 8 de março 2017. Crédito da foto Antonioni Cassará

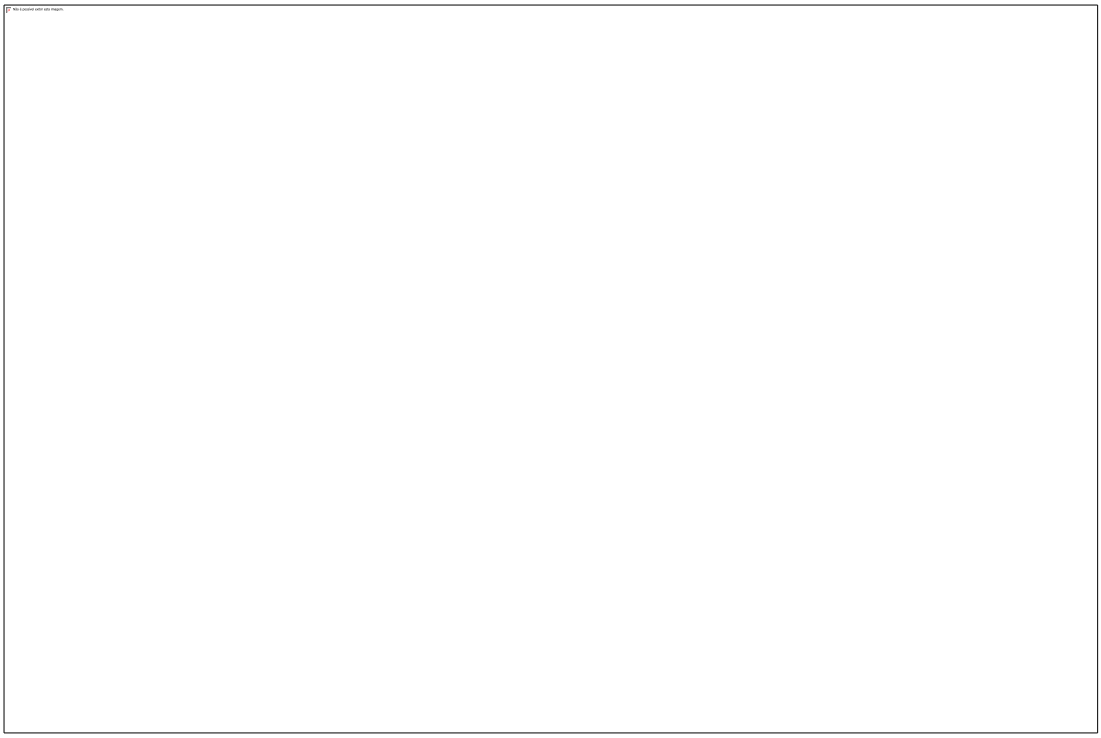


Figura 5 Praça João Pessoa 8 de março de 2017. Crédito da foto Antonioni Cassará

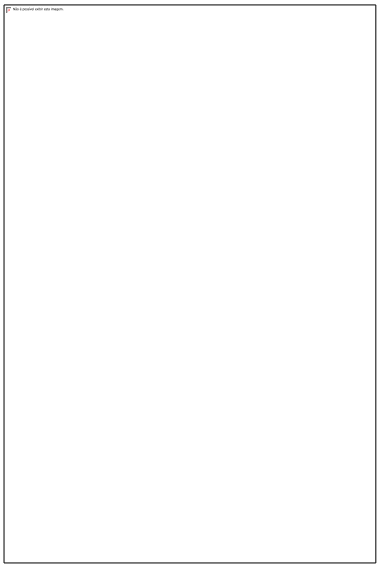


Figura 6 Manifestantes no 8 de março de 2017, crédito da foto Sinval Abranches

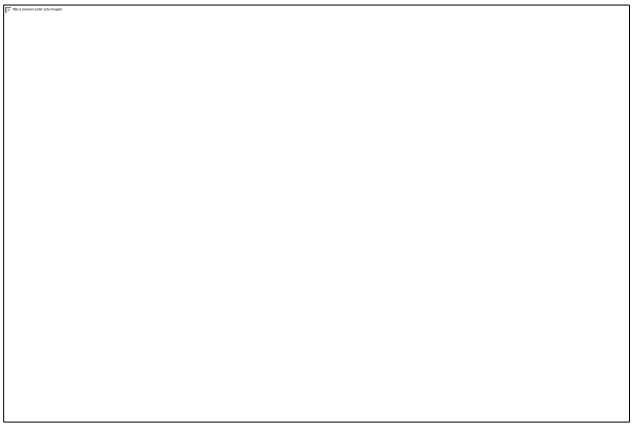


Figura 7 Manifestantes no 8 de março de 2017, crédito da foto Sinval Abranches

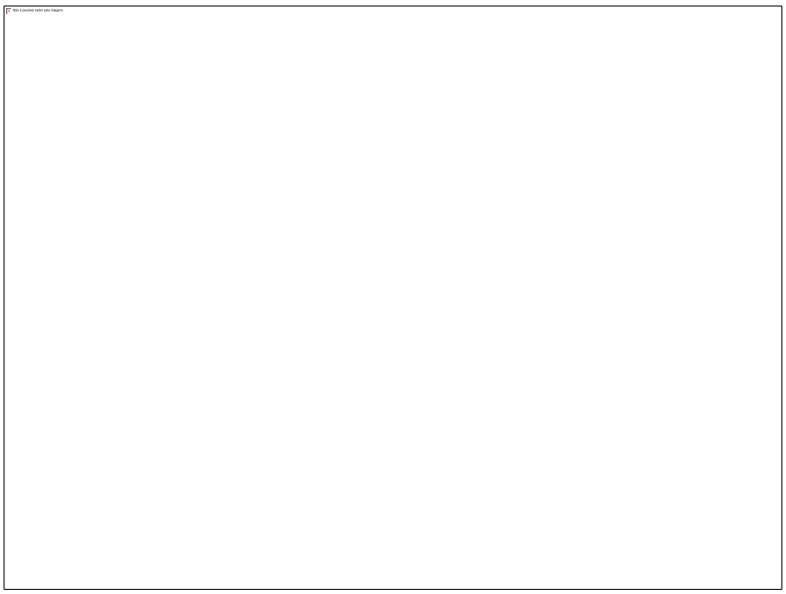


Figura 8 Atividade cultural na praça João pessoa, crédito da foto SINPRO/JF

2.3.2 Questões, dilemas e desafios da construção da GIM: as vozes das feministas militantes

A fim de fundamentar nossa exposição e nossas reflexões, bem como a contribuir no painel histórico da construção da Greve Internacional de Mulheres de 2017, apresentamos um questionário direcionado às mulheres com papel organizativo na GIM. Nele, buscamos verificar quais suas apreensões sobre a tarefa de articulação da GIM 2017 e suas impressões diante do debate da luta feminista e luta de classes na contemporaneidade. Buscamos, ainda, verificar as percepções a respeito dos elementos organizativos para a arquitetura de um evento em escala global de

solidariedade e de que forma o impacto daquela ação influiu para a práxis feminista individual e coletiva[23].

Elaboramos um roteiro de questões que foi enviado por *e-mail* e pelo aplicativo *WhatsApp* durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2020 e janeiro de 2021 a um grupo de quinze mulheres. As respostas foram obtidas também por meio por meio virtual. O grupo se compôs de duas articuladoras internacionais (uma residente na Espanha e outra nos EUA[24]), uma articuladora em âmbito nacional, uma articuladora do Estado do Rio de Janeiro e onze de Juiz de Fora. Três se autodeclararam negras, uma indígena e as demais se autodeclararam brancas. Todas têm formação universitária ou em curso; sete trabalham no funcionalismo público e oito no setor privado.

A escolha das entrevistadas obedeceu ao critério de militância ativa na construção organizativa da GIM de 2017, mulheres que estiveram presentes nas reuniões preparativas da greve e tiveram engajamento na proposta. Não obtivemos o retorno das respostas de todas as mulheres atuantes na construção em Juiz de Fora, contudo, reunimos uma amostragem significativa de depoimentos de mulheres que estiveram na linha de frente da organização da greve (quinze mulheres) Ressaltamos que o convite inicial para a construção do movimento grevista do 8 de março de 2017 foi primeiramente feito a mulheres com histórico ou identificação com a luta feminista, posteriormente, e a partir da devolutiva dessas mulheres, suas organizações e coletivos passaram a compor a pesquisa. A memória dessa ação de convocação para

[23]Na presente dissertação, optamos por não apresentar as impressões dos movimentos nacionais já consolidados na luta feminista no Brasil com relação à Greve Internacional de Mulheres embora, em sua maioria, tivessem tido participação no processo. Esta opção reside na busca por dar realce à dimensão organizativa horizontal expressa no movimento. Para tanto, entendemos que a percepção individual, ainda que permeada pelas concepções das organizações de origem das mulheres entrevistadas, poderia nos dar um panorama de menor rigidez político/programática do que foi a ação no processo. Esta seria uma tentativa de aproximação ao sentimento das mulheres em marcha, que foram “ganhas” pela proposta geral da movimentação global da GIM.

[24]Dentre os depoimentos, recebemos a contribuição de Cinzia Arruza, uma das autoras do livro “Feminismo para os 99%, um manifesto” (2019).Tendo em vista a importância desta obra para o conjunto das reflexões apresentadas nesta dissertação, teremos um espaço mais específico para suas respostas às questões postas. As questões enviadas a Arruza se diferenciam, em alguns aspectos, das enviadas às demais, pois a ela foi enviada uma primeira versão do roteiro. Devido a questões de opção metodológica e da pandemia do Corona vírus que atingiu o mundo a partir de finais de 2019, alteramos algumas questões de forma a tornar o questionário mais sintético e facilitar sua devolutiva.

a construção da greve em Juiz de Fora justifica nossa opção pela escuta das mulheres de forma individual e não especificamente de suas organizações.

Das respostas recebidas, temos a seguinte composição de organizações e/ou coletivos: Centro de Referência em Direitos Humanos de Juiz de Fora (CRDH/JF); Coletivo Cabeça de Nega (a participante a época pertencia ao coletivo Candaces), Coletivo de artes cênicas, As Ruths: (SINTUFEJUF) Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora; Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados); Partido Socialista e Liberdade (PSOL); PT (Partido dos Trabalhadores; Partido Comunista Brasileiro (PCB); Assembleia 8M de Zaragoza (Espanha); Democratas Socialistas da América (DAS) EUA; Independentes.

Apresentamos às entrevistadas seis questões semiestruturadas cuja respostas foram analisadas qualitativamente. Optamos por essa forma de análise, pois a memória, material ainda pouco utilizado nas pesquisas acadêmicas, se configura, diante da realidade social brasileira, instrumento de importância relevante. No nosso caso, a percepção das organizadoras da greve se constitui parte do mosaico que compõe a horizontalidade, marca organizativa do movimento. As respostas se apresentaram como material rico de percepções, motivações e de relato do processo histórico aqui estudado.

Consideramos importante ressaltar que toda a coleta de informações fornecidas por indivíduos para pesquisa acadêmica deve apontar a auto declaração sobre raça/etnia com vistas a produzir material que ajude a informar o debate, por vezes silenciado de dados sobre o panorama racial no país. Abaixo apresentamos as questões levantadas:

1 – Qual cor você declara ter? Sempre foi essa a cor que declarou ter? O movimento feminista influiu nisso?

2 -Idade, Inserção ocupacional e nível de instrução

3- Atualmente você está vinculada a alguma articulação coletiva? Qual? Quais? Quais bandeiras defende?

4-Como você observa a importância da construção da Greve Internacional de Mulheres de 2017 e como isso se relaciona com a luta estratégica da classe trabalhadora?

5- Quais elementos organizativos considerou/considera fundamentais para a magnitude dessa construção?

6- A Greve Internacional de Mulheres contribuiu para sua afirmação política e teórica no campo do feminismo? Seguiu na organização nos anos subsequentes?

Na sequência, exploraremos as respostas obtidas de forma a constituir um panorama das avaliações produzidas por essas mulheres no processo de participação da organização da greve. Das exposições das respostas teceremos observações que, sob nosso olhar instrumentalizado pelo método marxiano, podem contribuir na verificação do inicialmente exposto, a articulação da lutas das mulheres como componente da estrutura da luta de classes.

De maneira geral, todas as entrevistadas consideraram importante a movimentação de 2017. Assumem que o chamado a uma greve de mulheres inovou e retomou o debate das mulheres no mundo do trabalho em suas várias dimensões e, portanto, de sua participação ativa e específica na vida econômica do país. Outro ponto que pudemos perceber e que consideramos essencial relacionado ao questionamento da relação da luta feminista e luta de classes foi a percepção de que a GIM 2017 significou a retomada, para a classe trabalhadora, do simbolismo do 8 de março que, em anos anteriores, apesar da mobilização de inúmeras mulheres, recaía na armadilha liberal do empoderamento individual. As ações na data incorriam, por vezes, no deslocamento de seu conteúdo político ou no sequestro das suas pautas para uma perspectiva de exaltação da feminilidade na forma de presentes e reforço do “dom” inato das mulheres no cuidado da família e sociedade. Implicavam em um desconhecimento total do debate da reprodução social na perspectiva de trabalho não remunerado.

Nesta mesma questão, foi levantado, ainda, pelas entrevistadas, a importância do internacionalismo feminista. A GIM 2017, nesta perspectiva, retoma uma aliança global das mulheres na luta por um mundo mais justo, revendo, inclusive, formas de desenvolvimento econômico e social que não agridam o planeta, passando a um olhar “holístico” da relação ser humano e natureza.

Em resposta a nosso questionário, uma das organizadoras da Greve Internacional de Mulheres no Brasil, pertencente ao Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) nos informou da importância da ação do ponto de vista da solidariedade global. Um entendimento de que as formas e possibilidades de concretizar a luta têm dimensões variadas a depender das estruturas culturais impostas pelo patriarcado afirmado nas formas de exploração e expropriação necessária dos trabalhos realizados pelas mulheres de acordo com a construção histórica de cada país. Nos revela ainda, aspectos da formação de uma "identidade feminista" intrinsicamente relacionada à classe a que pertence, avançando, contudo, no reconhecimento das múltiplas opressões que se evidenciam nos processos históricos racializados, espólio ainda atual do colonialismo e neocolonialismo.

> Avalio que foi importante para impulsionar a luta feminista em escala mundial. O fato de realizar uma ação mundial, contribuiu para dar visibilidade a pauta feminista, chegando em países que tem uma cultura mais conservadora. Também considero que a greve internacional possibilitou a criação de uma identidade feminista, que passou pelo debate de classe, uma vez que o denominado paro das mulheres, como denominado nos países Latino Americanos, incidiu sobre o mundo do trabalho. Nesse sentido, a greve internacional pauta a obrigatoriedade da relação entre classe-gênero-raça, pois também colocou ênfase na desigualdade entre as mulheres, nas quais as negras e periféricas são ainda mais oprimidas em diferentes dimensões. (Representante do Andes – SN) -

Para a militante do movimento de mulheres negras, atuante nos coletivos Cabeça de Nêga e As Ruths (a época pertencente ao coletivo as Candaces) a GIM 2017 representou, ainda, a expansão do debate entre as mulheres trabalhadoras que não estavam organizadas formalmente, além de reforçar a potencialidade de mobilização desse segmento da classe,

> A importância esteve na mobilização e expansão da discussão sobre as mulheres no trabalho. Pra mim, foi a possibilidade de ver esse debate chegar em mulheres trabalhadoras do meu cotidiano que não possuíam ligação com movimentos sociais. A relação estratégica está na quebra de um consciente político que impede mulheres trabalhadoras de se enxergarem como um grupo (heterogêneo) com potencial de organização. (militante à época do coletivos As Candaces)

O relato acima aponta uma potencialidade que necessita ser explorada pelos movimentos de mulheres. Ao mesmo tempo que informa que existem meios para que o debate de possibilidades coletivas de luta e superação das desigualdades cheguem a um número maior de mulheres, também demonstra o quanto ainda estamos

distantes de confluir as lutas por sobrevivência com as lutas por superação das explorações/opressões.

Um depoimento importante e que aponta a relevância tática da movimentação da GIM 2017, evidencia a construção de possibilidades de unidade entre as organizações do movimento feminista. Vejamos os apontamentos da militante do movimento de mulheres negras no coletivo de artes cênicas As Ruths,

> No ano de 2017 acompanhei essa movimentação mais de perto, no entanto, acho que a mesma é um processo essencial, pois possibilitou e possibilita que diferentes coletivos que defendem a mesma bandeira se unam e, assim, torna nossa luta por melhores condições de trabalho, do respeito aos nossos corpos, de nosso direito a vida, entre tantas outras batalhas femininas e feministas mais forte e mais coesas.

No capítulo anterior, apontamos as vertentes macro teóricas, a nosso critério, mais importantes do movimento feminista. Contudo, sabemos que dessas vertentes vários movimentos se formaram e atuam. Representam as opções políticas e a diversidade do sujeito social mulher e suas subjetividades. Caminhar nessa diversidade e amalgamar alianças políticas dentro de limites de horizontes comuns de libertação é chave para a construção de ações de massa e com relevância na luta anticapitalista. É uma tarefa de urgência para os movimentos sociais e suas organizações de vanguarda. A GIM 2017, em sua ação tática, apresentou alternativas a essa construção sem transigir dos princípios norteadores da luta a que se propôs. Essa é uma experiência de valor inestimável para as lutas que se apresentam na atualidade.

Dentre as militantes com filiação partidária, destacamos aqui a resposta da membra da Direção estadual do PSOL/RJ; Resistência/PSOL; Rede de Assistentes Sociais pelo Direito de Decidir; Resistência Feminista e uma das organizadoras da GIM no Estado do Rio de Janeiro e que se autodeclara indígena. Ela aponta o *internacionalismo* como um dos grandes ganhos da GIM.

> Acho importantíssima a retomada da luta das mulheres com caráter internacionalista. Lutar, lutamos desde sempre! Mas o 8 de março foi tomado pelo liberalismo como dia de comemoração e perdeu por muito tempo seu significado histórico, de dia de luta. O resgate dele como dia de greve traz várias contextualizações importantes, ainda mais no ano de 2017. Neste ano comemoramos 100 anos da Revolução Russa, que se inicia numa manifestação das mulheres. O fato de no Dia Internacional da Mulher, chamarmos uma greve! Ora, faz greve quem trabalha! Nos coloca novamente na cena de pessoas trabalhadoras, mesmo que boa parte de nós desempregada, mas somos parte da classe trabalhadora, somos

> trabalhadoras em serviços essenciais e muitas de nós chefiam lares sozinhas. Além disso, traz a importância do debate da reprodução social e do trabalho reprodutivo. Não há produção desvinculada da reprodução social e isso não se dá sem trabalho reprodutivo.

O internacionalismo é uma questão cara à classe trabalhadora. É uma forma de reconhecimento da batalha sistêmica a ser enfrentada, amplia as noções de solidariedade enquanto laços fundamentais que a identifica em qualquer lugar do globo, além de unificar sua luta. É em função disso que os organismos internacionais da classe trabalhadora marcam datas unificadas para irradiar esse sentimento de pertencimento de classe, como o Primeiro de Maio, dia dos trabalhadores e o próprio 8 de março[25]

Um dos elementos que não podemos deixar de ressaltar e investigar dentro do processo de ação global que foi/é a Greve Internacional de Mulheres é sua dimensão organizativa. Tanto do processo de construção da ação em si, quanto de seus objetivos estratégicos na disputa civilizatória a que se propõem. Chama a atenção o poder de articulação que ligou continentes diante de uma pauta comum. Falamos de praticar o internacionalismo na sua forma mais concreta, através de uma ação direta, contundente e teoricamente bem fundamentada. Como demonstração do exposto, contamos com a participação de uma das articuladoras internacionais da GIM 2017 na Espanha. Quando perguntada sobre como observa a importância da Greve Internacional de Mulheres em sua relação estratégica com a luta de classes, nos respondeu o seguinte:

> É difícil responder a essa pergunta em um curto espaço de tempo. Neste artigo[26] escrito originalmente para a revista Viewpoint, discuto isso com mais detalhes. Em geral, acredito que a Greve Feminista marca o fim do feminismo como movimento setorial e sua transição para ser um movimento

[25] A decisão de transformar essa celebração em uma festividade internacional deveu-se a Clara Zetkin, líder do movimento internacional de mulheres socialistas até início da Primeira Guerra Mundial. A proposta de sua criação que não propunha nenhuma data concreta, foi apresentada na 2ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em 1910 em Copenhague.Com ela Zetkin, buscava alcançar dois objetivos. Por um lado, diante das iniciativas internacionalistas do movimento feminista burguês (lembremo-nos da formação do Conselho Internacional pelo Sufrágio de Mulheres, de 1888, ou da Aliança Internacional pelo Sufrágio para a Mulher, de 1904), conseguia reforçar os laços de solidariedade e identidade entre as mulheres socialistas de todos os países. De outro, fazia a reinvindicação do direito de voto da mulher uma demanda internacional, conseguindo demonstrar que as mulheres socialistas, apesar dos obstáculos com que se defrontavam, eram capazes de somar sua vos àquelas que exigiam a democratização dos sistemas políticos europeus. (GONZALÉS, 2010, p. 154,155).

[26] Mude tudo. Fundações e desafios da Greve Feminista in: https://vientosur.info/cambiarlo-todo-bases-y-desafios-de-la-huelga-feminista/

> capaz de propor um horizonte global de transformação e superação do capitalismo. A Greve Feminista tem sido o maior processo de subjetivação de classe (de construção do sujeito político) em escala internacional nos últimos anos, o que também nos ajuda a pensar em novas formas de um internacionalismo construído a partir de lutas reais[27].

No trecho acima, observamos, ainda, o debate do feminismo enquanto projeto político transformador da sociedade dentro de uma visão internacionalista. Chama a atenção quando a militante feminista fala em "subjetivação da classe", que nos parece uma contribuição fundamental, já percebida em estudos feministas municiados por uma visão materialista, porém, levantada com força e em escala internacional pela GIM enquanto uma contribuição ao debate teórico do movimento de superação do capitalismo. Transbordar a discussão, por vezes, estanque da classe como um ente abstrato (abstrato aqui não do ponto de vista da análise intelectual necessária, mas o abstrato que não consegue fugir ao status tão somente analítico), trazendo-a para o patamar das coisas tangíveis, fruto de determinações várias que influenciam sobre maneira a forma como vivencia as explorações/opressões impostas pelo capitalismo. Isto posto, cabe pensar, de outro lado, o que a desmobiliza e a fraciona nesta perspectiva de falta de "subjetivação". O que impede verificar os processos racializados e genereficados que a classe sofre de forma a qualificar melhor suas plataformas de luta e, por consequência, mobilizar maiores contingentes de pessoas para o horizonte revolucionário? Nisto, chamamos a atenção para interpretações que se valem de instrumentalizar e artificializar discursos com base nas opressões vivenciadas pelos sujeitos sociais. Não bastaria, portanto, neste olhar cuidadoso, "convocar" as mulheres e a população negra para a luta, repetindo o discurso de maneira puramente semântica, caprichando nos pronomes e seguir como se, por si só, as contradições estivessem resolvidas. Trata-se de ir a fundo nas narrativas de investigação de nossos processos históricos, buscar a escuta ativa dos silêncios e, sobretudo, a partir de um processo investigativo sólido qualificar a prática militante diária de construção coletiva do porvir no agora.

Grande parte do sucesso da adesão ao movimento da greve de mulheres se deveu às várias possibilidades apresentadas para a participação. Isso, nos parece, advir do amadurecimento da percepção de que o sujeito mulher está de tal modo submetido às formas de exercício da opressão e exploração, que sua "desalienação",

[27] Tradução minha.

enquanto sujeito político, fator fundamental para seu impulsionamento a participação de formas mais robustas de enfrentamento, como uma paralização total de atividades, por exemplo, requer pequenos passos. Passos que se traduzem em ganho de consciência e de pertença ativa a um grande processo coletivo de luta. Obtivemos a seguinte informação ao nosso questionário quanto às formas de participação na GIM 2017.

> A popularização das informações e as diversas formas que foram divulgadas como possíveis para participação na Marcha. Por exemplo, eu não estive em greve, mas uma informação divulgada foi a de que quem estivesse trabalhando poderia dedicar alguns minutos para refletir com outras trabalhadoras sobre a mobilização. Fiz isso com uma trabalhadora da área de limpeza do meu trabalho, conversamos sobre ser mulher negra no ambiente de trabalho. Foi assim que me senti parte e contribui para a Marcha. (militante do coletivo cabeça de nega)

Vários foram/são os entendimentos sobre a condução e o caráter da Greve Internacional de Mulheres. Para a militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), a greve teve uma característica “policlassista”. Contudo, considera a GIM um movimento importante,

> Vejo a Greve Internacional de Mulheres em 2017 de forma positiva por ser impulsionadora de movimentos de mulheres pelo mundo todo e por dar visibilidade mundial às causas feministas, porém tenho discordância com seu caráter poli classista. Defendo a construção de um movimento mundial de mulheres trabalhadoras que pode fazer ações pontuais com movimentos de mulheres caráter burguês, porém com independência de classe

Discordamos dessa afirmação e buscamos, em nosso esforço de compreensão do que foi a Greve Internacional de Mulheres contido nesta dissertação, apontar o caráter de classe do movimento. A condução política da Greve está expressa em seu manifesto internacional que norteou o chamado à greve. Nele, de forma explícita, consta a demarcação com o feminismo liberal e o chamamento a uma luta de caráter indiscutivelmente anticapitalista. Vivenciamos, de forma ainda mais viva, o que apresentamos acima, na condução da Greve Internacional de mulheres em Juiz de Fora, como expusemos no item anterior.

Outro fator que consideramos ter contribuído para a relevância política da Greve de 2017 foi a capacidade de aglutinação de movimentos em torno do debate feminista. Uma entrevistada, que é pedagoga na rede estadual de ensino, atua no Centro de Referência em Direitos Humanos em Juiz de Fora e é membra de vários

conselhos municipais ligados a temática de direitos humanos na cidade nos relata que,

> A capacidade de aglutinar organizações e movimentos que apesar de não realizarem diretamente a luta feminista, defendem bandeiras em que a participação das mulheres esta intrinsecamente presente. Promovendo de forma democrática este diálogo entre os diversos grupos, o que contribuiu para o fortalecimento e assertividade das ações que culminaram com a Greve Internacional de Mulheres.

A fala acima vai ao encontro do que consideramos um dos aspectos mais positivos do movimento. Sua capacidade de abrangência, que foi demonstrada tanto pela via organizativa quanto pela via da construção política da unidade. O diálogo com as forças sociais/políticas sem desconhecer as diferenças programáticas mais substantivas no campo da esquerda ou de projetos políticos mais imediatos. O sucesso daquela atividade carecia do exercício de uma faceta muito falada e pouco realizado pelos movimentos de esquerda, a da construção da unidade na luta. Falamos, aqui, deste exercício em escala global, portanto, uma experiência de grande envergadura e que merece uma investigação atenta.

Como todo processo coletivo, a disputa das forças políticas por aumentar seu campo ou influência esteve e está presente. Consideramos tal disputa normal, dentro dos limites que não produzam impasses que gerem imobilidades. Paciência para construções de objetivos com bases revolucionárias e boa desenvoltura política foram e são pré-requisitos pra qualquer movimento de massas. Não era o objetivo da Greve de mulheres construir um bloco monolítico de alianças, mas caminhar dentro da diversidade. Mesmo com a saída de algumas organizações do Fórum que se articulou no pós greve em Juiz de Fora, a busca de unidade e efetivação da mesma, sob a presença de embates políticos, permaneceu. Pensando na grande visibilidade política alcançada, a disputa por hegemonia política é um dado de realidade, que nos parece, deve ser tratado a luz de uma consistente base teórica e de ação.

Para a militante, atualmente do PSOL, à época independente, a construção horizontal da greve foi fator de relevância para uma ação de resultantes políticas importantes do ponto de vista da organizacional. Segundo ela, as seguintes características se sobressaíram,

> O debate coletivo, horizontal, a diminuição das burocracias no interior dos movimentos, a possibilidade de todas as mulheres que compõe os coletivos poderem participar, discutir, opinar, intervir e construir em conjunto.

A construção horizontal foi uma das grandes responsáveis, na nossa opinião, pelo êxito da GIM 2017. Propiciou a renovação da militância de algumas mulheres e o interesse em iniciar a militância em outras, isso devido a uma certa “leveza” na forma das tomadas de decisões e um respeito profundo ao coletivo. Nosso relato pode parecer extremamente otimista e esperançoso, porém a realidade da construção é extremamente trabalhosa. Lidar com vícios organizativos propulsores de burocracias inúteis, ou úteis para o encastelamento de forças políticas nas organizações do movimento social, de forma saudável e construtiva, é um trabalho de grande monta e que requer grande comprometimento com o horizonte maior da transformação da sociedade. Portanto, nos parece que essa experiência deve ser relatada e analisada com vistas a contribuir com o movimento feminista e, também, com os movimentos que pretendem organizar a classe trabalhadora em suas várias dimensões.

Em contribuição com nossa dissertação, uma militante do Partido dos Trabalhadores (PT) e do coletivo Maria Maria (Núcleo da Marcha Mundial de Mulheres em Juiz de Fora), pondera existir a necessidade de formação para que as mulheres compreendam melhor o movimento. Apesar de considerá-lo importante, não seguiu na organização da greve nos anos posteriores, da mesma forma o coletivo a que pertence.

> A greve foi importante para a sociedade enxergar o papel da mulher na economia e na produção. Acho importante esse movimento, mas que ainda precisa de estratégias que integre e dê formação para que as mulheres entendam seu papel na sociedade e assim podermos construir um grande movimento.

Para a membra da Confederação Nacional Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o saldo organizativo esteve em disseminar o debate que faz a junção do sistema de exploração vigente e a luta feminista.

> Trazer para a realidade local, pautas coletivas e internacional, amplia os olhares e fortalece as relações entre as diferentes categorias profissionais. Da a dimensão do que o capitalismo faz as trabalhadoras e trabalhadores.

Nossa entrevistada de Zaragoza, que seguiu na organização das outras edições da Greve Internacional de Mulheres na Espanha, onde destacamos a de 2019, que em conjunto com centrais sindicais conseguiram expressiva paralisação efetiva de trabalho formal e informal de mulheres, aponta que o ano de 2017 foi o de demonstração do poder político contido naquela movimentação, vejamos:

> Acho que nessa experiência o poder político foi mais importante do que a questão organizacional. Mas se for para falar de aspectos organizacionais, diria que o importante foi a flexibilidade das formas, a articulação entre os diferentes níveis de organização (bairro, local, regional, estadual ...) e a celebração de encontros feministas que projetavam publicamente a força do movimento. (Asamblea 8M de Zaragoza)

A militante do PSOL - corrente Resistência - acentua o caráter classista do movimento da greve, o diferenciando das chamadas lutas identitárias. Ao mesmo tempo, compreende a relevância da apreensão dialética do debate das opressões vivenciadas por sujeitos sociais no sistema capitalista,

> [...] A perspectiva da Greve Internacional de Mulheres, dentre suas contribuições, tem o potencial de retomar o caráter dialético, classista e anticapitalista da luta feminista, compreendendo que a atual sociedade desigual é produzida e reproduzida socialmente a partir de diferentes mecanismos de controle e poder, sendo, portanto, fundamental combatê-la em todas as suas estruturas. Nesse sentido, é uma estratégia organizativa que, diante de tempos tão sombrios, pode contribuir para alavancar e unificar a luta de toda a classe trabalhadora, entendendo o importante protagonismo que os setores mais explorados e pauperizados (mulheres, jovens, negros e negras etc.) vem assumindo nos principais processos de luta social nos últimos anos. (Militante da corrente Resistência do PSOL)

Ainda neste aspecto, consideramos ter havido um impulsionamento no debate teórico do movimento feminista contemporâneo trazido pela GIM, desde seu processo de maturação até a sua execução propriamente dita. Uma contribuição que ultrapassa as produções no campo do o movimento feminista e adensa o debate da teoria crítica de transformação social. A avaliação que trazemos abaixo coaduna com nossa hipótese de reforço teórico do pensamento feminista a um projeto político que visa transformações civilizatórias e que busca ampliar a compressão das múltiplas formas de expressão da exploração evidenciadas nas opressões vivenciadas pelos sujeitos sociais.

> Eu creio que contribui sim. Fez o movimento de mulheres refletir sobre as diversas vertentes do feminismo, o papel do feminismo liberal do “faça acontecer” e a necessidade de romper com essa lógica, especialmente no que toca olhar a parte da classe trabalhadora mais aviltada em termos de

> direitos sociais e condições de trabalho/assalariamento: as mulheres negras. A necessidade de olhar para o movimento que fazem as mulheres negras ao exigir representação das suas demandas e, por outro lado, a necessidade de construção de um feminismo que não coloque as opressões em caixinhas, mas que pense que fazem parte de uma totalidade. Para as feministas marxistas, repensar as últimas décadas com a firmeza dos princípios e a sensibilidade para perceber as lacunas na produção teórica (o que não significa negar nosso legado, ou abrir mão da melhor forma de pensar o capitalismo para poder derrota-lo: através da teoria social crítica, da crítica da economia política feita por Marx e Engels) e/ou falta de melhor construção de diálogos com os movimentos contra a opressão. Mas vejo que desde a construção dos processos de lutas liderados por mulheres, do processo de construção da greve internacional, temos avançado no campo da produção teórica e da mobilização das mulheres como aquelas que são parte constitutiva da classe trabalhadora. Algo que não é fácil, tendo em vista as estratégias do capital, a força que tem o feminismo liberal apenas com a questão da representatividade, isolando o debate de classe, mas acho que ao menos, voltamos a disputar as mulheres para um feminismo que abarque a luta contra todas as opressões, contra a exploração capitalista e que se enxergue e exija ser enxergada como classe trabalhadora, (PSOL/RJ)

Ainda segundo a companheira que levou os trabalhos da GIM 2017 no estado do Rio de janeiro, a junção entre o movimento sindical e o movimento de mulheres foi de extrema importância no processo. Uma contribuição que vai além da execução da greve no dia 8, mas que alia o entendimento das especificidades das mulheres, devido a sua condição social, no dia-dia do trabalho, bem como no dia-dia da militância. Vejamos,

> Se nos enxergamos como classe trabalhadora, nos apropriamos da palavra greve, isso traz algo para a luta do conjunto da classe. Desde olhar nossa heterogeneidade, para pensar que não há luta sindical e luta das mulheres, elas precisam andar juntas, ser parte da luta da classe trabalhadora. E trazer para o debate feminista a compreensão da exploração capitalista e de que não há luta por emancipação das mulheres feita sem rompermos com a exploração! Uma construção de caráter internacional; um manifesto que unificou a muitas de nós, as assembleias de mulheres por países/regiões; a produção teórica trazendo múltiplas realidades associada à ação - uma construção cotidiana da greve; os debates feitos no movimento de mulheres e levados aos sindicatos, às entidades de classe. A construção de alternativas para as mulheres fora do mercado de trabalho também foi importante. (PSOL/RJ)

Os sindicatos têm, ainda, dificuldade em fazer o debate de uma greve exclusiva de mulheres, em parte pelo velho debate da auto-organização de mulheres, em parte pela incompreensão, em grande maioria de diretores homens e por consequência no debate levado às suas bases, em entender que as relações de gênero são desiguais, mesmo em esferas “progressistas”. Em tese, se vivenciado plenamente, “um dia sem mulheres” serviria para que um diretor sindical homem, exercesse suas atividades

laborais e de militância refletindo em com quem deixar os filhos pequenos, o familiar doente ou idoso, por exemplo. Será que lembraria da necessidade de brinquedotecas em eventos de militância e fora dela? Em resposta ao nosso questionário, a militante do Andes-SN aponta que a GIM trouxe vigor ao debate sobre situações vivenciadas por mulheres no ambiente de militância e que são, via de regra, relegadas a segundo plano,

> Para o movimento sindical, meu local de militância, o grande desafio é desnaturalizar a aparente igualdade de gênero no campo da militância de esquerda e no movimento docente. A igualdade tem que ser garantida com condições igualitárias. Esse é um debate subliminar, pois alguns e algumas, ainda veem como "gasto" o auxílio concedido a mulheres com filhos pequenos e acham demasiado a criação de espaço infantil nos eventos. No fundo, lá no fundo, existe uma diferença geracional e para os antigos no movimento docente, desde quando não havia esse debate, ainda se sentem um pouco "incomodados" com a expressão do debate e com as conquistas no interior do movimento, pois julgam desnecessário. Não nasci feminista e nem me tornei feminista por causa dos movimentos específicos. Me tornei feminista pelas contradições vividas no movimento docente, acho isso bem interessante.

Outra militante, também sindicalista, pertencente à categoria dos Técnicos administrativos em Educação da UFJF, que aprovou, em assembleia, a greve exclusiva de mulheres em 2017 e repetiu a adesão nos anos subsequentes, informa a contribuição da GIM para sua afirmação política e teórica no campo do feminismo, se não vejamos,

> Sim, eu enquanto mulher negra, feminista, sindicalista e militante dos movimentos sociais, esta greve reafirma tudo que eu acredito e defendo politicamente. Segui e continuarei na organização e construção deste importante movimento de luta para a emancipação e respeito à todas as mulheres. Só a Luta Feminista! Muda a Vida das Mulheres e Consequentemente de toda Sociedade! (militante do SINTUFEJUF)

Muitas mulheres independentes seguiram ou reativaram sua militância política em função da Greve Internacional de Mulheres, passando a militar dentro do Fórum 8M/JF. Abaixo, destacamos algumas falas que informam a importância que a GIM-2017 trouxe para a efetivação da organização militante dentro do movimento feminista para as entrevistadas. A questão inquiria se a Greve contribuiu para a afirmação política e teórica no campo do feminismo. Com esse questionamento, objetivávamos verificar os mecanismos de militância feminista como instrumentos que não dissociam ação, estudo e formulação. Os depoimentos falam por si no apontamento da filiação

teórica, na concordância com os princípios norteadores, na discordância da tática, nas ausências posteriores e nos compromissos assumidos.

> Ressalto que reconheço amplamente a importância dessa atuação. Me inseri, em 2017, representando o partido que construía à época. Hoje, mesmo não o compondo mais enquanto quadro partidário, mantenho-me construindo o Fórum, de forma independente. (militante do PCB à época)
>
> Sim, sim continuo defendendo. É muito importante, acho que devemos continuar lutando para que conseguimos fazer uma greve no mundo inteiro, relacionando com a classe trabalhadora eu acho que é uma forma de conseguirmos mais direitos e igualdade entre as minorias. (Independente)
>
> Venho construindo a bandeira da Greve Internacional de Mulheres desde a retomada dessa perspectiva em 2017, apesar das dificuldades e desafios particulares para sua consolidação no contexto onde me insiro (Juiz de Fora). Considero que a Greve, além de reafirmar e fortalecer a perspectiva do feminismo marxista na qual me vinculo, contribuiu para uma maior organização e construção unitária da luta feminista na cidade, com a conformação do Fórum 8M, que vem assumindo um protagonismo importante na mobilização de pautas relativas aos direitos de toda a classe trabalhadora, desenvolvendo desde atividades de formação até atos de rua. (militante do PSOL/JF)
>
> Como já vinha de uma caminhada no campo da discussão do feminismo não acrescentou, mas nas reuniões que participei em 2017 percebi que havia uma juventude chegando que, certamente, foram influenciadas por esse movimento. Nos anos seguintes tive notícias esporádicas, mas não acompanhei o movimento de perto, como havia mencionado. Não foi por falta de interesse, ou de convite, mas por questões profissionais e acadêmicas que consumiram muito meu tempo. (militante do Coletivo As Ruths)
>
> Claro que sim. A Greve Feminista foi uma reafirmação coletiva e um imenso aprendizado pessoal, que consolidou como verdadeiras muitas das intuições que muitas de nós tínhamos há anos. Hoje ainda estou envolvida no movimento feminista. (membra da Assembleia 8M de Zaragoza)
>
> Sim. Fortaleceu o conhecimento não apenas das pautas feministas, mas das diferentes formas de enfrentamento ao patriarcado e conservadorismo que subjugam as mulheres ao redor do mundo em suas diferentes formas de exploração e submissão. (membra do Centro de Referência em Direitos Humanos/JF)
>
> Sim, contribuiu. Segui no MML (Movimento Mulheres em Luta) e me incorporei ao 8M/JF que surgiu dessa mobilização (militante do PSTU)
>
> Ainda tenho críticas ao movimento, apesar de acha-lo importante. Não participei nos anos subsequentes. (militante do PT)
>
> Eu creio que contribui sim. Fez o movimento de mulheres refletir sobre as diversas vertentes do feminismo, o papel do feminismo liberal do “faça acontecer” e a necessidade de romper com essa lógica, especialmente no que toca olhar a parte da classe trabalhadora mais aviltada em termos de direitos sociais e condições de trabalho/assalariamento: as mulheres negras. A necessidade de olhar para o movimento que fazem as mulheres negras ao exigir representação das suas demandas e, por outro lado, a

necessidade de construção de um feminismo que não coloque as opressões em caixinhas, mas que pense que fazem parte de uma totalidade. Para as feministas marxistas, repensar as últimas décadas com a firmeza dos princípios e a sensibilidade para perceber as lacunas na produção teórica (o que não significa negar nosso legado, ou abrir mão da melhor forma de pensar o capitalismo para poder derrota-lo: através da teoria social crítica, da crítica da economia política feita por Marx e Engels) e/ou falta de melhor construção de diálogos com os movimentos contra a opressão. Mas vejo que desde a construção dos processos de lutas liderados por mulheres, do processo de construção da greve internacional, temos avançado no campo da produção teórica e da mobilização das mulheres como aquelas que são parte constitutiva da classe trabalhadora. Algo que não é fácil, tendo em vista as estratégias do capital, a força que tem o feminismo liberal apenas com a questão da representatividade, isolando o debate de classe, mas acho que ao menos, voltamos a disputar as mulheres para um feminismo que abarque a luta contra todas as opressões, contra a exploração capitalista e que se enxergue e exija ser enxergada como classe trabalhadora.(militante do PSOL/RJ)

Participei das outras marchas que aconteceram na cidade. (à época militante do Coletivo Candaces, atualmente no coletivo Cabeça de Nêga)

Sim. Contribuiu muito. Sigo na organização e buscando incorporar outras mulheres. (militante do PCdoB)

Certamente. Sou originária de uma organização que considero absolutamente machista. Rompi com ela há mais de uma década, mas ainda mantive vários ranços dessa organização, e foi só na construção da Greve Internacional de Mulheres que comecei a ler e entender a importância do debate feminista englobando raça e classe. Um dos maiores preconceitos que tinha era uma luta feminista descolada das questões de raça e classe, que não apontavam no caminho da superação das desigualdades em relação às mulheres negras e indígenas, nem tampouco as mulheres pobres. Era uma discussão superficial, e que foi a partir das mobilizações de 2017 que tomei contato com a bibliografia, tratei de compreender em qual patamar a luta se encontrava e ajudei a construir. Além disso, os debates no interior da articulação do 8M e da Greve Internacional de Mulheres se constituem como espaço de formação, seja por atividades de formação que são realizadas, seja pelo debate coletivo com mulheres atentas à tais questões e que se ocupam de tal discussão. Em 2018 e 2019, ainda que com debilidades, participei de algumas reuniões do 8M/JF e das atividades desenvolvidas, mesmo que fossem além da greve de mulheres, mas envolvendo as lutas contra as opressões, vidas negras importam, luta contra o machismo, construção de apoios para a greve de caminhoneiros, #EleNão, dentre outras tantas atividades realizadas e impulsionadas pelo 8M. Em 2020, com a mudança de emprego, pude voltar a atuar mais ativamente nas atividades desempenhadas pelo 8M e ajudar a impulsionar a construção de tais atividades. (Independente à época, atualmente militante do PSOL/JF)

Para mim a greve foi muito importante, mas a minha história de militância promoveu meu encontro com o feminismo e com o instrumento da greve, antes desse evento. Pessoalmente serviu para animar, alimentar a “alma” e perceber que já avançamos, mas ainda temos muito que avançar. Não milito em um movimento feminista, mas tento fazer do feminismo classista, uma prática e uma pauta na minha militância e na minha vida. (Militante ANDES-SN)

A contribuição de Cinzia Arruzza ao nosso estudo foi recebida com grande satisfação. Sua participação na articulação da organização internacional da greve e as reflexões por ela produzidas em artigos e manifestos de convocação da greve, junto a outras mulheres referências no movimento feminista, foram de grande importância para a definição do objeto desta dissertação: A Greve Internacional de Mulheres de 2017. Sua devolutiva, como exposto, correspondeu à primeira versão elaborada do questionário. Dada a importância e a relevância da autora feminista na construção política do nosso objeto de investigação, optamos em transcrever na íntegra as suas respostas, as quais contribuem com um fechamento esclarecedor e reflexivo para este momento de "fala" das mulheres que atuaram na construção da GIM 2017. Chamamos a atenção para a grande sintonia do significado da GIM e suas resultantes de práxis feminista, bem como do apontamento do movimento feminista comprometido com uma luta global anticapitalista.

Eu, Cinzia Arruzza, nascida em Messina (Itália) em 15/12/1976, autorizo a utilização dos dados da entrevista concedida em 02/12/2021, a LUCIMARA DOS REIS PINHEIRO, para utilização em sua pesquisa de mestrado e demais publicações relacionadas à sem nenhum encargo financeiro.

1 - Que cor você afirma ter? Essa sempre foi a cor que você disse ter? O movimento feminista influenciou isso?

- Branco, não.

2-Idade, inserção ocupacional e grau de instrução

Professor Universitário, PhD

3 - Você se lembra de quando a discussão do feminismo entrou na sua vida? Como foi? Que referências / pessoas / espaços marcam este processo em seu país e internacionalmente?

Isso aconteceu pela primeira vez quando eu era ativista na Sicília, aos 14 anos, e começamos a ter discussões sobre o direito ao aborto. O segundo encontro, decisivo, foi quando eu tinha 19 anos, num acampamento internacionalista em Portugal. Meu encontro com o feminismo foi em espaços políticos mistos dentro da esquerda socialista.

4 - Você já esteve vinculado a grupos/partidos/organizações? Qual e quando? Como a discussão feminista impactou essa trajetória?

Sou membro da Rifondazione comunista na Itália há 13 anos e atualmente sou membro dos Socialistas Democráticos da América. Ambas as organizações tinham espaços organizacionais feministas para ativistas. Na Itália, fomos especialmente ativos em torno dos direitos reprodutivos. No DAS, tenho atuado na construção de um grupo de trabalho nacional feminista socialista, onde o foco não é apenas a justiça reprodutiva, mas também a reprodução social e o trabalho das mulheres.

5 - Você já participou de organizações/grupos/coletivos exclusivos de mulheres? O que? Quando? Com quem? Quais pautas eles defenderam?

Não.

6- O que te motivou a construir um movimento internacionalista como a Greve Internacional das Mulheres? Como você se encaixou nesta construção?

Fui inspirada pelo movimento feminista italiano *Non una di meno* e pelos movimentos feministas argentinos e poloneses e achei que deveríamos tentar lançar a ideia de uma greve feminina também nos Estados Unidos. Por esse motivo, promovi a publicação de uma convocação pública à greve assinada por Angela Davis, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser e outros. Fui um dos principais organizadores da greve nos Estados Unidos em 2017 e 2018.

7- A Greve Internacional das Mulheres contribuiu para sua afirmação política e teórica no campo do feminismo? Você acompanhou a organização nos anos subsequentes?

Sim. O IWS (International Women's Strike) me deu a oportunidade de divulgar meu trabalho sobre opressão de gênero e capitalismo entre um público muito maior, mas - o mais importante - inspirou e informou a maior parte do meu trabalho teórico sobre feminismo nos últimos anos. Acompanhei a organização da greve nos Estados Unidos por dois anos, em 2017 e 2018, e ajudei a construir a greve internacionalmente em 2019.

8 - Como sua organização entende a Greve Internacional de Mulheres?

Apresentamos a greve como uma alternativa ao feminismo liberal, na medida em que a greve visava capacitar e organizar as mulheres da classe trabalhadora com base em uma plataforma antirracista e anticapitalista. Em nossa organização, também envolvemos e centralizamos mulheres trans e pessoas não binárias.

9- Atualmente você está vinculado a alguma articulação coletiva? O que? O que? Que bandeiras você defende?

Sou membro da DAS (Socialistas Democráticos da América) e marxista.

10- Como você avalia o movimento feminista em seu país e em outros?

Não há movimento feminista atualmente nos Estados Unidos, embora as mulheres negras tenham sido a chave para a mobilização da *Black Lives Matter*. Com a nova Suprema Corte fortemente do lado conservador, tememos que em breve haja um desafio aos direitos ao aborto e estamos preparando o terreno para uma greve em massa para impedir a tentativa de atacar as liberdades reprodutivas. Escrevi extensivamente sobre minha avaliação do movimento feminista em outros lugares e meus pensamentos sobre isso podem ser encontrados em vários artigos online.

11 - Quais são as potencialidades da Greve Internacional das Mulheres na luta global anticapitalista?

O movimento feminista tem demonstrado capacidade de mobilização e resistência em massa em um momento de luta de classes populares em todo o mundo. A pandemia obviamente desafiou o movimento e limitou severamente suas potencialidades. No entanto, nos últimos meses, o movimento pela legalização do aborto finalmente venceu na Argentina, e centenas de milhares de mulheres tomaram as ruas na Polônia, apesar de Covid ter impedido mais uma tentativa de proibir o aborto por completo. O movimento IWS tem estado na vanguarda da luta anticapitalista e da resistência contra a ascensão da direita autoritária em todo o mundo.

12- Quais os principais desafios e limites que você destacaria para a ação do movimento feminista internacionalista?

Um dos limites tem sido o atraso na promoção de formas mais estruturadas de coordenação internacional. O desafio hoje é obviamente continuar a se mobilizar em condições de pandemia.

13- Quais são as principais bandeiras de luta, destacadas, formuladas no movimento de greve internacional?

Anti-capitalismo, transfeminismo, antirracismo e anti-imperialismo, centralidade do trabalho feminino na reprodução social, resistência a todas as formas de violência de gênero, liberdade reprodutiva.

14- São críticos em relação ao processo de formulação e desenvolvimento da greve? Quais são os principais desafios para a construção da greve nos próximos anos?

Um dos principais desafios é conseguir paralisar a produção e a reprodução social, o que implicaria na organização de greves massivas no local de trabalho.

A contribuição de Arruzza, chama a atenção para as ações práticas e teóricas para que o movimento iniciado em 2017 ganhe musculatura política. Nela destacamos: estrutura organizacional internacional; demarcação com a vertente liberal do feminismo; avanço no debate dos direitos reprodutivos; ganhos de igualdade política com vistas à elevação de consciência para atuação num processo mais amplo de transformação social; incorporação do debate feminista nas organizações tradicionais da classe trabalhadora,

Ainda que o movimento iniciado em março de 2107 seja norteado por uma orientação de organização horizontal, tal prerrogativa não prescinde de formas mais orgânicas e permanentes de estruturação. Manter um movimento global com identidade comum, ainda que com especificidades em cada país, requer uma estratégia constante de estudo crítico de suas formas de manifestação no concreto das lutas políticas de cada região. Edificar estruturas organizativas que se ocupem da construção internacional da greve e seus desdobramentos de ordem teórica e sua capilarização nas estruturas que representam as/os trabalhadores organizados é desafio a ser perseguido.

Outra questão que chama a atenção é a da demarcação necessária com o feminismo liberal. A busca por igualdade política traduzida na “quebra do teto de vidro”, empoderamento e o “feminismo do faça acontecer”, costuma se apresentar como canto da sereia para uma identificação feminista atraente ao capital, visto que se vale de um discurso liberal nos costumes enquanto mantém as estruturas de exploração e expropriação do trabalho das mulheres pobres, racializadas e migrantes. Essa é uma ação central para desmistificar críticas que perpassam a própria esquerda dita revolucionária quanto a possibilidade de fracionamento ou esvaziamento da luta comum da classe.

A coisificação do corpo feminino e suas identidades, a necessária regulação da sexualidade e das formas de vivenciar e construir sociabilidades familiares são

mecanismos que o sistema se vale para sua reprodução. Portanto, enfrentar essas formas de dominação patriarcal capitalista é demonstração de força e pujança do movimento feminista. Observamos no mundo avanços e retrocessos nas legislações sobre o aborto, por exemplo, o que demonstra a “guerra de posições” que enfrentamos. A violência de gênero é a baliza que o sistema nos apresenta para a contenção de nossas vocações, combatê-la é tarefa de toda a classe.

Aponta ainda, que o projeto político feminista só se valida numa prática revolucionária se se radicar no seio da classe, em suas organizações, no debate de sua vanguarda. Somos chamadas ao desafio de promover elevação de consciência em todos os locais que atuamos. O feminismo que visa a emancipação não pode se circunscrever ao movimento de mulheres.

Conclusão

Ao observamos os debates apresentados no primeiro capítulo desta dissertação, podemos perceber que a luta da classe trabalhadora e seu avanço de reconhecimento como tal e, portanto, de enfrentamento do estado de exploração que vivencia, é processual, porém dialético. Sobreviver frente a um mundo de exploração e lutar pela superação e supressão de uma sociedade que tem como fundamento a divisão em classes sociais antagônicas, não resultam em ações de cadencia igual e tão pouco óbvias.

Os mecanismos que normalizam a exploração do trabalho, a propriedade privada dos meios de produção e as opressões que lubrificam essa máquina que transforma os seres humanos em mercadorias lucrativas, têm no requinte da alienação e da construção ideológica a afirmação de locais de privilégios de pedigree e privações de nascença.

Tais mecanismos enredam os seres sociais em uma teia cuja a libertação se encontra, em um primeiro momento, no desvendar desses mecanismos e, posteriormente, no seu desmonte. Dentre as muitas ações necessárias, ressaltamos as que oferecerem recusa e combate às linhas divisórias intraclasse. Compondo de forma significativa e significante esse espaço estão as relações mediadas pelo gênero e pela raça/etnia. Superar as exclusões impostas por tais relações que inferem dominação, é tarefa de elevação de consciência do conjunto da classe trabalhadora e

de sua recorrente tematização pela teoria social voltada para supressão da sociedade de classes.

Os ciclos de crise do sistema capitalista, tendencialmente, apontam para a própria destruição do sistema a depender do comportamento das classes que o compõem frente a cada processo de crise. Isso significa dizer que o caminho para a vitória da classe trabalhadora depende de sua ação enquanto sujeito histórico capacitado para compreender os ciclos de crises conjunturais e estruturais do sistema e do agir consciente de forma a minar suas bases de sustentação.

Neste estudo, buscamos compreender a formação da classe trabalhadora numa perspectiva que abarque as mulheres, não apenas contingencialmente, mas buscando entender que as relações de dominação de gênero agem enquanto componentes fundantes da conformação da classe e de seus processos de exploração. Nos parece evidente, a partir da percepção de que a classe não é homogênea, que a composição étnico/racial é outra determinação estruturante para o entendimento do que aqui nos ocupamos

Constatada a diversidade que a formação da classe comporta, apresentamos, ainda que de forma breve, elementos que demonstram o avanço da compreensão das opressões vivenciadas pelas mulheres como componentes da dinâmica da luta de classes. Sua percepção de sujeito explorado em um duplo processo de alienação que, ao mesmo tempo as aliena do trabalho realizado, também o faz de sua própria condição de trabalhadoras pertencentes a esta mesma classe e, portanto, com direitos em luta em níveis diferenciados dentro do conjunto da classe (SAFFIOTI, 2019).

É este entendimento de sua dupla exploração e opressão que leva a construção de formas organizativas exclusivas de mulheres com vistas a ganhos de ascenção enquanto sujeito histórico e político pertencente à classe; elevação de consciência de sua posição no sistema capitalista; ganhos qualitativos de direitos e, por consequência, num entendimento ampliado do sistema de dominação a que somos submetidos e de fortalecimento do conjunto da classe trabalhadora.

Observamos ainda, que desta movimentação, as mulheres negras, por perceberem sua posição dentro da sociedade de classes, desenvolvem, de forma necessária, ações de auto-organização, produzindo lutas e contribuições para o desenvolvimento da teoria social crítica com vistas a ganhos civilizatórios.

Observamos, neste estudo, o caso norte-americano que é emblema da necessidade da auto-organização das mulheres negras. Esta reação de recusa do universalismo da mulher branca e de classe média como o sujeito social por excelência, cujas mediações de gênero perpassam suas experiências como únicas, é um processo necessário.

Contudo, compreendemos que se estas movimentações não ultrapassarem a busca por direitos e o reconhecimento de identidades sem um sentido maior de pertencimento a uma totalidade complexa em suas determinações e, do mesmo modo, complexa em suas implicações na vida dos sujeitos sociais, poderemos ter ganhos fracionados. Pois que não modificam a forma como a totalidade da sociedade em que vivemos expressa sua forma de exploração do trabalho e das necessidades advindas dessa forma de exploração que, por sua vez, implica nas agências ideológicas necessárias na manutenção do racismo, do sexismo, da dominação de gênero e sexualidade, da xenofobia etc. Atuar para minar as bases que alimentam o pilar ideológico que justifica quais corpos podem ser superexplorados e expropriados, inclusive de suas identidades e tradições, é tarefa urgente dos que buscam representar e agir para a ascensão e conquistas da luta da classe trabalhadora.

Estas movimentações dos sujeitos sociais, que compõem a classe, são demonstração de amadurecimento e constituição de sujeitos políticos que atuam na dimensão da “classe em si”, pois que qualificam o pensar coletivo sob bases que não negam determinações históricas distintas, entendidas, contudo, sob uma mesma ordem socia que se impõem e explora globalmente a “livre” força de trabalho. Necessário, que essas movimentações sejam percebidas e investigadas sob uma perspectiva teórica que compreenda a práxis que integra a dimensão de totalidade e que ultrapasse os recortes que identificam as opressões como um dado em si mesmas, com historicidade própria alheia aos processos históricos mais amplos que agiram no sentido de sobre determinar suas concretudes, as quais têm na exploração da força de trabalho sua determinação central.

Partindo dessa compreensão, buscamos apontar através do advento da Greve Internacional de Mulheres de 2017, que parcela do movimento feminista contemporâneo tem efetuado ações de auto-organização do conjunto das mulheres da classe trabalhadora numa perspectiva de combate ao sistema capitalista.

As mulheres são hoje metade da força de trabalho formal. Constituem, ainda, de forma indiscutível a força reprodutora da vida, portanto, da massa de trabalhadoras e trabalhadores. Realizam, de forma majoritária, o trabalho de reprodução social permitindo que a mecânica do sistema capitalista siga azeitada. A compreensão da realização destes processos e o não reconhecimento e coisificação violenta de suas existências fomentam e induzem ao desenvolvimento do processo histórico de luta das mulheres, aqui destacado; a Greve Internacional de Mulheres - GIM 2017, que se ergueu como acúmulo de um longo processo de exploração e resposta à atual crise estrutural do capitalismo, com força e visibilidade planetária.

O que pudemos observar da construção da Greve Internacional de Mulheres de 2017, foi que tal movimentação trouxe ganhos organizativos contínuos, com o desenvolvimento em anos subsequentes da greve nos 8 de março, como também de frentes, fóruns amplos de coletivos, organizações partidárias, sindicais entre outras para o debate da luta antissistema comprometida com a luta do conjunto heterogêneo das mulheres, o que indica um avanço do próprio movimento feminista.

Observamos ainda, uma ação conjunta de fortalecimento de minorias políticas diante da perspectiva de que as lutas anti-opressão fazem parte da ação de agentes sociais componentes da classe trabalhadora em luta. Os ganhos políticos destas minorias políticas significam ganhos para o conjunto da classe e de sua força transformadora. Portanto, abrir os espaços de organização das mulheres para acolhimento dessas lutas se tornou uma característica de amplitude do movimento feminista.

Acreditamos que a horizontalidade da organização do movimento contribuiu muito para essa percepção, atraindo pessoas desacreditadas nas formas mais tradicionais de organização de trabalhadoras e trabalhadores, por vezes viciadas em disputas de projetos de poder. É importante, neste ponto, salientar que não vigorou ou vigora o coro que desacredita as organizações tradicionais da classe. Ao contrário, cada vez mais o chamamento da GIM e da construção dos seus fóruns e frentes buscam tais organizações para engrossarem a efetividade e alcance de suas ações, bem como entende, que estes são espaços privilegiados de disputa contra hegemônica das manifestações ideológicas representadas nas mediações desiguais e de dominação de gênero, raça/etnia.

Sindicatos, por exemplo, se fazem altamente necessários para que a greve alcance categorias organizadas de mulheres. Esse nos parece um dos grandes desafios de consolidação do movimento que tem objetivos muito maiores que a paralização de mulheres por um dia. Debater a GIM em assembleias é tarefa de dupla conscientização, tanto de mulheres quanto de homens pertencentes às categorias em questão. Em Juiz de Fora, ter sido aprovada a greve exclusiva de mulheres entre os técnicos administrativos da Universidade Federal de Juiz de Fora, foi uma vitória significativa. A indicação de participação no movimento (sem, contudo, aprovar a greve na categoria) feita também em assembleia das/os professores da mesma universidade, demonstra a preocupação das organizadoras da GIM na cidade em incluir as categorias organizadas e suas entidades nos debates que impulsionaram a greve de mulheres de 2017. Não compreende nosso recorte temporal, contudo, vale citar que outras categorias organizadas em sindicatos aprovaram, em assembleias, paralisações nos anos posteriores a 2017 em Juiz de Fora.

A participação de sindicatos no processo de organização da GIM é um debate que segue dentro do movimento feminista no mundo todo. Em assembleias as mulheres discutem a possibilidade de tutela do movimento por sindicatos, visto que a amplitude da convocação ultrapassa reinvindicações de categorias. Essa é uma característica fundante do ineditismo da ação, extrapolar o trabalho formal, trazer à superfície todos os tipos de trabalho realizados por mulheres, labores que garantem a manutenção da sociedade e não são reconhecidos. Por outro lado, não há como negar o aporte ao movimento da participação de categorias organizadas em seus órgãos de classe. Não podemos deixar de observar que esse é um tema a ser debatido com afinco e cuidado pelas mulheres que levam a frente a organização da GIM. Trazer as organizações tradicionais da classe trabalhadora para o reconhecimento da potência organizativa do conjunto das mulheres que a proposta da GIM carrega e, assim, contribuir para corrigir distorções e contradições que o movimento de esquerda carrega ao não incluir de forma qualitativa o debate sobre as relações de dominação mediadas por gênero e raça/etnia às pautas das categorias ou às pautas gerais da política. São debates indissociáveis.

Entendemos que o caminho para a construção de greves com efetividade de paralisação massiva de mulheres depende, em boa medida, da capacidade do movimento em envolver as centrais sindicais de cada país no processo. Essa é uma

tarefa árdua, porém necessária. Se pensamos para além da conscientização causada pelo debate na construção da greve, devemos pensar, da mesma forma, na sua efetividade na parada dos meios de produção e reprodução social do capital, esse objetivo é fundante do movimento e exemplifica o tamanho da tarefa a que são chamadas as mulheres. Uma luta anticapitalista.

Fizemos até aqui um apanhado importante de como se deu a afirmação do movimento da GIM em um movimento social global, porém sabemos que para sua efetividade nos ambiciosos objetivos a que se propõem muitos passos e elaborações críticas dos caminhos já trilados precisam ser realizadas. Ampliar a interlocução com as Centrais Sindicais é um deles.

Ainda dentro dessa seara, outra polêmica que a GIM traz ao debate de mobilização da classe é a utilização da nomenclatura “greve”. Não seria mais apropriado falar em manifestações, paralização etc.? Não seria uma banalização do termo? Ou mesmo desse método de luta? Concordamos com Arruzza e Bhattacharya quando reafirmam o sentido da utilização da nomenclatura greve, revestindo de sentido anticapitalista a movimentação das mulheres no 8 de março; “A greve das mulheres surge da reflexão política e teórica sobre as formas concretas do trabalho feminino nas sociedades capitalistas”. (ARRUZZA e BHATTACHARYA, 2017, p. n.p).

Não há mais espaço para a teoria social crítica negar as formas específicas de trabalho realizadas por mulheres. Não apenas inferir as questões advindas na divisão sexual do trabalho na sua concretude no trabalho formal, mas investigar as formas de trabalho ocultas na esfera da reprodução, que refletem essa divisão, porém as “brindam” com o requinte da expropriação do trabalho naturalizada pela sociedade patriarcal capitalista.

> Nas sociedades capitalistas, o papel de fundamental importância da reprodução social é encoberto e renegado. Longe de ser valorizada por si mesma, a produção de pessoas é tratada como mero meio para gerar lucro. Como o capital evita pagar por esse trabalho, na medida do possível, ao mesmo temo que trata o dinheiro como essência e finalidades supremas, ele relega quem realiza o trabalho de reprodução social a um aposição de

> subordinação – não apenas para os proprietários do capital, mas também para os trabalhadores e trabalhadoras com maior remuneração, que podem descarregar suas responsabilidades em relação a esse trabalho sobre outras pessoas. (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 52,53)

As autoras seguem apontando a necessidade de incorporar à luta anticapitalista esse enorme contingente de trabalhadoras não reconhecidas, assim como identificar que a divisão sexual do trabalho coloca as mulheres em situação de inferioridade mesmo quando as incorpora ao mercado formal;

> No capitalismo, o trabalho das mulheres no mercado formal é apenas uma parte do trabalho que realizam. As mulheres são também as principais realizadoras do trabalho reprodutivo – trabalho não remunerado que é igualmente importante para a reprodução da sociedade e das relações sociais capitalistas. A greve das mulheres destina-se a tornar este trabalho não remunerado visível e enfatizar que a reprodução social é também um local de luta. Além disso, devido à divisão sexual do trabalho no mercado formal, muitas mulheres ocupam postos de trabalho precários, não têm direitos trabalhistas, estão desempregadas ou são trabalhadoras sem documentos (ARRUZZA e BHATTACHARYA, 2017, p. n.p)

Um enorme montante da classe trabalhadora segue alienada de sua própria ação enquanto produtora de valor e por consequência enquanto sujeito político. É esta a grande reflexão trazida por essa estratégia de luta, qual seja, perceber que o capitalismo age de forma diferenciada ao exercer seus mecanismos de exploração e que, portanto, o combate a este sistema deve se valer desse entendimento para abarcar a totalidade explorada de maneira a mobilizá-la, vejamos:

> As mulheres que trabalham no mercado formal e informal e na esfera social não reprodutiva são todas trabalhadoras. Essa consideração deve ser central para qualquer discussão sobre a reconstrução de um movimento operário não só nos Estados Unidos, mas também globalmente. Enfatizar a unidade entre o local de trabalho e o lar é fundamental, e um princípio organizador central para a greve de 8 de março. Uma política que leve a sério o trabalho das mulheres deve incluir não só as greves no local de trabalho, mas também as greves do trabalho reprodutivo social não remunerado, as greves de tempo parcial, os chamados para redução do tempo de trabalho e outras formas de protesto que reconhecem a natureza de gênero das relações sociais. A “greve” tornou-se o termo genérico sob o qual várias formas de ação são incluídas, porque é o termo que melhor enfatiza a centralidade do trabalho das mulheres e sua auto identificação como trabalhadores, qualquer que seja a forma de seu trabalho. (ARRUZZA e BHATTACHARYA, 2017, p. n.p)

Creio que podemos afirmar que o chamado à GIM obteve êxito ao buscar empreender a conscientização de um conjunto de mulheres invisibilizadas enquanto trabalhadoras (sabemos da tarefa desafiante desse alcance tático de maneira massiva). Ao informar que, mesmo de forma incomum ao que se observa das mobilizações tradicionais, a participação das mulheres e sua adesão ao movimento de greve poderia se dar reconhecendo suas especificidades e possibilidades de vivenciar a luta, havia no processo a busca por ganhar e partilhar consciências.

Uma polêmica recorrente dentro do movimento de esquerda e mesmo para alguns setores do movimento feminista quanto á realização de uma greve exclusiva de mulheres é posta: este seria um movimento artificial já que, em sua maioria, as mulheres não entraram totalmente em greve, poucas categorias conseguiriam formalmente aprovar a greve exclusiva, portanto o 8 de março deveria continuar a ser um dia de manifestações, sem a proclamação de um movimento global de greve de mulheres. Ou, é preciso construir melhor a adesão das mulheres para depois o movimento ser lançado.

Consideramos esta uma polêmica que não aprofunda o debate da especificidade das formas de trabalho realizadas pelas mulheres ou mesmo do grau de alienação a qual são submetidas. Entendemos que o processo de tomada de consciência para a adesão maciça a um movimento de greve requereria um grau de mobilização não alcançado de forma plena pela GIM 2017, mesmo nas edições posteriores. Porém, a deflagração do movimento não teria por objetivo parar por um dia específico apenas. Nossa observação do processo nos informa que vivenciamos a construção de um movimento muito maior, de uma ação global de conscientização alavancado pela atual crise capitalista junto a um acúmulo teórico do debate da reprodução social no campo da teoria feminista. É um chamado à tomada de consciência que visa revisitar todos os processos de luta da classe trabalhadora a fim de chamar a atenção para as relações de dominação de gênero e a divisão sexual do trabalho na esfera pública e doméstica.

Portanto, o 8 de março deve ter desdobramentos necessários no primeiro de maio, na greve da categoria, no combate ao ultra neoliberalismo, ao conservadorismo, a xenofobia, ou seja, em todos os processos de luta desenvolvidos pela classe, pois em todos estão as mulheres e suas especificidades dentro do sistema de exploração

vigente. A mobilização, conscientização e ação devem andar juntas para produzirem os impactos táticos e estratégicos esperados.

Como forma de manejo tático desse processo de não reconhecimento e alienação vivenciado pelas mulheres, foi buscado empreender maneiras criativas de participação. Objetivavam atingir ao máximo a adesão de um grande ´número de mulheres. Essa compreensão de que nem todas poderiam, por questões objetivas, cruzar os braços, contudo, eram pertencentes ao mesmo processo de opressão/exploração, permitiu que, ainda que em níveis diferenciados, uma identidade fosse criada neste dia de luta. Por menor que fosse o gesto demonstrativo da ação, ele seria aplaudido, computado e estaria contribuindo para o sucesso global da greve. Essas ações tornaram possível, de maneira singular, praticar a elevação da consciência e do pertencimento daquelas mulheres a uma proposta política transformadora e revolucionária. Essa, nos parece, a tradução de uma frase largamente utilizada pelas mulheres do mundo no 8 de março de 2017, “a solidariedade é nossa arma”. Ainda que não conseguissem parar totalmente seu labor, mulheres poderiam expressar sua adesão. A ideia era que o debate viesse à tona e o dia 8 de março retomasse seu lugar como dia de luta da classe trabalhadora, uma ação radical de formação em meio ao fazer da luta.

Foram divulgadas amplamente maneiras de participação tais como não realizar as atividades domésticas, abster-se de ações de cuidado, realizar a greve no local de trabalho, paralização parcial, implementar a hora M (momento no dia em que, ainda que por uma hora, trinta minutos, as mulheres pudessem debater entre si sua condição na sociedade), boicote ao consumo e greve de sexo, está última considerada polêmica por algumas mulheres do movimento por acharem que seria uma forma de admissão que o prazer no sexo seria somente masculino. O que há de indicação no movimento quanto a isso é o da utilização política do corpo por parte das mulheres, visto que o corpo as pertence e elas podem exercer seu poder sobre ele, além do mais, para algumas, inclusive como já relatado pela história, está é uma das únicas formas possíveis de manifestação.

Como culminância de todo esse acúmulo, atos de rua. Percebam que dessa forma o 8 de março passa a requerer toda uma agenda anterior de mobilização, panfletagens em escolas; feiras de comércio popular; locais de trabalho; assembleias;

debates; divulgação na imprensa e redes sociais. Passa a ser uma agenda que englobaria no mínimo fevereiro e março. Nas edições posteriores a 2017, a GIM começa a ser pensada já nas assembleias de avaliação no próprio março. Por conta dessa necessidade de agenda extensa de mobilização e divulgação do debate produzido pela GIM, como também pelo grau de unidade alcançado, muitas frentes e fóruns foram criados para que a organização da greve se perpetuasse de forma perene; Estes espaços visavam possibilitar além da organização da atividade em si, serem lócus de debates sobre o movimento feminista alimentando a militância das mulheres ali envolvidas em suas organizações “de origem”, bem como ao incentivo à participação em outros fóruns e organizações da sociedade civil.

O ganho para o debate teórico também nos parece um saldo positivo do movimento que se iniciou em 2017. No transcorrer deste estudo, observamos que o movimento feminista, ao longo de sua maturação, sempre esteve alinhado com a práxis. Ao passo que se desenhava como movimento vivo da sociedade, se pensava teoricamente. Cabe frisar que a produção teórica feminista no campo socialista sempre teve caráter de avanço civilizatório. Portanto, é parte de um movimento que busca a superação da supressão de um ser humano pelo outro.

A Greve Internacional de mulheres, trouxe, necessariamente, a necessidade da discussão a respeito da reprodução social. Avançar o debate do trabalho específico realizado pelas mulheres é condição necessária para o pensamento que visa munir a classe trabalhadora de consciência para a ação. Trabalhar a emancipação feminina significa preencher lacunas na mobilização da classe, engrossar de forma inequívoca o contingente de agentes conscientes que trabalhem formas de superar sua atual condição de explorados e exploradas.

A organização horizontal e coletiva da GIM, nos traz algo que também salta aos olhos que investigam o processo. Por mais que lideranças naturalmente se destaquem em processos de construção e organização de lutas, o rosto da Greve Internacional de Mulheres é coletivo. Não há a mulher ou o grupo seleto de mulheres, ou mesmo organização, que representem a greve Internacional de mulheres. Há o sujeito político mulher expresso em suas múltiplas formas de existências e vivencias cotidianas das formas de exploração e opressão do capital. Este é um elemento chave no combate a uma das armas de que o capitalismo utiliza com sofisticação, o individualismo.

Ângela Davis, nos faz o alerta da sutiliza de que o sistema capitalista se utiliza, para tentar entranhar a mácula do individualismo nos processos de construção de lutas, vejamos;

> Desde a ascensão do capitalismo global e das ideologias associadas ao neoliberalismo, tornou-se particularmente importante identificar os perigos do individualismo. As lutas progressistas – centradas no racismo, na repressão, na pobreza ou em outras questões – estão fadas ao fracasso se não tentarem desenvolver uma consciência sobre a insidiosa promoção do individualismo capitalista. Mesmo que Nelson Mandela tenha sempre insistido que suas realizações foram coletivas, conquistadas também por homens e mulheres que o acompanhavam, a mídia tentou alça-lo a herói. Um processo similar tentou dissociar Martin Luter king Jr. Do imenso número de mulheres homens e que construíram o verdadeiro cerne do movimento pela liberdade nos Estados Unidos em meados do século XX. É fundamental resistir à representação da história como trabalho de indivíduos heroicos, de maneira que as pessoas reconheçam hoje sua potencial agência como parte de uma comunidade de luta sempre em expansão. (DAVIS e ORG: BARAR, 2018, p. 19)

Uma busca de aproximação com o feminismo negro também nos parece um dos legados da GIM que precisam ser cultivados para que perdurem. No que pese em sabermos que não é possível falar em feminismo no singular, sabemos que também na vertente do feminismo negro não há essa singularização. Contudo, auto críticas sobre a universalização do sujeito mulher estão contribuindo para uma visão mais ampla de horizontes de mobilização e construção de formas de resistência que respeitem as subjetivações dos sujeitos, suas ancestralidades e processos históricos As pautas dos manifestos se abrem para a busca de pontes entre as formas de enfrentamento às opressões e exploração exercidas pelo capital em todas as frentes que a sanha do desenvolvimento, atualmente posto como o progresso, se apresentam. Podemos dizer que, para além de uma justa e atrasada aproximação com o movimento das mulheres negras, há também a busca de organizações LGBTQI+, de mulheres migrantes, entre outras minorias políticas. o Manifesto Internacional da GIM 2017 é aberto com o seguinte,

> Neste dia 8 de março, nós, mulheres, nos reunimos nos espaços públicos de nossas vilas, municípios e cidades para a Greve Internacional de Mulheres (GIM) em oposição à misoginia, xenofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia e racismo crescentes internacionalmente. (https://greveinternacional.wixsite.com/8mbrasil/copia-convocacao)

A interseccionalidade, do ponto de vista teórico e da materialização da luta, é afirmada como ferramenta que unifica os discursos e aponta a direção da construção de novas bases de entendimento dos processos necessários para a mobilização da classe. O que observamos é que as investigações sobre o feminismo que visa a superação do sistema capitalista retomam folego, referências à a teoria da reprodução social, feminismo negro, feminismo marxista, feminismo socialista, eco feminismo, feminismo decolonial entre outras expressões teóricas que o situam no campo da transformação social e do anticapitalismo tomam lugar de maneira consistente no debate teórico atual e a nosso entender podem, se bem articuladas, solidificar frentes amplas, inclusivas e baseadas em processos de respeito ao que nos é singular e ao que nos é coletivo. Bases de colaboração sobre um novo pensar do significado de progresso e desenvolvimento ecologicamente articulado podem ser bons frutos desses encontros.

Com os pés bem fincados no concreto da vida e das formas de enfrentamento necessárias para uma qualitativa transformação social, formas de mobilização muito fragmentadas, focadas em direitos políticos como espaços de ascenção dentro do sistema vigente são apontadas como armadilhas contemporâneas a serem combatidas. Uma confusão precisa ser entendida: *o movimento feminista que leva à frente as ações da greve internacional de mulheres é anticapitalista*. Não é policlassista. Demarca com o feminismo liberal e conclama as demais movimentações organizativas que apontam a exploração e as opressões infligidas pelo capitalismo a se unirem numa luta anticapitalista. Exacerbar as diferenças como garantia do exercício da superexploração de corpos discriminados pela sociedade é também um mecanismo sofisticado de fragmentação da classe trabalhadora. Nossas diferenças nos qualificam como sujeitos sociais distintos, contudo, o sentimento de pertencimento a uma classe em uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas, unifica o foco da nossa luta por emancipação.

Voltamos a afirmar que avaliar criticamente e estudar processos de mobilização exitosos é tarefa que contribui para construção do porvir no agora. É preciso de maneira urgente enterrar os discursos que apontam na direção que a superação da expropriação/ opressão exercidas pelo controle da sexualidade, racismo, dominação patriarcal de gênero, xenofobia, intolerância religiosa, e quaisquer outras formas de subordinação de sujeitos sociais conflitando o reconhecimento de identidades, é algo

a ser superado depois. Superar as formas de exploração capitalistas não prescindem dessas lutas, elas fazem parte da construção de um processo eficaz de combate ao sistema.

Refletimos que é preciso, de maneira urgente, ultrapassar a retórica recém adquirida que informa que as relações de dominação de gênero e o racismo são estruturantes das sociedades de classe para a efetividade prático-política desse entendimento. Em outras palavras, apreender os processos das lutas anti opressões como componentes da dinâmica luta de classes, bem como seu sujeitos políticos como protagonistas do “motor da História”.

Isto posto, os desafios para a qualificação de um debate, que não renega a história das lutas da classe e seus mecanismos de enfrentamento, porém busca um novo respiro para o êxito de suas ações, deve nos mover em um pensar sem as amarras da ortodoxia míope, que muitas vezes se instala, quando de uma transposição mecânica. A obra de Marx e Engels tratou de estudar a sociedade capitalista, sua formação e afirmação em dado momento histórico e, sobretudo, na formação da classe operária Inglesa. Com isso em mente, podemos verificar, de forma exemplar, o percurso de uma análise que estrutura os vários aspectos da vida em sociedade e produz, na sua construção de uma teoria social, estudar a formação de um novo modo de produção que se impõe, de exploração do trabalho para acumulação e produção da riqueza.

O movimento do real é o alimento da construção de um pensar revolucionário. Nos cegar às lacunas existentes e não jogar luz sobre formulações iniciais não desenvolvidas é não compreender a punção revolucionária e a manutenção da atualidade da compreensão do mundo em sua totalidade. O movimento feminista que ora estudamos, é o que se move numa trilha de picadas abertas desde muito antes, porém, com caminhar que explora no chão do agora a trilha do que será.

Referências bibliográficas

8M/JF. Ato unificado. Greve Internacional de Mulheres Juiz de Fora 8M, março 2017. Disponivel em: <https://www.facebook.com/events/218185811919102/?active_tab=about>. Acesso em: 2020.

ALCOFF , L. M. et al. Blog Junho. **blogjunho.com.br**, 5 fevereiro 2017. Disponivel em: <http://blogjunho.com.br/alem-do-faca-acontecer-para-uma-feminismo-dos-99-e-uma-greve-internacional-militante-em-8-de-marco/>. Acesso em: 22 julho 2019.

ALCOFF, L. M. et al. https://blogdaboitempo.com.br. **Blog da Boitempo**, março 2017. Disponivel em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/07/por-uma-greve-internacional-militante-no-8-de-marco/>. Acesso em: julho 2019.

ALTERMAN, B.; AVELAR, L: ORG. **50 anos de feminismo:** Argentina, Brasil, Chile: A construção de das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.

ARRUZZA , C.; BHATTACHARYA,. https://vermelho.org.br. **O Vermelho**, São Paulo, 2017. Disponivel em: <https://vermelho.org.br/2017/03/04/o-significado-da-greve-das-mulheres-neste-8-de-marco/>. Acesso em: 07 2020 2020.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. http://blogjunho.com.br/o-significado-de-uma-greve-de-mulheres/. **blogjunho.com.br**, 3 março 2017. Disponivel em: <http://blogjunho.com.br/o-significado-de-uma-greve-de-mulheres/>. Acesso em: 22 julho 2019.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%:** um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, A. D. K.-Y. T. L. M. A. M. N. F. R. Y. O. T. http://blogjunho.com.br/. **Blog Junho**, Março 2017. Disponivel em: <http://blogjunho.com.br/alem-do-faca-acontecer-para-uma-feminismo-dos-99-e-uma-greve-internacional-militante-em-8-de-marco/>.

BIROLI, F. https://blogdaboitempo.com.br/. **Blog da Boitempo**, 25 nov. 2016. Disponivel em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/25/feminismo-esquerda-e-futuros-possiveis/>. Acesso em: 2020.

CÁMARA, J. Viento Sur, 2019. Disponivel em: <https://vientosur.info/cambiarlo-todo-bases-y-desafios-de-la-huelga-feminista/>. Acesso em: 2021.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, M.; SILVANA MARA, D. S. M. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, v. 8, 2018.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismos negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. V.5, N.1 (2017) - ISSN: 2317-491, JAN/JUN. 2017. Disponivel em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>. Acesso em: 21 junho 2019.

CRENSHAW, K. W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 1, p. 1771-188, 2002. Disponivel em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf >.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. https://blogdaboitempo.com.br. **Blog da Boitempo**, 23 janeiro 2017. Disponivel em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/01/23/o-discurso-de-angela-davis-na-marcha-das-mulheres-contra-trump/>. Acesso em: 20 julho 2019.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Â.; ORG: BARAR, F. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DE FREIXO, A.; RODRIGUES, T.; (ORGANIZADORES). **2016:** o ano do golpe. Rio de Janeiro: Oficina raquel, 2016.

EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo/Unesp, 1997.

EL País - Internacional- Brasil. **El País; o Jornal global**, 20 outubro 2016. Disponivel em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/17/internacional/1476717704_725902.html>. Acesso em: 2019.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GONZALÉS, A. I. A. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. São Paulo: Expressão Popular :Sempreviva Organização Feminina, 2010.

GOUGES, D. G. http://www.direitoshumanos.usp.br/. **Biblioteca virtual de direitos humanos**, 1791. Disponivel em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 22 outubro 20020.

GREVE Internacional de Mulheres - 8M Brasil, 2017. Disponivel em: <https://greveinternacional.wixsite.com/8mbrasil>. Acesso em: 2020.

GURGEL, T. http://www.fazendogenero.ufsc.br/, Florianólpolis, 23 a 26 junho 2010. Disponivel em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminismoelutadeclasse.pdf>. Acesso em: 2019.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e Consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social, revista de sociologia da USP**, v. 26, p. 61-73, junho 2014. Disponivel em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>. Acesso em: 20 junho 2019.

HIRATA, HELENA; LABORIE, FRANÇOISE; LE DOARÉ DA, HÈLÈNE: ORGS. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. Disponivel em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.6775%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf>. Acesso em: junho 2019.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luiza Libâneo. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HTTPS://BLOGDABOITEMPO.COM.BR. **Blog da Boitempo**, 2017. Disponivel em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/07/por-uma-greve-internacional-militante-no-8-de-marco/>. Acesso em: julho 2019.

HTTPS://BR.REUTERS.COM. **Reuters**, 22 Janeiro 2017. Disponivel em: <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN1560RU>. Acesso em: 20 julho 2019.

HTTPS://BRASIL.ELPAIS.COM/. **EL PAÍS**, 25 setembro 2019. Disponivel em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/cultura/1553071085_109576.html>. Acesso em: 06 dezembro 2020.

HTTPS://OGLOBO.GLOBO.COM. **Jornal O Globo**, 8 março 2017. Disponivel em: <https://oglobo.globo.com/economia/feministas-promovem-greve-internacional-de-mulheres-21029199>. Acesso em: 31 julho 2019.

HTTPS://TRIBUNADEMINAS.COM.BR/. **Jornal Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 07 março 2017. Disponivel em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/07-03-2017/artistas-marcam-presenca-em-ato-politico-no-dia-internacional-da-mulher.html>. Acesso em: 19 nov. 2020.

HTTPS://WWW.CARTACAPITAL.COM.BR. **Carta Capital**, 6 março 2017. Disponivel em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-participar-da-greve-internacional-de-mulheres-no-brasil>. Acesso em: julho 2019.

HTTPS://WWW.GELEDES.ORG.BR/. **PORTAL GELEDÉS**, 08 jan. 2014. Disponivel em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 06 dezembro 2020.

KERGOAT, D. Dinamica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, p. 93-103, março 2010. Disponivel em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>. Acesso em: junho 2019.

KERGOAT, D. Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. In: ABREU, A. D. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França:** perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. Cap. 1, p. 17-26.

MARX, E. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Anita Gabribaldi, 2001.

MÉSZAROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIRLA, C.; SANTOS, S. M. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

MONTAÑO; DURIGUETTO. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

ROQUE, T. Restauração neoliberal e dissolução da democracia. In: FREIXO, A.; RODRIGUES, T. **2016, o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016. p. 18,40.

SAFFIOTI, H. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: (ORG), H. B. D. H. **pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 400.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes:** Mito e realidade. Sâo Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

THOMPSON, E. P. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRIBUNADEMINAS.COM.BR. **Jornal Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 06 Março 2017. Disponivel em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/06-03-2017/acoes-destacam-trajetoria-de-luta-das-mulheres.html>. Acesso em: 19 nov. 2020.

USP, B. D. D. H. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã- 1791. **Biblioteca virtual de direitos humans USP**. Disponivel em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>. Acesso em: 06 2020 2020.

Anexos –

1- **Ata da assembleia de aprovação da greve exclusiva de mulheres pela categoria dos/as técnicos administrativos em educação da Universidade federal de Juiz de Fora.**

Ata da Assembleia Geral do SINTUFEJUF, realizada no dia seis de março de dois mil e dezessete as oito horas e trinta minutos no Anfiteatro da Faculdade de Comunicação, com a presença de cinquenta e três servidores. A mesa foi composta pelo Coordenador Geral do Sintufejuf Lucas da Silva Simeão e a Coordenadora de Educação e Formação Sindical Leda Maria Chaves Faria. Foram apresentadas as seguintes pautas: Eleição de delegados para a Plenária da Fasubra, dias 17, 18 e 19 de março; 2. Paralisações nos dias 08 e 15 de março; 3. Caravana para o dia 28/03 (votação em 1º turno da PEC 281 sobre a Reforma da Previdência); 4. Assuntos Gerais. Lucas Simeão abriu a assembleia com a leitura das principais pautas de luta colocadas pela Fasubra Sindical. Em seguida, a direção do Sintufejuf indicou como seu representante na plenária o coordenador Rogério da Silva, onde a assembleia referendou a indicação. Foram apresentadas duas chapas para concorrer as outras três vagas, a primeira, composta pelos coletivos Tribo e Ressignificar, e a segunda, pela Frente Avante. As chapas fizeram respectivamente suas defesas e foi aberta a votação. A chapa 1 (Tribo e Ressignificar) obteve 24 votos, e pela proporção, encaminhará um delegado (Manoel Rocha Campos e Heronides Soares de Meireles Filho). Já a chapa 2 (Frente Avante) obteve 22 votos, tendo direito a um delegado (Igor Coelho Oliveira**).** Após a eleição de delegados, a assembleia seguiu para o próximo ponto de pauta, que são as atividades para os dias 08 e 15 de março. A servidora Natália Paganini sugeriu a adesão à greve Internacional das Mulheres com paralisação exclusivamente feminina, além da participação de toda a categoria no Ato Unificado às 17h, na praça da Estação, após o encerramento do Seminário das Mulheres Trabalhadoras do Sintufejuf. A servidora Mariluce Jacob de Oliveira, fez uma proposta diferente para o mesmo dia. Para ela, a

paralisação não deveria ser exclusivamente feminina, mas deveria contar também com o apoio masculino, paralisando assim, toda a categoria de servidores técnico-administrativos em educação da UFJF. Colocado em votação, pela ampla maioria, ficou decidido que a paralisação no dia 08 de março será exclusivamente de mulheres. Já em relação ao indicativo de paralisação da Fasubra para o dia 15 de março, a mesa propôs e a assembleia aprovou não somente a adesão, mas que fosse construída uma atividade que será a palestra sobre Reforma da Previdência e participação em possíveis atos que ocorrerão na data. A assembleia também aprovou a participação na Caravana da Fasubra no dia 28 de março. Nos assuntos gerais, Lucas Simeão informou sobre a possibilidade de entrar na pauta da reunião do

Conselho Superior (Consu) no dia 17 ou no dia 24 de março a discussão sobre o controle de ponto e assiduidade na UFJF. Desta forma a assembleia propôs que fosse realizada uma assembleia vigília no dia 17 de março, às 14h, no pátio do MAMM, onde ocorrerá a reunião do Consu. O coordenador Rogério Silva, que também coordena o GT antirracismo, convidou a todos para palestra no dia 21 de março, dia Internacional contra o racismo. Nada mais a relatar, deu-se por encerrada a assembleia da qual lavrei a presente ata. Juiz de Fora – MG.

2- Documentos históricos relevantes.

1- Manifestos da Greve Internacional de Mulheres- 2017

Para além do "faça acontecer": por um feminismo dos 99% e uma greve internacional militante em 8 de março

As grandes marchas de mulheres de 21 de janeiro [nos Estados Unidos] podem marcar o início de uma nova onda de luta feminista militante. Mas qual será exatamente seu foco? Em nossa opinião, não basta se opor a Trump e suas políticas agressivamente misóginas, homofóbicas, transfóbicas e racistas. Também precisamos alvejar o ataque neoliberal em curso sobre os direitos sociais e trabalhistas. Enquanto a misoginia flagrante de Trump foi o gatilho imediato para a resposta maciça em 21 de janeiro, o ataque às mulheres (e todos os trabalhadores) há muito antecede a sua administração. As condições de vida das mulheres, especialmente as das mulheres de cor e as trabalhadoras, desempregadas e migrantes, têm-se deteriorado de forma constante nos últimos 30 anos, graças à financeirização e à globalização empresarial. O feminismo do "faça acontecer" * e outras variantes do feminismo empresarial falharam para a esmagadora maioria de nós, que não têm acesso à autopromoção e ao avanço individual e cujas condições de vida só podem ser melhoradas através de políticas que defendam a reprodução social, a justiça reprodutiva segura e garanta direitos trabalhistas. Como vemos, a nova onda de mobilização das mulheres deve abordar todas essas preocupações de forma frontal. Deve ser um feminismo para 99% das pessoas.

O tipo de feminismo que buscamos já está emergindo internacionalmente, em lutas em todo o mundo: desde a greve das mulheres na Polônia contra a proibição do aborto até as greves e marchas de mulheres na América Latina contra a violência masculina; da grande manifestação das mulheres de novembro passado na Itália aos protestos e greve das mulheres em defesa dos direitos reprodutivos na Coréia do Sul e na Irlanda. O que é impressionante nessas mobilizações é que várias delas combinaram lutas contra a violência masculina com oposição à informalização do trabalho e à desigualdade salarial, ao mesmo tempo em que se opõem as políticas de homofobia, transfobia e xenofobia. Juntas, eles anunciam um novo movimento feminista internacional com uma agenda expandida – ao mesmo tempo antirracista, anti-imperialista, anti-heterossexista e anti-neoliberal.

Queremos contribuir para o desenvolvimento deste novo movimento feminista mais expansivo.

Como primeiro passo, propomos ajudar a construir uma greve internacional contra a violência masculina e na defesa dos direitos reprodutivos no dia 8 de março. Nisto,

nós nos juntamos com grupos feministas de cerca de trinta países que têm convocado tal greve. A ideia é mobilizar mulheres, incluindo mulheres trans, e todos os que as apoiam num dia internacional de luta – um dia de greves, marchas e bloqueios de estradas, pontes e praças; abstenção do trabalho doméstico, de cuidados e sexual; boicote e denuncia de políticos e empresas misóginas, greves em instituições educacionais. Essas ações visam visibilizar as necessidades e aspirações que o feminismo do "faça acontecer" ignorou: as mulheres no mercado de trabalho formal, as que trabalham na esfera da reprodução social e dos cuidados e as desempregadas e precárias.

Ao abraçar um feminismo para os 99%, inspiramo-nos na coalizão argentina Ni Una Menos. A violência contra as mulheres, como elas a definem, tem muitas facetas: é a violência doméstica, mas também a violência do mercado, da dívida, das relações de propriedade capitalistas e do Estado; a violência das políticas discriminatórias contra as mulheres lésbicas, trans e queer, a violência da criminalização estatal dos movimentos migratórios, a violência do encarceramento em massa e a violência institucional contra os corpos das mulheres através da proibição do aborto e da falta de acesso a cuidados de saúde e aborto gratuitos. Sua perspectiva informa a nossa determinação de opormo-nos aos ataques institucionais, políticos, culturais e econômicos contra mulheres muçulmanas e migrantes, contra as mulheres de cor e as mulheres trabalhadoras e desempregadas, contra mulheres lésbicas, gênero não-binário e trans-mulheres.

As marchas de mulheres de 21 de janeiro mostraram que nos Estados Unidos também um novo movimento feminista pode estar em construção. É importante não perder impulso. Juntemo-nos em 8 de março para fazer greves, atos, marchas e protestos. Usemos a ocasião deste dia internacional de ação para acertar as contas com o feminismo do "faça acontecer" e construir em seu lugar um feminismo para os 99%, um feminismo de base, anticapitalista; um feminismo solidário com as trabalhadoras, suas famílias e aliados em todo o mundo.

Angela Davis, Cinzia Arruzza, Keeanga-Yamahtta Taylor, Linda Martín Alcoff, Nancy Fraser, Tithi Bhattacharya e Rasmea Yousef Odeh.

Nota:

* "Faça acontecer" [Lean-in] é uma referência ao movimento inspirado no livro de Sheryl Sandberg, Lean in: Women, work, and the will to lead (New York: Random House, 2013). Versão em português: Faça acontecer: mulheres, trabalho e a vontade de liderar. (São Paulo: Companhia das Letras, 2013). A principal característica do movimento é a ênfase no empreendedorismo feminino (N. Da T.).

Publicado originalmente na Viewpoint Magazine, em 3/02/2017, com o título "Beyond Lean-In: For a Feminism of the 99% and a Militant International Strike on March 8", a tradução é de Daniela Mussi, originalmente para o Blog Junho.

MANIFESTO GERAL DA GREVE INTERNACIONAL DE MULHERES (Tradução de Manuella Peixoto)

Disponível em: https://greveinternacional.wixsite.com/8mbrasil/copia-convocacao

(A organização internacional da GIM sugere que, nos protestos locais, esse manifesto seja lido, preferencialmente às 18h (horário local), como demonstração da união global entre as mulheres no 8 de março. Muitas cidades pelo mundo já se comprometeram a fazê-lo)

Neste dia 8 de março, nós, mulheres, nos reunimos nos espaços públicos de nossas vilas, municípios e cidades para a Greve Internacional de Mulheres (GIM) em oposição à misoginia, xenofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia e racismo crescentes internacionalmente.

Através de séculos, e mais acentuadamente nos últimos meses, nós levantamos nossas vozes em uníssono para declarar um NÃO enfático contra essas injustiças e violências sistêmicas. Todavia, temos encontrados constantemente insultos e humilhações dos governos e de seus apoiadores.

Hoje, 8 de março de 2017, é a hora de declarar: BASTA! Não mais.

Apesar de nem todas nós podermos fazer greve hoje, de nem todas nós podermos andar livremente pelas ruas para protestar, apesar de nem todas podermos andar pelas ruas sem a supervisão de um homem – queridas irmãs, não tenham medo, nós lembramos de vocês e levantamos nossas vozes de protesto também em seus nomes.

Nós somos mulheres de 48 países unidas na GIM parando ao redor do mundo. A GIM não é feita apenas de milhares de organizações feministas, mas em grande parte de pequenos movimentos locais, e acima de tudo por feministas independentes. A GIM foi criada para TODAS as mulheres e CADA mulher compõe a GIM.

Hoje, entrosadas e unidas pelo desejo vital de conseguir aquilo que merecemos como seres humanos em nossas vidas e por nossas filhas, irmãs e amigas, nós continuamos no século 21 a luta realizada por nossas avós nos séculos 19 e 20 que nos concederam o direito de votar, de estudar, de nos divorciarmos, de trabalhar nas profissões que desejamos ou mesmo andar de bicicleta ou de carro!

Mas, no século 21, muitas de nós ainda têm a educação ou os direitos fundamentais negados pelo simples fato de termos nascido mulheres. O trabalho que desempenhamos como mães e cuidadoras não é reconhecido, a pobreza e a dependência financeira nos afetam mais por sermos mulheres.

Para algumas meninas, o desejo humano de viver como querem lhes é negado – mesmo praticar os esportes que elas desejam é proibido.

Cada uma de nós ao redor da organização mundial da GIM apresenta nossa lista de demandas específicas de acordo com nossas realidades locais. Mas todas e cada uma de nós concorda em pontos fundamentais:

Exigimos direitos humanos para as mulheres em todas as latitudes;

Exigimos a liberdade de deliberar sobre nossas vidas e escolhas;

Exigimos que os nossos opressores sejam julgados e punidos pela lei, em vez de nos vitimarem e serem protegidos pelo corrupto sistema judiciário

Exigimos um Estado laico, com a separação entre Estado e Igreja, junção que vergonhosamente é uma das fontes de nossas opressões;

Exigimos benefícios econômicos iguais, igualdade de salários

E exigimos também condições legais justas e apropriadas para nossas vidas reprodutivas, para a licença maternidade.

Nós, as mulheres, não vamos mais tolerar as restrições que nos são impostas por aqueles que estão no poder. Unidas como em nenhum outro momento da história, constituindo mais da metade da população do planeta e focadas no bem comum, lutaremos sem parar até que nossas demandas sejam cumpridas. Os poderes vigentes não acataram às nossas demandas por direitos, então agora, eles vão nos temer.

Porque nós somos o poder. Nós somos invencíveis. Nós estamos em todos os lugares, em cada esquina ou canto do mundo.

Porque nós temos a melhor arma, a Solidariedade.

Convocação do Coletivo Ni Una Menos- Argentina para a Greve Internacional de Mulheres: Paro – 08 de março de 2017-

Neste 08 de março, a terra treme. As mulheres do mundo nos unimos e organizamos uma medida de força e um grito comum: Greve Internacional de Mulheres. Nós paramos. Fazemos greve, nos organizamos e nos encontramos entre nós. Colocamos em prática o mundo no qual queremos viver.

#NósParamos

Paramos para denunciar:

Que o capital explora nossas economias informais, precárias e intermitentes.

Que os Estados nacionais e o mercado nos exploram quando nos endividam.

Que os Estados criminalizam nossos movimentos migratórios.

Que recebemos menos que os homens e que a diferença salarial chega, em média, a 27%.

Que não é reconhecido que as tarefas domésticas e de cuidado são trabalhos não remunerados e adicionam três horas a nossas jornadas laborais.

Que estas violências econômicas aumentam nossa vulnerabilidade diante da violência machista, cujo extremo mais brutal são os feminicídios.

Paramos para reivindicar o direito ao aborto livre e para que não se obrigue nenhuma menina a enfrentar a maternidade.

Paramos para visibilizar o fato de que, enquanto tarefas de cuidado não sejam uma responsabilidade de toda a sociedade, nos vemos obrigadas a reproduzir a exploração classista e colonial entre mulheres. Para ir ao trabalho, dependemos de outras mulheres. Para migrar, dependemos de outras mulheres.

Paramos para valorizar o trabalho invisível que fazemos, que constrói redes de apoio e estratégias vitais em contextos difíceis e de crise.

#NãoEstamosTodas

Paramos porque estão ausentes as vítimas de feminicídio, vozes apagadas violentamente ao ritmo assustador de uma por dia só na Argentina.

Estão ausentes lésbicas e travestis assassinadas por crimes de ódio.

Estão ausentes as presas políticas, as perseguidas e as assassinadas em nosso território latino-americano para defender a terra e seus recursos.

Estão ausentes as mulheres presas devido a delitos menores que criminalizam as formas de sobrevivência, enquanto os crimes corporativos e o tráfico de drogas permanecem impunes porque beneficiam o capital.

Diante de lares que se tornam um verdadeiro inferno, nós nos organizamos para nos defendermos e cuidarmos umas das outras.

Diante do crime machista e da pedagogia da crueldade, diante da tentativa dos meios de comunicação de nos vitimizar e de nos aterrorizar, fazemos do luto individual um consolo coletivo e da raiva, uma luta compartilhada. Contra a crueldade, mais feminismo.

#NósNosOrganizamos

Nós usamos a estratégia da greve porque nossas demandas são urgentes. Fazemos da greve de mulheres uma medida ampla e atualizada, capaz de abrigar a empregadas e desempregados, a assalariadas e as que cobram subsídios, a autônomas e estudantes, porque todas somos trabalhadoras. Nós paramos.

Nós nos organizamos contra o confinamento doméstico, contra a maternidade compulsória e contra a competição entre as mulheres, práticas impulsionadas pelo mercado e pelo modelo de família patriarcal.

Nós nos organizamos em todas as partes: nas casas, nas ruas, no trabalho, nas escolas, nas feiras, nos bairros. A força do nosso movimento está nos laços que criamos entre nós.

Nós nos organizamos para mudar tudo isso.

#InternacionalFeminista

Nós tecemos um novo internacionalismo. A partir das situações concretas em que estamos, nós interpretamos a conjuntura.

Vemos que, diante do avanço neoconservador na região e no mundo, o movimento das mulheres emerge como potência de alternativa.

Que a nova “caça às bruxas”, que agora persegue o que nomeia como “ideologia de gênero”, tenta justamente combater e neutralizar nossa força e quebrar nossa vontade.

Diante das múltiplas desapropriações, das expropriações e das guerras contemporâneas que têm a terra e os corpos das mulheres como territórios favoritos de conquista, nós nos incorporamos política e espiritualmente.

#ODesejoNosMove #VivasELivresNosQueremos, nos arriscamos em alianças incomuns.

Porque nos apropriamos do tempo e construímos juntas a disponibilidade. Fazemos da nossa reunião um alívio e uma conversa entre aliadas; das assembleias, manifestações; das manifestações, uma festa; e da festa, um futuro em comum.

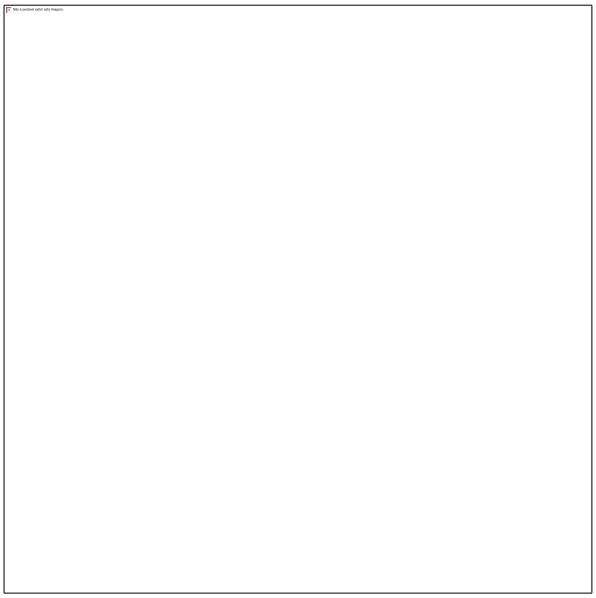
#EstamosJuntas, este 8 de março é o primeiro dia de nossa nova vida.

#ODesejoNosMove, 2017 é o momento da nossa revolução.

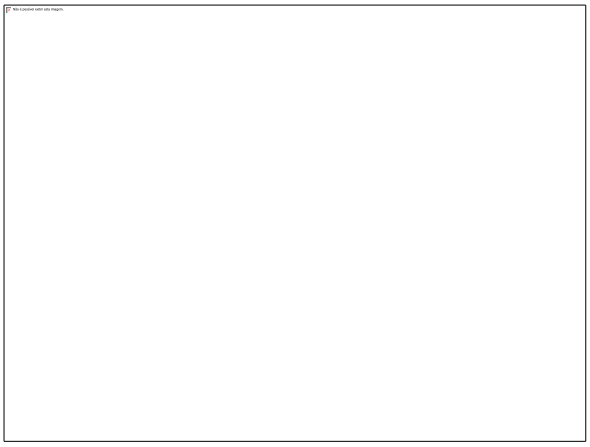
#NiUnaMenos #VivasNosQueremos

Fonte: Portal Catarinas, catarinas.info, 13/02/2017

Peça de divulgação da Greve Internacional de Mulheres no Brasil



Peça de divulgação da Greve Internacional de Mulheres no Brasil



Peça de divulgação da Greve Internacional de Mulheres nos EUA

3 -Intervenção de Sojourner Truth na Women's Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. E não sou uma mulher?

– Tradução: Osmundo Pinho, do Scribd

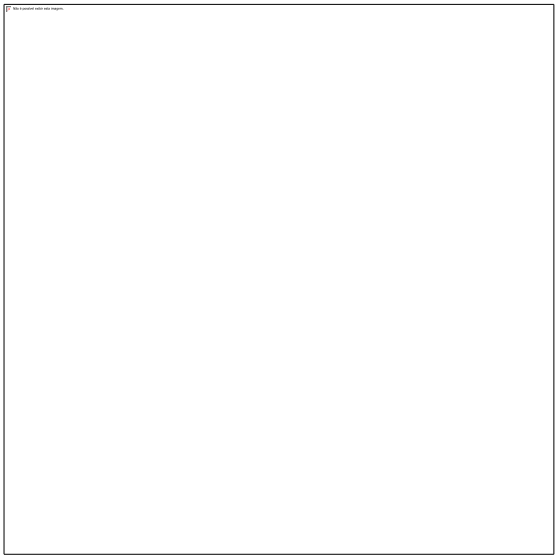


Figura 9 Foto: Sojourner Truth (autor original) Biblioteca do Congresso (digitalização) (Biblioteca do Congresso), [Domínio público], via Wikimedia Commons

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros (negroes) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso… [alguém da audiência sussurra, “intelecto”). É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, por que você me impediria de completar a minha medida?

Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso.

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem.

Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer.

4- Declaração dos direitos da mulher e da cidadã – 1791

Este documento foi proposto à Assembleia Nacional da França em 1791, durante a Revolução Francesa (1789-1799).

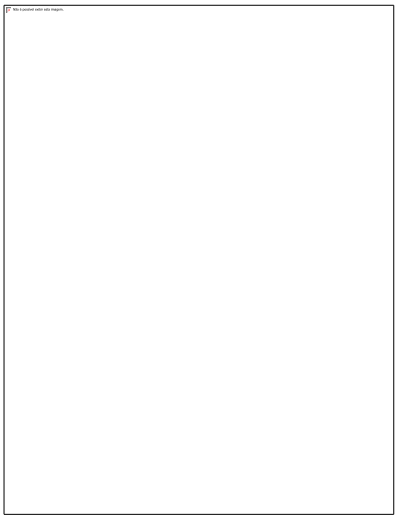


Figura 10 Olympe de Gouges (França, Setembro de 1791)

PREÂMBULO

Mães, filhas, irmãs, mulheres representantes da nação reivindicam constituir-se em uma assembleia nacional. Considerando que a ignorância, o menosprezo e a ofensa aos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolvem expor em uma declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher. Assim, que esta declaração possa lembrar sempre, a todos os membros do corpo social seus direitos e seus deveres; que, para gozar de confiança, ao ser comparado com o fim de toda e qualquer instituição política, os atos de poder de homens e de mulheres devem ser inteiramente respeitados; e, que, para serem fundamentadas, doravante, em princípios simples e incontestáveis, as reivindicações das cidadãs devem sempre respeitar a constituição, os bons costumes e o bem estar geral.

Em consequência, o sexo que é superior em beleza, como em coragem, em meio aos sofrimentos maternais, reconhece e declara, em presença, e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos da mulher e da cidadã:

Artigo 1º- A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.

Artigo 2º- O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.

Artigo 3º- O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem nenhum organismo, nenhum indivíduo, pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles.

Artigo 4º- A liberdade e a justiça consistem em restituir tudo aquilo que pertence a outros, assim, o único limite ao exercício dos direitos naturais da mulher, isto é, a perpétua tirania do homem, deve ser reformado pelas leis da natureza e da razão.

Artigo 5º- As leis da natureza e da razão proíbem todas as ações nocivas à sociedade. Tudo aquilo que não é proibido pelas leis sábias e divinas não pode ser impedido e ninguém pode ser constrangido a fazer aquilo que elas não ordenam.

Artigo 6º- A lei deve ser a expressão da vontade geral. Todas as cidadãs e cidadãos devem concorrer pessoalmente ou com seus representantes para sua formação; ela deve ser igual para todos. E todas as cidadãs e cidadãos, sendo iguais aos olhos da lei devem ser igualmente admitidos a todas as dignidades, postos e empregos públicos, segundo as suas capacidades e sem outra distinção a não ser suas virtudes e seus talentos.

Artigo 7º- Dela não se exclui nenhuma mulher. Esta é acusada., presa e detida nos casos estabelecidos pela lei. As mulheres obedecem, como os homens, a esta lei rigorosa.

Artigo 8º- A lei só deve estabelecer penas estritamente e evidentemente necessárias e ninguém pode ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito e legalmente aplicada às mulheres.

Artigo 9º- Sobre qualquer mulher declarada culpada a lei exerce todo o seu rigor.

Artigo 10- Ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo de princípio. A mulher tem o direito de subir ao patíbulo, deve ter também o de subir ao pódio desde que as suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei.

Artigo 11- A livre comunicação de pensamentos e de opiniões é um dos direitos mais preciosos da mulher, já que essa liberdade assegura a legitimidade dos pais em relação aos filhos. Toda cidadã pode então dizer livremente: "Sou a mãe de um filho seu", sem que um preconceito bárbaro a force a esconder a verdade; sob pena de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos estabelecidos pela lei.

Artigo 12- É necessário garantir principalmente os direitos da mulher e da cidadã; essa garantia deve ser instituída em favor de todos e não só daqueles às quais é assegurada.

Artigo 13- Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração, as contribuições da mulher e do homem serão iguais; ela participa de todos os trabalhos ingratos, de todas as fadigas, deve então participar também da distribuição dos postos, dos empregos, dos cargos, das dignidades e da indústria.

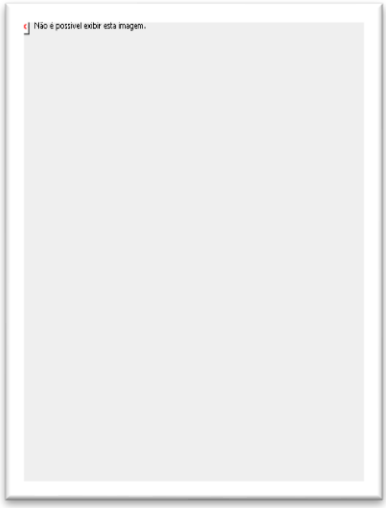
Artigo 14 - As cidadãs e os cidadãos têm o direito de constatar por si próprios ou por seus representantes a necessidade da contribuição pública. As cidadãs só podem aderir a ela com a aceitação de uma divisão igual, não só nos bens, mas também na administração pública, e determinar a quantia, o tributável, a cobrança e a duração do imposto.

Artigo 15 - O conjunto de mulheres igualadas aos homens para a taxação tem o mesmo direito de pedir contas da sua administração a todo agente público.

Artigo 16 -Toda sociedade em que a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não tem Constituição. A Constituição é nula se a maioria dos indivíduos que compõem a nação não cooperou na sua redação.

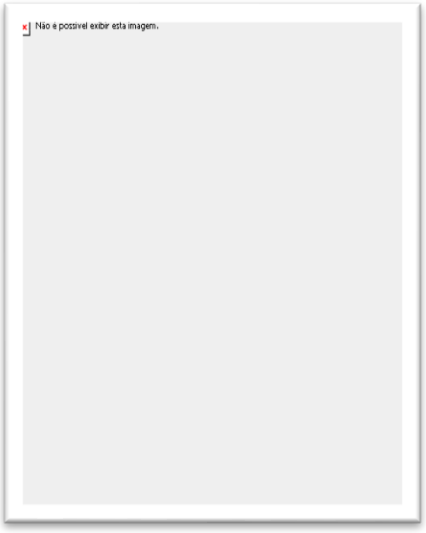
Artigo 17- As propriedades são de todos os sexos juntos ou separados; para cada um deles elas têm direito inviolável e sagrado. Ninguém pode ser privado delas como verdadeiro patrimônio da natureza, a não ser quando a necessidade pública, legalmente constatada, o exija de modo evidente e com a condição de uma justa e preliminar indenização. (GOUGES, 1791)

5- Clara Zetkin



Clara Zetkin, expoente da luta socialista e feminista na Europa. Propôs, 1910, junto com Alexandra Kollontai, na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em Copenhage a criação do dia Internacional da Mulher. Inicialmente comemorado em 19 de março posteriormente passa ao dia 8 de março.

6- Alexandra Kollontai



Alexandra Mikhaylovna Kollontai, teórica do marxismo e feminismo, foi dirigente destacada da Revolução de Outubro de 1917.